

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

IVANA MONIQUE DOS SANTOS QUADROS

“ANTIGUIDADE É POSTO”: um estudo sobre o critério de hierarquização no Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias (São Luís/Maranhão)

São Luís

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

IVANA MONIQUE DOS SANTOS QUADROS

“ANTIGUIDADE É POSTO”: um estudo sobre o critério de hierarquização no Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias (São Luís/Maranhão)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Igor Gastal Grill

São Luís

2026

IVANA MONIQUE DOS SANTOS QUADROS

“ANTIGUIDADE É POSTO”: um estudo sobre o critério de hierarquização no Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias (São Luís/Maranhão)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Igor Gastal Grill

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Igor Gastal Grill (UFMA)
(Orientador)

Prof. Dr. Wheriston Silva Neris (UFMA)
(Membro externo)

Profa. Dra. Dayana Delmiro Costa (IFMA)
(Membro externo)

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Quadros, Ivana Monique dos Santos.

ANTIGUIDADE É POSTO: um estudo sobre o critério de hierarquização no Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias São Luís/Maranhão / Ivana Monique dos Santos Quadros. - 2026. 136 p.

Orientador(a): Igor Gastal Grill.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2026.

1. Instituições. 2. Hierarquização. 3. Formação Militar. 4. "antiguidade". I. Grill, Igor Gastal. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Este título eu devo, primeiramente, a Deus por me guiar e me manter firme diante de tantos desafios. Superei as adversidades com a crença de que o cansaço é passageiro e a vitória é eterna. Desde a infância a vida se apresentou para mim de forma desafiadora através da jornada dos meus pais, que sempre estiveram falando sobre estudar e trabalhar, enquanto viviam rotinas exaustivas. Então cedo entendi a dor do sacrifício, a força do estresse, a vida acelerada, o esforço infinito e as noites mal dormidas. Entretanto, também entendi o valor das pequenas e grandes conquistas, por isso busquei traçar um caminho difícil, sabendo que ele é muito valioso. É custoso, mas vale muito à pena. Durante o percurso é preciso acreditar que dias melhores chegarão e, realmente, chegam.

A mim eu enalteço a força e a coragem em tentar, encarar e manter esse projeto de vida tão difícil e almejado. Confesso que aprendi a admirar a minha própria dedicação ao longo desse trajeto, por causa das diversas pessoas que se diziam motivadas pelo meu exemplo, sendo que diversas foram as dificuldades que enfrentei, mas elas não me limitaram, pelo contrário, me fizeram experiente. Formei em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão em 2024 e, dois anos depois, em 2026 concluo o Mestrado em Ciências Sociais na mesma Universidade, com o mesmo brilho nos olhos. Por tudo isso, destaco a minha vontade em escrever uma história nobre sobre mim.

Ao meu companheiro de vida, amigo de todas as horas e noivo, Iego dos Santos Serra, eu dedico e divido esta conquista, por ter sido a primeira pessoa a me incentivar e me mostrar do que sou capaz. Foi ele que me encorajou a fazer o curso de Mestrado e acompanhou todos os meus passos, me estimulando sempre. A ele eu faço esta homenagem, pois foi o responsável pela viabilização da pesquisa, abrindo caminhos e possibilidades como um Oficial da Polícia Militar. Formado em Direito, em Segurança Pública, e atualmente acadêmico de Odontologia, divide uma rotina intensa de superações comigo. Juntos, partilhamos as batalhas diárias, que exigem o nosso crescimento pessoal, acadêmico e profissional. Ele esteve presente em todas as etapas desse processo, do início ao fim, me dando segurança e apoio emocional. Agradeço por ter me fortalecido nos momentos de fragilidade e por ter se mostrado o meu maior apoiador.

Aos meus pais, Juatan Pereira Quadros e Ana Claudia Ferreira dos Santos, eu agradeço a educação que me proporcionaram, repassando valores importantes para a minha trajetória. Formado em Segurança Pública e formada em Pedagogia, respectivamente, me fizeram entender o peso do conhecimento na vida. Seus ensinamentos sempre guiaram as minhas escolhas. Por eles

estudei incansavelmente, por eles quero vencer. Com eles aprendi o valor do próprio esforço, do próprio suor e, por causa da criação deles continuarei me dedicando aos estudos.

A minha irmã, Maria Eduarda dos Santos Quadros, acadêmica de Enfermagem, eu agradeço por ser um ombro amigo, um consolo em meio aos dias difíceis e uma alegria nos momentos tristes. A ela eu também dedico este trabalho, por ter me escutado e me acolhido quando muito precisei. Tenho nela um lugar de conforto e de distração, para onde posso ir quando tudo está pesado demais.

A minha avó materna, Ercilia do Socorro Silva dos Santos, que é uma pessoa extraordinária, sempre despejando palavras positivas, amorosas e cuidadosas, essenciais para o meu bem-estar e autoconfiança, eu agradeço a escuta acolhedora e as orações feitas com amor. Ela esteve como uma luz, para iluminar meus pensamentos. Quando eu venço, ela vence junto comigo. Essa vitória também é dela e por ela.

Aos familiares que esperaram por esse momento de finalização e concretude de um sonho, meu agradecimento profundo por confiarem no meu potencial. Cada um tem sua contribuição nessa vitória, porque me impulsionaram a ser o meu melhor todas as vezes que pensei nas minhas raízes e na minha história.

Ao meu orientador, professor Dr. Igor Gastal Grill, eu agradeço especial e imensamente a sua grandeza em abrir as portas e me ensinar tanto desde a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão. Sempre fui uma aluna admiradora do seu trabalho e da sua postura. Sou agradecida por ter me dado a oportunidade valiosa de crescer ao seu lado e de seu grupo de orientandos, além disso por ter me guiado com cuidado e rigidez, os quais foram responsáveis pela minha evolução. Agradeço pelas correções, ideias, reflexões e discussões em torno de todo o meu trabalho, desde quando era apenas uma simples proposta. Ele foi o principal responsável pelo meu amadurecimento acadêmico e é uma grande referência na nossa área de atuação. Toda minha gratidão e respeito a ele.

A professora Dr^a. Eliana Tavares dos Reis eu agradeço as lições e aulas extraordinárias. Seus conhecimentos repassados mudaram a minha trajetória acadêmica e contribuíram para este grande trabalho. Agradeço todo o incentivo e considerações feitas para que eu melhorasse. Seu profissionalismo inspirador me revela aquilo que desejo alcançar: um perfil profissional e acadêmico autêntico e competente. A ela eu devo tantas oportunidades que me fizeram crescer.

Ao Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA), coordenado pelos professores Igor Grill e Eliana Reis, eu agradeço por ser um espaço potente de desenvolvimento de estudos e pesquisas, onde sou integrante. O Laboratório é como uma casa, em que me encontro no que faço e me aproximo cada vez mais daquilo que quero ser. Nele fiz boas amizades e pude acompanhar outros excelentes trabalhos orientados pelos professores coordenadores. O LEEPOC potencializou meu desenvolvimento científico e intelectual ao longo do Mestrado. Sou grata por fazer parte de um grupo tão comprometido com a ciência e bem sucedido.

Aos meus colegas de turma Antônio Olávio, Magno Machado, Lucas Melo e Ricardo Cutrim e do Laboratório, em especial a Nicole Moraes, agradeço o convívio harmônico, as experiências compartilhadas, as palavras de encorajamento ditas uns aos outros e a empatia empregada em cada processo. Com boas companhias a luta se torna menos cansativa. Verdadeiras amizades encontradas pelo caminho fazem toda a diferença.

Aos professores Dr. Wheriston Silva Neris e Dr^a. Dayana Delmiro Costa por colocarem suas mãos neste trabalho, contribuindo diretamente na minha evolução, sendo duas pessoas e profissionais marcantes e fundamentais na minha carreira. Agradeço profundamente o cuidado e o comprometimento de melhorarem a qualidade da minha pesquisa, da minha escrita e da minha percepção sobre a minha discussão analítica. Sem essas mãos este trabalho estaria incompleto, mas com suas contribuições, posso prosseguir com um pouco de cada um deles na minha bagagem.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSOC/UFMA), dedico também este trabalho, porque foram como grandes mentores, para mim, em suas aulas e avaliações. Expresso meus sinceros agradecimentos pelas contribuições decisivas à minha formação acadêmica e intelectual. Ao longo do percurso formativo, suas orientações, debates e provocações teóricas foram fundamentais para o meu amadurecimento crítico, para a ampliação do meu repertório conceitual e para o desenvolvimento da minha postura reflexiva diante do conhecimento científico. A atuação docente, marcada pelo rigor acadêmico, pelo compromisso com a pesquisa e pela disposição ao diálogo, foi essencial para a consolidação das bases que sustentam este trabalho. Logo, este resultado é, em grande medida, produto do aprendizado coletivo e das orientações recebidas ao longo desse processo formativo, por isso eu agradeço por fazerem parte dessa história.

A Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa de pós-graduação, a qual foi fundamental para a realização e continuidade desta pesquisa, possibilitando dedicação acadêmica e desenvolvimento científico. O fomento recebido possibilitou a minha dedicação sistemática às atividades acadêmicas e investigativas, bem como na construção de um percurso formativo mais consistente, permitindo aprofundamento teórico, rigor metodológico e maior autonomia intelectual ao longo do desenvolvimento do trabalho. O suporte da FAPEMA reafirma a relevância das políticas públicas de incentivo à ciência, à pós-graduação e à produção do conhecimento, contribuindo diretamente para a formação de pesquisadores e para o fortalecimento da pesquisa no Maranhão.

RESUMO

Neste trabalho é analisado um princípio de hierarquização da oficialidade da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), a partir do Curso de Formação de Oficiais (CFO) realizado na Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias (APMGD), concebendo-a como um domínio de produção de relações de poder, distinções e identidades profissionais. Inserida na trilha dos estudos sobre elites e instituições, desenvolvida no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC), a pesquisa parte da categoria “antiguidade” e seu papel organizador da vida militar, estruturando classificações sucessivas, regulando relações entre agentes no processo formativo, orientando disputas e definindo prerrogativas ao longo do curso e das carreiras. Com base em observações *in loco* em solenidades, formaturas, eventos e do cotidiano, análise documental de fontes institucionais, manuais e regulamentos internos e, principalmente, aplicação de questionários com alunos/as da Academia de Polícia e entrevistas com Cadetes e Oficiais da PMMA, foram apreendidas relações entre origens sociais, rendimentos díspares (notas e ranqueamentos) e prestígio interno predeterminadas pelo princípio da “antiguidade”. Ao enfatizar as interações, tensões, competições e estratégias associadas à busca por posições mais altas e reconhecidas na hierarquia interna, observou-se que a “antiguidade” não se reduz a um critério administrativo, mas opera como um mecanismo estruturante da cultura militar, contribuindo decisivamente para a reprodução das formas de dominação e para a seleção dos grupos dirigentes da PMMA.

Palavras-chave: instituições; hierarquização; formação militar; “antiguidade”.

ABSTRACT

This paper analyzes a principle of hierarchy in the Polícia Militar do Maranhão (PMMA), based on the Curso de Formação de Oficiais (CFO) held at the Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias (APMGD), conceiving it as a domain of production of power relations, distinctions, and professional identities. Part of a series of studies on elites and institutions developed by the Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC), the research starts from the category of “seniority” and its role in organizing military life, structuring successive classifications, regulating relations between agents in the training process, guiding disputes, and defining prerogatives throughout the course and careers. Based on in-situ observations at ceremonies, graduations, events, and daily life, documentary analysis of institutional sources, manuals, and internal regulations, and, above all, the application of questionnaires to students at the Academia de Polícia and interviews with cadets and officers of the PMMA, relationships were identified between social origins, disparate incomes (grades and rankings), and internal prestige predetermined by the principle of “seniority.” By emphasizing the interactions, tensions, competitions, and strategies associated with the pursuit of higher and more recognized positions in the internal hierarchy, it was observed that “seniority” is not reduced to an administrative criterion, but operates as a structuring mechanism of military culture, contributing decisively to the reproduction of forms of domination and the selection of PMMA leadership groups.

Keywords: institutions; hierarchy; military training; “seniority”.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMGD – Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias

ASP OF – Aspirante a Oficial

CAD – Cadete

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CFO – Curso de Formação de Oficiais

FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

LEEPOC – Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais

NGA – Normas Gerais de Ação

PM – Polícia Militar

PMMA – Polícia Militar do Maranhão

QOAPM – Quadro de Oficiais da Administração da Polícia Militar

QOEPM – Quadro de Oficiais Especializados da Polícia Militar

QOPM – Quadro de Oficiais da Polícia Militar

QOSPM – Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar

RIAPMGD – Regimento Interno da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Círculos hierárquicos

Figura 2 – Faixada da APMGD

Figura 3 – Sala de espera do gabinete do comandante

Figura 4 – Sala de Aula CFO I

Figura 5 – Piscina da APMG

Figura 6 – Passadiço interno da APMGD

Figura 7 – Academia de Musculação da APMGD

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Relação Posto x Turma dos Oficiais entrevistados

QUADRO 2 – Relação entre extração social e antiguidade dos Cadetes entrevistados

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ano de nascimento dos Cadetes

Gráfico 2 – Local de origem dos Cadetes

Gráfico 3 – Modalidades esportivas praticadas pelos Cadetes

Gráfico 4 – Gênero musical favorito dos Cadetes

Gráfico 5 – Atividades praticadas no lazer na infância pelos Cadetes

Gráfico 6 – Nível de escolaridade das atividades profissionais anteriores dos Cadetes

Gráfico 7 – Familiares militares dos Cadetes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. ESTADO, INSTITUIÇÕES E DOMÍNIO DA FORÇA	25
2. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR GONÇALVES DIAS	63
2.1 A estrutura hierárquica na Polícia Militar do Maranhão.....	70
2.2 A “antiguidade” como princípio estruturante na APMGD	74
2.3 A “antiguidade” nos discursos	85
3. O UNIVERSO NORMATIVO E SIMBÓLICO NA FORMAÇÃO MILITAR....	98
3.1 Perfis e propriedades sociais da 28ª turma do CFO-PM.....	101
3.2 Antigos e modernos: dinâmica de grupos, disputas e tensões	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	128
APÊNDICES	131
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA – OFICIAIS.....	131
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA – CADETES	134

INTRODUÇÃO

As instituições militares ocupam uma posição singular na organização social brasileira, tanto pela função que assumem na manutenção da ordem pública quanto pelo papel histórico desempenhado na constituição do Estado e na administração da autoridade legítima. Ao longo do tempo, essas instituições se consolidaram como domínios fortemente normatizados, nos quais hierarquia, disciplina e obediência regulam as práticas cotidianas, na mesma medida em que estruturam identidades, trajetórias profissionais e formas específicas de pertencimento institucional. Nesse sentido, compreender os processos formativos internos às corporações militares significa acessar um dos núcleos centrais de produção e reprodução da ordem social, bem como dos mecanismos de classificação que organizam posições e relações no interior dessas instituições.

A presente dissertação tem como temática a formação da oficialidade da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), tomando como universo empírico o Curso de Formação de Oficiais (CFO), realizado na Academia de Polícia Militar do Maranhão (APMGD) e vinculado à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). O interesse por esse universo decorre da compreensão de que a formação de oficiais não se limita à transmissão de conteúdos técnicos ou operacionais, mas constitui um processo social complexo, no qual se articulam práticas disciplinares, critérios de avaliação, disputas simbólicas e mecanismos de distinção que produzem efeitos duradouros sobre as trajetórias dos agentes. Assim, o CFO é aqui concebido como um espaço privilegiado de observação das dinâmicas institucionais que estruturam a carreira policial-militar desde seu ingresso.

Esta pesquisa insere-se na agenda de estudos do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC), vinculado à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), dialogando diretamente com investigações que buscam compreender os processos de formação, seleção e reprodução de elites em diferentes *domínios sociais* (Grill e Reis, 2018). Ao focalizar a formação da oficialidade policial militar, o trabalho

contribui para ampliar o escopo das análises sobre elites no Brasil, deslocando o olhar para os mecanismos internos de hierarquização e legitimação que operam em instituições marcadas por forte disciplina e por critérios próprios de consagração.

O universo empírico da pesquisa é a APMGD, instituição responsável pela formação da oficialidade da PMMA. O trabalho de campo concentrou-se, de modo particular, nos Cadetes da 28ª turma do CFO, considerada a turma “mais antiga” durante o período da investigação, além da realização de entrevistas com Oficiais de diferentes postos hierárquicos. Esse recorte permitiu acessar tanto as dinâmicas contemporâneas da formação quanto narrativas retrospectivas capazes de iluminar permanências e transformações no modelo formativo adotado pela corporação ao longo do tempo. A combinação entre diferentes gerações de Oficiais possibilitou uma análise mais abrangente das continuidades institucionais e das mudanças ocorridas na estrutura do curso.

A entrada neste universo empírico não se deu por via exclusivamente institucional, mas primeiro a partir de uma experiência relacional concreta. Em 2023, por meio do contato próximo com um membro da APMGD; à época Cadete do CFO, tornou-se possível observar, gradativamente, o cotidiano da formação militar. A partir dessa aproximação, passaram a ocorrer visitas frequentes não exclusivamente às dependências da APMGD, mas na extensão do Quartel do Comando Geral da PMMA, em ocasiões em que as turmas do CFO estavam sempre presentes como: formaturas, rituais de passagem, desfiles, premiações e outros eventos institucionais que estruturam simbolicamente a vida militar. Para além desses momentos solenes, foi possível observar dimensões ordinárias do CFO, como o período de avaliações, a rotina matinal, os testes físicos, as dinâmicas de estudo, bem como as disputas simbólicas e práticas entre Cadetes em torno das classificações internas. Essas experiências permitiram perceber o caráter preponderante da categoria “antiguidade” como critério técnico previsto no Estatuto Militar, mas também como princípio organizador das relações, das expectativas e das projeções de carreira, influenciando modos de agir, pensar e se posicionar no interior da hierarquia.

O interesse sociológico pela temática consolidou-se, portanto, a partir da observação reiterada da centralidade da “antiguidade” no processo formativo. Em

2024, a trajetória do referido agente; que passou da condição de Cadete à de Oficial, contribuiu para estabelecer uma ponte institucional totalmente facilitadora para a aceitação da pesquisa no espaço da Academia. A partir disso foram delineadas estratégias metodológicas específicas para garantir acesso a documentos internos (de circulação pública ou restrita), bem como para realizar interlocuções com diferentes agentes da corporação, incluindo Cadetes e Oficiais, possibilitando a construção de uma análise ancorada tanto em fontes documentais quanto na observação e nas entrevistas realizadas no interior da instituição.

O acesso ao campo empírico viabilizado pelo contato com um membro institucional, claramente está associado a posição simbólica e hierarquicamente valorizada do agente no interior da corporação. Considerando-se tratar de uma instituição de natureza militar, marcada por protocolos formais, controle de circulação e restrições de acesso, a inserção de um/a pesquisador/a externo/a não se configura como processo simples ou automático. A posição ocupada pelo Oficial facilitador contribuiu significativamente para dinamizar o diálogo com instâncias superiores, mediando autorizações, esclarecendo objetivos da pesquisa e legitimando a presença da pesquisadora em um espaço caracterizado por intensa rotina de compromissos, atividades formativas e demandas administrativas. Tal mediação institucional foi decisiva para a aceitação do estudo, possibilitando o trânsito em diferentes ambientes da Academia, a interlocução com Cadetes e Oficiais, mesmo em meio à agenda rigorosa que estrutura a vida acadêmica e militar.

Dessa forma, tornou-se possível acessar regulamentos internos, normas da instituição e documentos orientadores da formação, ampliando a compreensão formal da estrutura hierárquica e dos critérios que organizam o Curso. A mediação institucional também viabilizou a aplicação de questionário junto a uma turma do CFO, bem como a realização de um conjunto intensivo de entrevistas com Cadetes e com Oficiais pertencentes a diferentes setores da PMMA. Tal processo demandou significativo desdobramento logístico, envolvendo adequação a horários específicos, compatibilização de agendas e obtenção de autorizações formais para ingresso em distintas unidades da corporação. A necessidade de circulação entre espaços diversos – administrativos, operacionais e formativos – exigiu planejamento prévio e constante

negociação institucional, evidenciando que a produção dos dados esteve diretamente condicionada às dinâmicas organizacionais e aos protocolos próprios de uma instituição militar.

Mediante a isso, no centro da análise está a “antiguidade”, categoria nativa e princípio organizador do processo formativo militar. No contexto do CFO, a “antiguidade” estrutura classificações sucessivas ao longo do curso, organiza as relações entre os cadetes, define prerrogativas, responsabilidades e culmina no chamado “Dia da Escolha”, momento em que os recém-formados exercem o direito de selecionar seus destinos profissionais conforme a posição ocupada na classificação final. A pesquisa parte do entendimento de que a “antiguidade” não se reduz a um critério técnico, formal ou meramente administrativo, mas constitui um mecanismo social estruturante, capaz de articular desempenho acadêmico, disposições incorporadas, socializações prévias e estratégias individuais e coletivas.

Desde o ingresso até o término do curso, ao final de cada ano letivo é publicada uma lista de classificação que ordena os cadetes de acordo com critérios institucionais previamente definidos, estabelecendo uma hierarquia interna formalizada. A partir da média extraída das notas de todas as disciplinas do curso, cada turma possui sua própria enumeração, na qual os primeiros colocados são reconhecidos como os mais “antigos” da turma, enquanto os últimos passam a ocupar a condição de “modernos”. Essa lógica de ordenamento não se restringe apenas ao interior de uma mesma turma, pois existe também uma “antiguidade” entre turmas distintas e entre postos da oficialidade, na qual, de maneira geral, as turmas mais antigas e os postos mais elevados detêm maior precedência hierárquica. Contudo, a “antiguidade” que interessa a esta análise é aquela que atravessa a cultura formativa militar cotidiana, marcada pelas disputas intensas entre Cadetes da Academia de Polícia por posições mais altas na classificação. Trata-se de uma dinâmica que extrapola o caráter meramente administrativo do ranqueamento, assumindo um papel simbólico e prático fundamental na produção de prestígio, autoridade e diferenciações internas, estruturando relações, expectativas e conflitos ao longo de todo o processo de formação. Ao longo desse processo, os Cadetes são continuamente classificados e reclassificados, vivenciando oscilações de posição

que produzem (auto) estimas, tensões e competições. Essas variações além de organizarem o cotidiano acadêmico, contribuem para a construção de percepções sobre mérito, competência, autoridade e legitimidade. Nesse sentido, a “antiguidade” opera como um princípio classificatório que transforma diferenças de desempenho em diferenças de *status*, convertendo posições temporárias em marcas simbólicas duráveis. A análise dessas dinâmicas permite compreender como a formação militar produz hierarquias internas que tendem a se projetar para além da Academia e impactar fortemente na constituição de grupos dirigentes da corporação.

A orientação teórica geral da dissertação dialoga com teóricos voltados para a sociologia das instituições, das elites e da formação profissional. Parte-se do pressuposto de que as instituições não são exclusivamente estruturas normativas, mas domínios de relações, disputas e jogos de poder, nos quais regras aparentemente neutras produzem efeitos diferenciados conforme as posições ocupadas pelos agentes. A formação militar é analisada, portanto, como um processo social no qual se articulam mecanismos formais e informais de hierarquização, capazes de selecionar, distinguir e legitimar determinados perfis.

Para tanto, primeiramente, o trabalho mobiliza a ideia de que a dominação, para ser legítima, depende da criação de sentidos que justifiquem o poder. Seja pela tradição, pelo carisma ou pela legalidade (Weber, 2011), a autoridade política estabelece “estratégias” de convencimento que se inscrevem nas representações coletivas. Essa dimensão é central porque evidencia que a força estatal não age no vazio, mas dentro de um quadro simbólico que organiza as crenças sobre quem pode mandar, quem deve obedecer e por que isso é considerado legítimo.

O efeito simbólico da dominação reside justamente em moldar percepções e disposições de tal modo que a desigualdade e a hierarquia não se apresentem como imposições arbitrárias, mas como ordens legítimas. Esse caráter simbólico da dominação antecipa reflexões posteriores sobre a violência simbólica, mostrando que o poder estatal opera, profundamente, na construção de um universo de crenças que sustenta e legitima a própria autoridade.

Nesse quadro analítico, a “antiguidade” é tratada como um elemento específico

do meio militar, cuja imposição gera vantagens objetivas e simbólicas ao longo da formação. A disputa por posições no ranqueamento de cada turma envolve esforço individual, mas também a mobilização de recursos diversos, como familiaridade com códigos institucionais, capacidade de adaptação ao regime disciplinar e inserção em redes de sociabilidade internas. Assim, a pesquisa busca evidenciar como a competição pela “antiguidade” ocorre em condições desiguais, ainda que formalmente regulada por critérios padronizados.

A perspectiva relacional adotada permite compreender que as hierarquias produzidas no CFO não resultam estritamente de decisões individuais, mas emergem da interdependência entre os cadetes e das regras institucionais que organizam o ambiente formativo. A formação de oficiais é, nesse sentido, um espaço de socialização intensa, no qual expectativas, normas e disposições são continuamente reforçadas e naturalizadas. A “antiguidade” aparece, então, como um operador central desse processo, estruturando tanto as relações entre pares quanto as interações com os quadros de comando. Nessa direção, Foucault (2014), demonstra que o poder moderno não se exerce prioritariamente pela repressão direta, mas pela internalização da disciplina, por meio de dispositivos de vigilância, normalização e controle que produzem corpos dóceis, condutas previsíveis e subjetividades ajustadas. A hierarquia, nesse sentido, deixa de ser percebida como imposição externa e passa a ser incorporada como ordem legítima.

A disputa por posições no ranqueamento de cada turma envolve esforço individual, mas sobretudo a mobilização de recursos diversos, como familiaridade com códigos institucionais, capacidade de adaptação ao regime disciplinar e inserção em redes de sociabilidade internas. Em diálogo com Goffman (2019), o CFO está compreendido em uma *instituição total*, caracterizada pelo controle sistemático do tempo, do espaço, dos corpos e das interações, produzindo processos intensivos de mortificação do eu e de reconstrução identitária. Assim, a pesquisa busca evidenciar como a competição pela “antiguidade” ocorre em condições assimétricas, ainda que formalmente regulada por critérios padronizados.

A formação de oficiais é, nesse sentido, um espaço de socialização intensa, no qual expectativas, normas e disposições são continuamente reforçadas e naturalizadas.

À luz de Foucault (2014), esse processo é atravessado por técnicas disciplinares que articulam vigilância permanente, sanção normalizadora e exame, enquanto, em Goffman (2019), observa-se a produção de sujeitos ajustados aos papéis institucionais, às rotinas e às performances legitimadas. A “antiguidade” aparece, então, como um operador central desse processo, estruturando tanto as relações entre pares quanto as interações com os quadros de comando.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem quantitativo-qualitativa, combinando diferentes técnicas de investigação. O trabalho de campo incluiu a observação direta em solenidades, formaturas, eventos e do cotidiano, a análise documental de manuais e regulamentos internos, a aplicação de um questionário estruturado a 52 cadetes da 28ª turma do CFO, com o objetivo de mapear aspectos de sua origem social, trajetória educacional e formas de acesso a recursos e a realização de entrevistas com cadetes e oficiais. Essa estratégia permitiu aproximar a análise sociológica da experiência concreta dos militares em formação, oferecendo subsídios para compreender como diferentes perfis sociais se inserem e disputam posições no interior da Academia.

A presente pesquisa adota uma abordagem quantitativa-qualitativa, fundamentada na compreensão sociológica dos processos institucionais e simbólicos que estruturam a formação dos oficiais da PMMA e na análise dos dados coletados em campo como amostra significativa desse universo empírico. Essa combinação é coerente com o princípio metodológico de que a objetivação científica pressupõe a articulação entre diferentes instrumentos de análise - estatísticos, comparativos e interpretativos - exatamente como indicado por Pinto (1998) ao defender que o sociólogo deve combinar dados estatísticos, comparações e generalizações com os saberes implícitos que emergem da experiência dos agentes. Dessa forma, a articulação entre dimensões quantitativas e qualitativas reforça a exigência de apreender, simultaneamente, tanto as regularidades objetivas quanto as representações subjetivas que organizam a formação militar e a reprodução simbólica da antiguidade na PMMA.

A escolha desse enfoque metodológico decorre da necessidade de captar significados, representações, disposições e números que ajudem a revelar uma parcela

do universo empírico investigado. Assim, a metodologia busca articular os dispositivos que regulam a vida militar com as experiências subjetivas e coletivas dos agentes que as vivenciam, reconhecendo que a realidade social da instituição só pode ser apreendida quando se observa a lógica prática que opera nesse espaço. Essa escolha dialoga diretamente com a perspectiva adotada por Nummer (2010) e Reis (2000) ao examinarem a Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, a escolha pela realização de entrevistas semiestruturadas com oficiais ativos constituiu uma estratégia central para o desenvolvimento da pesquisa, pois foram entrevistados seis Oficiais, distribuídos entre os postos de Tenente, Capitão, Major, Tenente Coronel e Coronel, garantindo uma diversidade de posições de comando e trajetórias profissionais. Essa heterogeneidade permitiu apreender tanto as visões dos que vivenciaram mudanças estruturais ao longo de décadas quanto às percepções dos que ingressaram em períodos mais recentes da corporação. Esse arranjo metodológico aproxima-se, da opção de Nummer por trabalhar simultaneamente com diferentes gerações e posições hierárquicas, buscando “reconstituir mundos sociais distintos e suas formas de adesão à instituição” (Nummer, 2010, p. 32).

As entrevistas tiveram como foco evidenciar a transformação organizacional da APMGD, compreender as práticas de socialização militar, captar disputas simbólicas relativas à “antiguidade” e identificar elementos que ajudam a explicar como esse critério se consolida como eixo norteador da vida militar. A escolha desses Oficiais baseou-se em critérios teóricos e estratégicos. Oficiais Superiores, como Tenentes-Coronéis e Coronéis, possuem grau hierárquico, e teoricamente maior experiência institucional, sendo capazes de reconstituir episódios relevantes da trajetória oficial da Academia. Já Oficiais Intermediários e Subalternos, como Capitães e Tenentes, contribuem com leituras mais próximas das práticas atuais, oferecendo o padrão mais recente das formas de comando.

Essa orientação metodológica é inspirada na análise realizada por Reis (2000), que ao estudar a Brigada Militar enfatiza a necessidade de compreender “a correspondência entre o formato institucional e os atributos sociais dos agentes” (Reis, 2000, p. 2), evidenciando que as trajetórias e as percepções dos oficiais só ganham

sentido quando articuladas com a estrutura hierárquica e simbólica da corporação. Essa combinação de diferentes perspectivas busca contemplar aquilo que Elias (1994) denomina teias de interdependências, permitindo compreender como posições hierárquicas distintas, mas articuladas, produzem percepções mais ou menos semelhantes sobre o mesmo fenômeno institucional.

Do ponto de vista técnico, as entrevistas foram guiadas por roteiros flexíveis, permitindo que os entrevistados narrassem suas experiências, interpretações e memórias a partir de suas próprias posições. Essa abertura metodológica foi responsável por captar elementos diversificados, que não aparecem em documentos oficiais – como rituais formais, disputas internas, percepções sobre o perfil militar, tensões entre turmas e pares, além da importância prática e simbólica atribuída à “antiguidade”. O registro foi realizado mediante gravação de áudio, com consentimento dos participantes, sendo posteriormente transcrito e analisado à luz das categorias teóricas mobilizadas até aqui.

A dissertação está organizada em capítulos que refletem esse percurso analítico. O primeiro capítulo discute os referenciais teóricos que orientam a análise, articulando contribuições da sociologia das instituições, das elites e da formação militar. O segundo capítulo apresenta a contextualização histórica da PMMA e da criação da APMGD, situando o CFO no desenvolvimento institucional da corporação. O terceiro capítulo é dedicado à metodologia e ao trabalho de campo, detalhando as estratégias de coleta e análise dos dados e analisa empiricamente a “antiguidade” como princípio estruturante da formação, explorando classificações, disputas e trajetórias. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados da pesquisa, apontando suas contribuições e limites.

1. ESTADO, INSTITUIÇÕES E DOMÍNIO DA FORÇA

O presente trabalho parte da relação do Estado com as suas formas de dominação social, para isso, como proposta teórico-metodológica se apoia nas orientações de Max Weber, Pierre Bourdieu e Norbert Elias. O Estado, em sua concepção sociológica, constitui uma forma complexa de organização social produzida pela humanidade, porque não se trata, exclusivamente, de uma instância administrativa ou política, mas de um arranjo histórico que concentra, racionaliza, institucionaliza e operacionaliza o poder, assumindo a função de ordenar a vida coletiva.

Diferente das formas pré-modernas de autoridade, considera-se que o Estado moderno seja uma estrutura “impessoal”, sustentada por normas, funções e competências definidas. Essa estrutura se materializa por meio de instituições burocráticas, responsáveis por fazer operar a autoridade dentro de um quadro estável de regras e deveres. Nesse sentido, o Estado é também um domínio de mediação simbólica, no qual o poder é legitimado e reconhecido socialmente, não somente imposto. A sua organização é como uma rede de funções articuladas que visam à administração racional da sociedade, mantendo um equilíbrio entre coerção e consenso. É justamente nesse ponto que o Estado adquire uma dimensão sociológica profunda: representando a cristalização de processos de dominação legitimados, sustentados tanto por uma crença na validade das normas quanto pela internalização de regras como valor social.

Em *Política como vocação*, Weber (2011) formula a conhecida definição de que o Estado é a comunidade humana que, dentro de determinado território, reivindica com êxito o *monopólio legítimo da força* (p. 38). Essa formulação não reduz o Estado ao uso da força, mas sublinha que, sem essa prerrogativa reconhecida, a autoridade estatal não se distingue de outras formas de poder. O uso da violência, nesse sentido, é elemento constitutivo da ordem estatal, não somente por sua capacidade de coerção, mas por seu enraizamento em um processo de legitimação social, pois “Se só existissem estruturas sociais de que a violência estivesse ausente, o conceito de Estado teria também desaparecido e apenas subsistiria o que, no sentido próprio da palavra, se denomina ‘anarquia’” (Weber, 2011, p. 37). A legitimidade é, assim, central na compreensão do poder público.

Cunhada por Weber (2011), a ideia de *dominação* é a chave para a definição das relações de comando e subordinação, que dão sentido ao universo empírico desta pesquisa. Essa ideia

muito é sintetizada pelo entendimento de que há elementos e mecanismos responsáveis por legitimar formas de relações sociais concebidas pelos dominantes e aceitas pelos dominados (Weber, 2011). Ao analisar a estrutura da *dominação*, Weber observa que o Estado moderno “consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima” (Weber, 2011, p. 38). Essa *dominação*, porém, só se mantém quando os dominados reconhecem e se submetem à autoridade dos dominadores. A legitimidade, portanto, não decorre apenas da força, mas de fundamentos de crença e justificação que sustentam a obediência: o poder tradicional, o carismático e o racional-legal (Weber, 2011). Essa tipologia revela que a estabilidade das instituições depende da internalização de normas e da crença na validade das regras, o que insere a autoridade em um quadro estável de deveres e obrigações.

Para Weber (2011), a *dominação* não se mantém unicamente pela imposição material da força, mas pelo reconhecimento, pelos governados, de que determinadas formas de autoridade são válidas. Isso significa que o *monopólio estatal da violência* é indissociável da construção de crenças e justificativas que o sustentam, seja pela tradição, pelo carisma ou pela legalidade. Dessa maneira, a violência estatal não se apresenta como arbitrária, mas revestida de mecanismos que a tornam aceitável e, sobretudo, necessária à manutenção da ordem social.

Essa perspectiva evidencia que o Estado não pode ser reduzido a um aparato repressivo, mas pode ser compreendido como uma forma de organização do poder que estrutura, de forma legítima, a vida social. A capacidade de impor regras e exigir lealdade decorre tanto da posse dos meios materiais de coerção quanto da internalização de princípios que tornam legítima essa dominação. É nesse ponto que se percebe como a análise weberiana abre caminho para pensar a dimensão simbólica que permeia sua autoridade, preparando o terreno para discussões sobre a reprodução de hierarquias e as formas de dominação em instituições.

Por fim, Weber enfatiza que a estabilidade do Estado depende de uma crença compartilhada na legitimidade da ordem, sem a qual o poder se fragmentaria em mera força coercitiva. Ele observa que a obediência, em toda dominação duradoura, é sustentada por motivos de crença na legitimidade (Weber, 2011), ressaltando que a eficácia do poder estatal não reside apenas em sua capacidade de coagir, mas em sua aptidão para inspirar confiança e reconhecimento. Essa confiança é o que transforma a obediência em dever e a coerção em consentimento, consolidando o Estado como um campo de dominação legitimada e socialmente reconhecida.

O Estado moderno detém a capacidade de concentrar, administrar e legitimar o uso da violência. Como discutido até o momento, essa centralização não implica apenas o controle dos meios de coerção, mas, principalmente, a produção de um conjunto de representações, normas e disposições que fazem com que tal domínio seja reconhecido como legítimo.

O *monopólio do uso legítimo da violência*, portanto, não está ligado, unicamente, ao emprego da força, mas a um processo histórico e institucional que combina coerção e consenso, instaurando formas de dominação que se reproduzem tanto na materialidade das práticas quanto nas dimensões simbólicas. Nesse sentido, a violência física aparece disciplinada, regulada e inscrita em dispositivos jurídicos e administrativos, constituindo o que se reconhece como poder estatal legítimo. Paralelamente, a *violência simbólica* atua de forma mais sutil, naturalizando hierarquias e consolidando distinções que moldam a percepção do mundo social. É nesse ponto que se percebe que a dominação estatal é indissociável de uma ordem institucional, em que regras, papéis e representações ditam comportamentos ao mesmo tempo que constituem agentes. O papel institucional, enquanto síntese de expectativas de conduta e de formas de visibilidade social, transforma posições hierárquicas em práticas reconhecidas, de modo que a autorização reside na norma escrita e na encarnação cotidiana dos valores e disposições que a sustentam.

A ordem institucional, então, não é estática nem se traduz pelo ordenamento jurídico; ela resulta de um encontro dinâmico entre estruturas objetivadas (leis, estatutos, regulamentos) e os investimentos práticos de indivíduos que incorporam e reproduzem papéis. É nesse processo que se articulam os mecanismos de disciplinamento dos corpos e de internalização de disposições. Assim, a *violência simbólica*, é mediada por instituições que delimitam os espaços sociais, regulam formas de agir e atribuem sentido ao exercício do poder. Esse reconhecimento não decorre de meras “ameaças”, mas por meio de crenças compartilhadas que sustentam essa autoridade. Nesse ponto, já se vislumbra a dimensão simbólica da dominação: a capacidade de fazer com que a incorporação seja percebida como natural, justa ou inevitável, de modo que a coerção física se torna apenas o último recurso.

De outro modo, Elias (1999), para pensar a noção de poder nas Ciências Sociais, apoiou-se no conceito de *configuração*, por ele cunhado, que implica na compreensão das complexas *redes de interdependências* entre indivíduos, entidades e comportamentos. Essa perspectiva conversa com as definições da rede de relações que impera no interior de instituições militares, como é o caso da instituição investida neste trabalho, pois não seriam, para Elias (1999), as

relações de poder, estáticas, e sim como reflexo das mudanças nas estruturas sociais e nas dinâmicas culturais. Por conseguinte, argumentou que o controle social, em vez de ser exercido por uma autoridade centralizada de uma sociedade, é internalizado pelos indivíduos. Assim estabeleceu a importância das *teias de interdependências* e das *configurações sociais* na formação das relações de poder, enfatizando como as hierarquias são mantidas e transformadas.

Compreender o Estado a partir dessa articulação que compõe violência simbólica permite observar como a autoridade estatal se infiltra nas práticas sociais, cria desigualdades e sustenta hierarquias. Essa perspectiva é essencial para pensar organizações militares, onde a disciplina e a hierarquia regulam condutas, conformam identidades e naturalizam distinções. O monopólio estatal da violência encontra, nas corporações militares, um de seus domínios mais evidentes de materialização, ao mesmo tempo em que a lógica simbólica da ordem opera como princípio das disparidades internas.

Se a formulação de Weber destaca o monopólio estatal da violência como fundamento da política, Elias aprofunda essa discussão ao evidenciar que tal centralização é fruto de um longo processo histórico. O que Weber apresenta como característica definidora do Estado moderno pode ser compreendido, em Elias, como resultado de transformações sociais que progressivamente deslocaram a violência da esfera individual para a esfera institucional. O *processo civilizador* consistiria, justamente, nessa domesticação da força, em que impulsos agressivos e formas de coerção foram sendo controlados, regulados e monopolizados pelo poder central. De acordo com Elias (1994, p. 18), “compreender o Estado exige pensar historicamente os mecanismos de interdependência humana, que, ao longo dos séculos, moldaram o comportamento e as formas de autocontrole social”.

Esse movimento histórico produziu não apenas a concentração da violência nas mãos do Estado, mas também a formação de agentes mais disciplinados, habituados a conter suas emoções e a submeter seus comportamentos a regras socialmente impostas. O poder estatal, portanto, não se limita a deter os meios de coerção, mas também a inculcar padrões de autocontrole, de modo que a dominação se efetiva pela internalização da disciplina. Aqui, a coerção física cede espaço para formas mais sutis de controle, que transformam a ordem social em algo estável e previsível. Segundo Elias (1994, p. 15) “A psicogênese do que constitui o adulto na sociedade civilizada não pode, por isso mesmo, ser compreendida se estudada independentemente da sociogênese de nossa ‘civilização’”.

Ao se pensar o Estado a partir de Weber e Elias, percebe-se que o *monopólio da violência* não pode ser entendido apenas como capacidade de impor a força, mas como resultado de um processo de longo prazo que envolve a inculcação de padrões sociais, como os modos de ser. Essa leitura é especialmente produtiva para compreender instituições militares que aparecem como uma expressão concentrada desse processo histórico de domesticação das formas de violência.

O processo civilizador descrito por Elias evidencia que a centralização da violência pelo Estado não pode ser considerada somente como uma mudança administrativa ou política, mas também uma transformação profunda das estruturas sociais e psíquicas. À medida que o poder central monopolizou os meios de coerção, os indivíduos foram progressivamente levados a controlar suas pulsões, emoções e comportamentos. Para Elias (1994), o Estado não surge de um contrato entre indivíduos isolados, mas de uma teia de interdependências humanas cada vez mais densas. À medida que as redes de relações se ampliam, o exercício da força torna-se mais controlado, e a violência física passa a ser substituída por mecanismos de dominação regulados e institucionalizados.

[...] a fim de demonstrar possíveis ligações entre a mudança a longo prazo nas estruturas da personalidade no rumo da consolidação e diferenciação dos controles emocionais, e a mudança a longo prazo na estrutura social com vistas a um nível mais alto de diferenciação e integração - como, por exemplo, visando a uma diferenciação e prolongamento das cadeias de interdependência e a consolidação dos 'controles estatais'. (Elias, 1994, p. 216).

Essa internalização se vincula diretamente ao papel das instituições. Pois, em conformidade com os teóricos mencionados até aqui, a ordem estatal não se sustenta apenas por códigos legais ou pela força, mas pela maneira como regras, saberes e papéis são incorporados e reproduzidos nas práticas cotidianas. Elias contribui para essa compreensão ao indicar que o *processo civilizador* envolve, fora a “pacificação externa”, a transformação interna dos indivíduos, que passam a agir de acordo com expectativas institucionalizadas. A coerção, assim, deixa de ser apenas física sobre os corpos dos indivíduos e se converte em disciplina incorporada, funcionando como um mecanismo invisível de regulação social.

No âmbito militar, essa leitura ganha contornos ainda mais claros. O disciplinamento do corpo, a padronização de gestos, a hierarquia e a obediência absoluta são expressões específicas do *processo civilizador*. O que em sociedade se distribui de modo difuso — autocontrole das

emoções, respeito a regras, contenção da violência — encontra, nas instituições armadas um domínio de aplicação intensificado. O quartel funciona como espaço em que a violência física é controlada, regulada e legitimada, enquanto a violência simbólica atua na naturalização da hierarquia e na incorporação de papéis rigidamente definidos. Dessa forma, a perspectiva de Elias permite entender a formação militar como parte de um movimento histórico, em que o Estado administra a violência e produz sujeitos moldados para a obediência e a distinção.

As proibições apoiadas em sanções sociais reproduzem-se no indivíduo como formas de autocontrole. A pressão para restringir seus impulsos e a vergonha sociogenética que os cerca – estes são transformados tão completamente em hábitos que não podemos resistir a eles mesmo quando estamos sozinhos na esfera privada. [...] O código social de conduta grava-se de tal forma no ser humano, desta ou daquela forma, que se torna elemento constituinte do indivíduo. (Elias, 1994, p. 189).

Bourdieu (2014) aprofunda a análise ao destacar a centralidade da violência simbólica na reprodução da ordem social. O Estado, em sua leitura: “deve ser pensado como produtor de princípios de classificação, isto é, de estruturas estruturantes capazes de serem aplicadas a todas as coisas do mundo, e em especial às coisas sociais” (Bourdieu, 2014, p. 307), e é a instância que detém o *monopólio da violência simbólica legítima*, isto é, da capacidade de impor esquemas de percepção e de *classificação* que estruturam a maneira como os indivíduos compreendem o mundo e a si mesmos. Essa forma de dominação é especialmente eficaz porque se exerce de modo invisível: ela não aparece como coerção, mas como reconhecimento espontâneo da validade de categorias. Ao produzir e difundir categorias de pensamento socialmente aceitas — como as noções de mérito, hierarquia ou disciplina —, o Estado, assim, garante que sua autoridade seja reproduzida sem necessidade constante de recurso à força. A *dominação simbólica*, portanto, não substitui a violência física, mas a complementa e a torna duradoura, já que naturaliza desigualdades e legitima posições sociais.

Nessa perspectiva, o Estado se apresenta não apenas como aparato jurídico ou militar, mas como produtor de sentidos e de classificações. É justamente nesse ponto que a reflexão de Bourdieu se articula à lógica militar: a obediência, a hierarquia e a distinção entre posições se apoiam no reconhecimento simbólico de que essas diferenças são necessárias. Ao abordar o Estado como objeto de investigação sociológica, Bourdieu enfatiza que sua força está na grande concentração dos meios de coerção física e se estende à capacidade de definir e impor classificações legítimas. Trata-se do *monopólio da violência simbólica*, em outras palavras, da

possibilidade de fazer com que determinados princípios de visão e de divisão do mundo sejam aceitos como naturais. Esse poder é tanto mais eficaz quanto menos percebido, já que atua sobre as estruturas cognitivas dos indivíduos, moldando a forma como eles compreendem a realidade social e a si mesmos.

O Estado, portanto, comumente visto como “organização política”, é uma instância produtora de sentido, capaz de instituir categorias que estruturam o imaginário coletivo e validam valores morais. Esse aspecto é particularmente visível nas instituições militares, a organização hierárquica não se sustenta de coerção física sobre os corpos, mas também na imposição de princípios simbólicos que naturalizam a autoridade. O que Bourdieu evidencia é que essa forma de *dominação simbólica* não se mantém sem investimento dos próprios dominados.

Com base nessas reflexões prévias, pôde-se em seguida abordar a construção de um modelo da gênese do Estado como processo de concentração de diferentes espécies de capital (físico, econômico, cultural e simbólico) que conduz à emergência de uma espécie de ‘metacapital’, capaz de exercer um poder sobre as outras espécies de capital, e do Estado como campo em que se desenrolam lutas tendo por objeto o poder sobre os outros campos, notadamente aquele que se encarna no direito e em todas as espécies de regulamentação de validade universal (na escala de um território). (Bourdieu, 2014, p. 664).

Para que os sistemas de distinção social sejam mais ou menos bem sucedidos, é necessário que os sujeitos internalizem suas regras e as reconheçam como parte de um processo inevitável. Esse reconhecimento não é fruto de uma escolha consciente, mas da incorporação de disposições que fazem com que o respeito à hierarquia pareça dado e natural. Dessa forma, o *monopólio da violência simbólica* se revela como um mecanismo de longa duração, que assegura a reprodução da ordem social ao mesmo tempo em que mascara a arbitrariedade de suas classificações. O Estado, portanto, age tanto no plano objetivo (leis, regulamentos, estatutos) quanto no plano subjetivo (disposições, crenças, percepções), a partir de instituições, tornando sua dominação mais profunda e menos questionada.

Antes de tudo, a propósito do que se pode chamar de campo burocrático, isto é, de espaço dos agentes e das instituições que têm essa espécie de metapoder, de poder sobre todos os poderes: o campo burocrático é um campo que está sobrelevado em relação a todos os campos, um campo no qual se decretam intervenções que podem ser econômicas como as subvenções, que podem ser jurídicas como a instauração do regulamento sobre a aposentadoria etc. O campo burocrático, como campo no qual se editam normas referentes aos outros campos, é ele mesmo um campo de luta, em que se encontra o vestígio de todas as lutas anteriores. (Bourdieu, 2014, p. 654)

Em consonância com a tradição sociológica weberiana e eliasiana, Bourdieu aprofunda a compreensão das *formas de dominação* ao deslocar o foco da coerção física para a *dimensão simbólica* das relações de poder. Para o autor, “Por meio disso ele impõe uma visão legítima contra outras visões, contra outras moralidades, poder-se-ia dizer, as quais, por sua vez, expressariam a visão dos dominados” (Bourdieu, 2014, p. 267).

Bourdieu revela que a dominação moderna opera, sobretudo, no plano das significações e das crenças, a *violência simbólica* constitui, assim, o mecanismo pelo qual a ordem social se perpetua sem necessidade constante de imposição física, pois atua na estrutura das percepções e disposições dos agentes. Conforme Bourdieu (2014), o campo burocrático constitui um espaço de disputas internas que refletem, em escala institucional, as lógicas de poder do Estado, assegurando sua *reprodução simbólica*. Trata-se de uma forma de poder invisível, exercida com o consentimento tácito dos dominados, que reconhecem como legítimas as classificações e categorias que os colocam em posições subordinadas. Em vez de impor pela força, a *violência simbólica* impõe pela crença — pela naturalização daquilo que é socialmente construído como “justo”, “merecido” ou “superior”.

Nesse sentido, a análise bourdieusiana permite compreender o Estado — e, por extensão, as instituições militares — como espaços privilegiados de produção e reprodução da *violência simbólica*. O Estado, ao monopolizar a força física e a autoridade sobre os padrões socialmente aceitos, transforma-se no principal produtor das categorias de percepção do mundo social. É ele que define o que é “ordem”, estabelecendo um *nomos* que organiza as práticas e as representações coletivas. A hierarquia militar, ao se basear na distinção entre postos e graduações, encontra na *violência simbólica* o pilar que assegura sua manutenção. Os militares, ao incorporarem o sentido da obediência e do respeito à vida militar, tornam-se agentes da própria dominação, pois reproduzem e legitimam os princípios de distinção que estruturam o *campo* militar. O poder simbólico do Estado, nesse contexto, manifesta-se como poder de nomear, classificar e ordenar grupos sociais.

Assim, o conceito de *violência simbólica* permite compreender que as relações de dominação buscam total apoio na adesão subjetiva às estruturas de poder. A formação militar é um exemplo notável dessa dinâmica: nela, os indivíduos aprendem, além de obedecer, a crer na necessidade da obediência, internalizando disposições que reproduzem essa estrutura. O respeito e apreciação às formalidades entre superiores e subordinados — todos esses elementos são

produtos de uma socialização que transforma disparidade em valor, subordinação em honra e dominação em virtude. Em consonância com Weber e com Elias, Bourdieu revela o estágio mais sutil da dominação moderna: aquele em que o poder é exercido através da crença, da linguagem e do reconhecimento, constituindo uma ordem simbólica que assegura a continuidade da hierarquia.

Ao compreender o Estado como detentor da *violência simbólica legítima*, Bourdieu amplia a discussão sobre o papel estatal na produção de políticas públicas e na organização da vida social. Bourdieu (2014) defende que o *poder simbólico* atua por meio do reconhecimento social das classificações e distinções, que conferem legitimidade às posições hierárquicas. O Estado, segundo o autor, não é um ente neutro nem um simples mediador entre interesses coletivos, mas uma instância de poder capaz de impor visões de mundo e princípios de classificação que orientam o modo como os cidadãos percebem e vivenciam a realidade. É o Estado quem define as fronteiras do que é considerado legal, moral, legítimo ou violento — e, portanto, ele se converte no agente central da construção das representações do mundo social. Nessa perspectiva, as políticas públicas, inclusive as de segurança, não são apenas instrumentos técnicos de gestão, mas expressões concretas de um *poder simbólico* que configura formas de coerção e legitima discursos. Compreender o Estado como produtor de políticas públicas implica ir além de sua definição administrativa, reconhecendo-o como uma estrutura simbólica, relacional e prática, cuja ação materializa formas específicas de poder e dominação.

Bourdieu (2014), em suas aulas sobre o Estado, define-o como um espaço superior de concentração dos diferentes capitais — político, econômico, jurídico e simbólico —, de onde emergem as categorias legítimas de percepção e os princípios de ação que organizam a sociedade. O Estado, portanto, não apenas administra recursos, mas produz realidades sociais, criando as condições cognitivas e normativas para que determinados problemas sejam reconhecidos como públicos e merecedores de intervenção. Ao instituir classificações e esquemas de percepção — o que é violência, o que é segurança, quem é cidadão e quem é ameaça —, o Estado constrói o próprio terreno sobre o qual as políticas públicas se definem. Como afirma Bourdieu (2014, p. 171), “O Estado é o lugar de um poder reconhecido que tem, atrás dele, o consenso social, consenso atribuído a uma instância encarregada de definir o bem público, isto é, o que é bom para o público, em público, para o conjunto das pessoas que definem o público.”. Na leitura

bourdieusiana, o Estado é o produtor de um discurso de “universalidade” que, na prática, esconde relações de poder e processos de dominação social.

No *campo* da segurança pública, essa *dimensão simbólica* do Estado é particularmente evidente. Ao instituir Forças Armadas e Policiais como depositárias do “uso legítimo da força”, o Estado cria uma narrativa de proteção que, ao mesmo tempo, produz fronteiras entre os corpos e territórios que devem ser protegidos e aqueles que podem ser controlados ou punidos. Bourdieu (2014, p. 20) observa que o Estado “detém o monopólio da violência física e simbólica legítima”, o que implica que suas ações são aceitas socialmente porque são reconhecidas como justas e necessárias. A *dominação simbólica*, nesse contexto, atua sobre civis e também nas próprias corporações militares, onde as regras e hierarquias do Estado são internalizadas e reafirmadas cotidianamente.

A opção analítica pelo uso da expressão *domínios* militares e policiais, inspirado em Reis e Grill (2018) parte do reconhecimento de que os espaços de exercício da força armada e policial constituem universos especializados, dotados de regras específicas, saberes e papéis ímpares e formas particulares de hierarquização. Contudo, tais espaços não podem ser concebidos como instâncias significativamente autonomizadas ou independentes, uma vez que permanecem estruturalmente submetidos ao poder político e orientados/regidos por princípios exteriores a eles. Em outras palavras, há uma compreensão de que os universos militares e policiais operam como espaços especializados, mas não soberanos, cuja existência e funcionamento dependem de relações de subordinação, controle e regulação externas.

Na tradição bourdieusiana, uma via analítica possível seria tratar esses espaços como *campos*, definidos pela disputa relativamente autônoma entre agentes dotados de diferentes volumes e espécies de capital. No entanto, conforme argumentam Grill e Reis (2018), essa opção apresenta limites quando aplicada a universos cuja lógica interna é fortemente atravessada por princípios heterônomos, notadamente o controle político e jurídico exercido pelo Estado e os efeitos de recursos e socializações que lhes são exteriores. Nesses casos, a noção de *campo* tende a superestimar a autonomia e a dinâmica concorrencial interna, obscurecendo o fato de que os agentes e instituições que operam nesses espaços não detêm plena capacidade de definir as regras do jogo. Assim, ao invés de um campo no sentido estrito, trata-se de um espaço de práticas reguladas por constrangimentos externos decisivos, o que exige uma categoria analítica distinta.

Dessa maneira, os mesmos autores, baseados no modelo analítico de Bourdieu, concebem adaptações do conceito de *campo* para as discrepâncias do contexto em que esse conceito é empregado comparadas às particularidades de outros contextos (a nível nacional e internacional). Analisando dessa maneira, a utilização da concepção de *domínios sociais* possibilita designar “os contextos especializados de atuação de grupos dirigentes ou elites [...]” (Grill e Reis, 2018, p.195) no Brasil, tendo em vista a maior abrangência etimológica. deste conceito

Mediante o exposto, utilizaremos a ideia de *domínio* para fazer referência à instituição que será pesquisada, pois, conforme Grill e Reis (2018, p. 195), a expressão empreendida ajuda a pensar “em contextos de maior ou menor objetivação de esferas [...]. Logo, cobre várias dimensões referentes à especialização de papéis, sem pressupor independência em relação a poderes, forças, lógicas e princípios exotéricos”. Dessa forma, põe-se que a Polícia Militar se constitui como instituição integrante dos domínios de uso da força e da violência legítima. A partir disso, Grill e Reis (2018, p.199) discutem sobre esses domínios:

Nesse caso, podemos situar os distintos domínios, amarrados por interdependências múltiplas, e a atuação das ‘elites’ em dinâmicas de jogos com características apontadas por Elias e Bourdieu. Quer dizer, num plano mais geral, para considerar o fator de competitividade existente entre agentes que ajustam pulsões, recursos, ações e planejamentos (incluindo o uso da força e da violência) a determinadas condições e regimentos, assim como aos recursos e comportamentos empreendidos por seus oponentes e aliados. (Elias, 1999; 1995).

Bourdieu (1989) defendeu que a compreensão da realidade social é proposta como disposicional, relacional e diacrônica, permitindo a análise dos condicionantes históricos e sociais que moldam as posições e percepções dos agentes sociais. Torna-se, portanto, essencial investigar quem são esses agentes, quais instrumentos estão à disposição em suas relações e disputas, e como eles participam no processo de manipulação de bens simbólicos. Ao explorar trajetórias e socializações, é possível compreender por que certos indivíduos são hierarquizados na estrutura social, escapando à mera ideia de “vocação”.

É nesse ponto que a noção de domínios, conforme mobilizada por Grill e Reis (2018), mostra-se heurística para caracterizar os espaços de uso da força autorizada pelo Estado. O domínio designa um espaço social especializado, estruturado em torno de determinadas funções e competências — no caso, o uso legítimo da força —, mas cuja lógica de funcionamento não é autonomamente produzida por seus agentes.

Trata-se de um domínio composto por instituições diversas, articuladas entre si e submetidas a princípios exteriores que delimitam suas possibilidades de ação. Ao adotar essa noção, esta pesquisa propõe examinar uma instituição específica que integra o domínio militar-policial, deslocando o foco das disputas abstratas para os modos concretos de funcionamento institucional. Dessa forma, a análise articula o legado bourdieusiano com uma perspectiva que permite compreender a força, a hierarquia e a autoridade não como produtos exclusivos de um campo autônomo, mas como efeitos institucionais inscritos em um domínio regulado pelo Estado e por critérios de hierarquização social produzidos em outros domínios.

Foucault (2008), de outro modo, desloca o olhar para a *microfísica do poder*, isto é, para as técnicas cotidianas, difusas e capilares por meio das quais o poder se exerce sobre os corpos e produz sujeitos. Para Foucault (2008), o poder moderno não se reduz à soberania do Estado ou à imposição direta da força, mas se materializa em um conjunto de dispositivos disciplinares que visam tornar os corpos simultaneamente dóceis e úteis. Instituições como quartéis, escolas, prisões e hospitais compartilham, nesse sentido, uma mesma lógica de vigilância, normalização e treinamento, baseada na distribuição dos indivíduos no espaço, na padronização dos gestos, na temporalização das atividades e na avaliação contínua dos comportamentos (Foucault, 2008).

No contexto militar, essa perspectiva é particularmente fecunda, pois permite compreender a disciplina não apenas como valor moral ou instrumento administrativo, mas como uma tecnologia de poder que fabrica determinados tipos de sujeitos: obedientes, hierarquizados, previsíveis e permanentemente observáveis. O quartel pode ser interpretado, assim, como um espaço privilegiado de aplicação do que Foucault denomina “poder disciplinar”, no qual a hierarquia não é apenas simbólica (como em Bourdieu), mas também corporalmente inscrita por meio de rotinas, exercícios, inspeções e formas institucionalizadas de vigilância.

Para aprofundar a compreensão dos mecanismos disciplinares mencionados anteriormente, torna-se fundamental recorrer a *Vigiar e Punir* (1999), obra na qual Foucault desenvolve uma genealogia das formas modernas de punição e, correlativamente, das técnicas de poder que se exercem sobre os corpos e as subjetividades. Se em *Microfísica do Poder* o autor enfatiza o caráter capilar e difuso das relações de poder, em *Vigiar e Punir* ele demonstra historicamente como essas relações se materializam em dispositivos institucionais específicos, especialmente a partir da transição do suplício público para a sociedade disciplinar.

Foucault mostra que, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, ocorre uma profunda transformação na economia política do castigo: abandona-se progressivamente o espetáculo punitivo centrado no sofrimento físico do corpo supliciado para dar lugar a técnicas mais discretas, contínuas e eficazes de controle (Foucault, 2008). O corpo deixa de ser o alvo visível da punição para tornar-se o objeto de um conjunto de técnicas de adestramento, vigilância e normalização. Não se trata, portanto, de uma simples “humanização” das penas, mas de um deslocamento do foco do poder punitivo: do corpo visivelmente torturado para a alma e para o comportamento regulado.

Nesse contexto, emerge o que Foucault (2008) denomina poder disciplinar, caracterizado por três mecanismos centrais: (1) a distribuição dos indivíduos no espaço, (2) o controle minucioso das atividades e (3) a vigilância contínua acompanhada de sanções normalizadoras e exames (Foucault, 1999). Esses mecanismos, originalmente desenvolvidos em instituições como escolas, fábricas, hospitais e prisões, passam a constituir uma tecnologia política do corpo, difundida por toda a sociedade moderna. O modelo paradigmático dessa racionalidade disciplinar é o panoptismo, no *Panóptico*, a possibilidade permanente de ser visto — mesmo sem saber quando se está sendo observado — induz os indivíduos a internalizarem a vigilância e a comportarem-se conforme as normas. Para Foucault, o panoptismo não é um princípio geral de funcionamento do poder moderno: um dispositivo que produz sujeitos dóceis e úteis, governáveis sem necessidade de coerção física constante.

Essa perspectiva é propícia para pensar as instituições militares. O quartel pode ser compreendido como um espaço privilegiado de aplicação das técnicas disciplinares descritas por Foucault: controle rigoroso do tempo (rotinas, horários, formações), organização minuciosa do espaço (hierarquização dos ambientes, separação entre postos e graduações), vigilância permanente (inspeções, avaliações, punições) e treinamento sistemático dos corpos (padronização de gestos, postura, marcha e linguagem). Tais práticas não apenas garantem eficiência operacional, mas produzem um tipo específico de sujeito militar, ajustado às exigências do Estado e às expectativas institucionais de obediência e lealdade.

Diferentemente de uma concepção jurídica do poder centrada na lei ou na soberania, Foucault permite compreender que a dominação no interior das instituições militares opera sobretudo por meio de técnicas disciplinares cotidianas que moldam corpos e condutas. Assim, enquanto Elias evidencia o processo histórico de internalização do autocontrole e Bourdieu

destaca a eficácia da violência simbólica na reprodução da hierarquia, *Vigiar e Punir* oferece as ferramentas analíticas para entender como essa internalização é produzida concretamente por meio de dispositivos institucionais de vigilância, exame e normalização. Além disso, Foucault (1999) evidencia que o poder disciplinar não é apenas repressivo, mas produtivo: ele fabrica saberes sobre os indivíduos (laudos, avaliações, classificações) e, simultaneamente, produz sujeitos adequados às exigências institucionais. No âmbito militar, isso se traduz em processos permanentes de avaliação, classificação e hierarquização dos agentes.

A incorporação de Goffman (1974) a esse quadro analítico permite deslocar o olhar das grandes formas de poder para a experiência cotidiana dos sujeitos no interior das instituições. Em *Manicômios, Prisões e Conventos*, Goffman concebe as instituições totais como espaços nos quais residência e trabalho se confundem, a vida é “formalmente administrada” e os indivíduos são separados do mundo social mais amplo por barreiras físicas e simbólicas. Diferentemente de Foucault, que privilegia as técnicas disciplinares, Goffman (1974) enfatiza o ponto de vista do internado, mostrando como a organização institucional interfere diretamente na estrutura do “eu”, isto é, na maneira como o indivíduo se percebe e é reconhecido pelos outros. Essa perspectiva é reveladora como o poder age sobre os corpos, além de como ele é vivido e negociado pelos sujeitos que dele participam.

Goffman (1974) destaca que a entrada em uma *instituição total* desencadeia um processo de mortificação do eu, caracterizado por rituais de admissão, despojamento de bens pessoais, padronização de vestimentas e ruptura com papéis anteriores. Ao atravessar a barreira que separa o “dentro” e o “fora”, o indivíduo perde aquilo que Goffman (1974) denomina “estojo de identidade” — o conjunto de objetos, rotinas e relações que sustentavam sua apresentação de si no mundo civil. Esse processo não é meramente administrativo, mas profundamente simbólico e moral: por meio de humilhações, testes de obediência e restrições de comunicação, a instituição redefine quem o sujeito é e qual lugar pode ocupar. No caso militar, esses mecanismos ajudam a explicar como a formação não apenas treina habilidades técnicas, mas reconfigura disposições, lealdades e modos de autoapresentação.

Em todas as instituições totais, há uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que chamaremos de internados, e uma pequena equipe dirigente. Os internados vivem geralmente dentro da instituição e têm contato limitado com o mundo exterior, enquanto a equipe dirigente trabalha na instituição, mas vive fora dela, mantendo vínculos contínuos com a sociedade externa” (Goffman, 1974, p. 11–12)

Além disso, Goffman evidencia a divisão estrutural entre equipe dirigente e internados, produzindo dois mundos sociais paralelos e frequentemente antagônicos. Cada grupo constrói estereótipos sobre o outro, e a comunicação entre eles é rigidamente mediada, o que reforça distâncias hierárquicas e assimetrias de poder. Enquanto a equipe dirigente circula entre o interior da instituição e o mundo externo, os internados permanecem confinados, dependentes e submetidos a regras que organizam cada momento de sua rotina. Essa leitura complementa Elias e Foucault ao mostrar que a disciplina não é apenas uma tecnologia de poder, mas também um arranjo relacional que molda interações, expectativas e sentidos de pertencimento; aspecto central para compreender a vida cotidiana em quartéis e academias militares (Goffman, 1974).

Goffman (1974) permite pensar as instituições militares como espaços ambíguos: ao mesmo tempo que impõem controle e produzem conformidade, elas também geram formas específicas de adaptação e resistência. Internados desenvolvem “ajustamentos primários e secundários”, estratégias para lidar com as exigências institucionais sem se reduzir completamente a elas. Essa dimensão microinteracional dialoga com Bourdieu (na medida em que revela como disposições são incorporadas) e com Foucault (ao mostrar como o poder opera nas práticas diárias), mas acrescenta uma atenção singular à experiência vivida e às negociações cotidianas do eu. Assim, a contribuição goffmaniana enriquece sua análise ao demonstrar que o domínio militar não é apenas um aparato de coerção ou um campo de classificações simbólicas, mas um universo social no qual identidades são continuamente desfeitas, refeitas e disputadas

Dubois (2009), por sua vez, contribui ao deslocar o olhar para o nível cotidiano da implementação das políticas públicas – aquilo que denomina *políticas do guichê*. Ele demonstra que o Estado se concretiza nas interações entre agentes públicos e cidadãos, nas quais se produz e se negocia a legitimidade da intervenção estatal. Nessas relações, os agentes administrativos (professores, policiais, assistentes sociais, militares) encarnam o poder simbólico do Estado, traduzindo e aplicando suas normas de forma concreta. Dubois revela que as políticas públicas são “formas de dominação institucionalizada”, pois materializam nas práticas administrativas a violência simbólica legitimada pelo Estado. O guichê, espaço de contato entre Estado e sociedade, é também um espaço de reprodução das hierarquias sociais — onde se decide quem é ouvido, quem é punido, quem é reconhecido e quem é silenciado.

Na mesma direção, Neveu (2015) contribui ao analisar o processo de construção dos problemas públicos. Para ele, o Estado não apenas responde a demandas sociais, mas atua como

mediador simbólico, determinando o que é ou não reconhecido como problema público. Essa operação — que envolve atores, especialistas, meios de comunicação e elites burocráticas — constitui um campo de lutas pelo reconhecimento e pela definição legítima da realidade social. Assim, quando o Estado formula políticas de segurança, por exemplo, ele não está apenas reagindo à violência, mas produzindo uma representação social da violência e da cidadania, definindo quais corpos merecem proteção e quais são objeto de controle. Neveu lembra que os problemas públicos são construídos e enquadrados por discursos e dispositivos institucionais que delimitam o que pode ser dito, pensado e resolvido.

Assim, antes de se consolidarem como práticas burocráticas, as políticas públicas emergem como construções simbólicas, sustentadas por representações do social e por disputas em torno do que é válido. No caso das políticas de segurança, por exemplo, o Estado define não apenas estratégias de controle e proteção, mas também categorias morais e sociais — como “ordem”, “violência”, “risco” e “perigo” — que orientam sua ação e organizam a percepção coletiva da realidade. Esse processo, longe de ser apenas técnico, expressa a *dimensão simbólica do poder* estatal, em que a dominação se exerce tanto pelo reconhecimento. É nesse ponto de inflexão que se torna possível compreender o Estado como produtor de políticas públicas, isto é, como um agente que, ao intervir na sociedade, a redefine simbolicamente.

A perspectiva de Neveu (2015) sobre a perspectiva sociológica dos problemas públicos complementa a leitura bourdieusiana do Estado ao deslocar o foco da *dominação simbólica* para os processos concretos pelos quais as questões se tornam legítimas e entram na agenda política. Se, em Bourdieu, o Estado é o espaço de disputas pelo monopólio da definição legítima do mundo social, em Neveu (2015) ele aparece como a arena na qual se decide o que pode ser reconhecido como um “problema público”. O autor faz uma análise da transformação de um problema público em um empreendimento social. Em outras palavras, as políticas públicas não nascem de necessidades objetivas, mas de processos de nomeação e de enquadramento, nos quais atores sociais — intelectuais, especialistas, jornalistas, burocratas e militantes — constroem narrativas que transformam fatos sociais em questões de interesse coletivo (Neveu, 2015). Assim, a ação estatal se ancora em uma luta simbólica anterior, que define o que merece atenção pública e o que permanece invisível, sendo necessário recair o olhar para a diversidade dos recursos dos atores sociais e os efeitos de suas propriedades sociais sobre as políticas públicas, tendo em vista que os “porta-vozes” desses problemas públicos é que possuem o poder de sua publicização.

Segundo Neveu (2015), a construção dos problemas públicos obedece a um conjunto de operações interdependentes: a identificação do problema, o enquadramento, a legitimação, a popularização e, por fim, a transformação em política pública. Cada uma dessas etapas envolve disputas simbólicas em torno da definição de causas, responsabilidades e soluções. É nesse processo que a dimensão política do Estado se revela em toda a sua complexidade. Longe de responder de forma automática às demandas sociais, o Estado atua como filtro e tradutor: seleciona as questões que entram na agenda, redefine seus significados e estabelece fronteiras entre o legítimo e o ilegítimo. Essa dinâmica é essencial para compreender a atuação estatal nas áreas de segurança e direitos humanos, onde categorias como “violência”, “ordem”, “crime” e “cidadania” são moldadas por discursos institucionais que naturalizam determinadas interpretações e marginalizam outras. O problema público, nesse sentido, é uma construção simbólica que reflete e reproduz as hierarquias do campo político.

A leitura de Neveu (2015), portanto, aprofunda o que Bourdieu (2014) indicava nas suas aulas sobre o Estado: a ideia de que a ação estatal é um ato de classificação. As políticas públicas não são apenas respostas técnicas, mas instrumentos de imposição simbólica que legitimam algumas visões de mundo. Quando o Estado define, por exemplo, o que é “segurança pública”, ele não somente organiza recursos e procedimentos administrativos, mas impõe um quadro moral e cognitivo que estrutura a percepção coletiva do problema. Essa compreensão é particularmente relevante para pensar o campo da formação militar, no qual categorias como “disciplina”, “ordem”, “honra” e “hierarquia” não se limitam a regras funcionais, mas se convertem em princípios simbólicos de distinção. Assim, a sociologia política dos problemas públicos permite compreender como o Estado, ao produzir políticas e discursos, também produz agentes e subjetividades – definindo quem é reconhecido como cidadão, quem é visto como ameaça e quem tem o direito de exercer a autoridade legítima.

Ao descrever sobre a forma de construção social dos problemas públicos, Neveu (2015) ajuda a compreender a ação do Estado e a dinâmica das políticas públicas como expressões concretas das tensões democráticas que atravessam as sociedades contemporâneas. Para o autor, estudar a constituição dos problemas públicos é, em última instância, investigar o funcionamento real da democracia – não como um espaço de consenso racional entre cidadãos iguais, mas como um campo conflituoso em que atores desiguais lutam para impor suas definições do que é justo, urgente ou melhor. A força de sua abordagem reside em mostrar que nada é, por si só, um

“problema público”: as questões sociais precisam ser nomeadas, enquadradas e legitimadas para alcançar o estatuto de objeto de política.

Nessa discussão, pode-se pensar agora o que deriva a forma específica de pensar instituições como um domínio de seleção, formação e reprodução de agentes e concepções sobre as formas legítimas de atuar. A leitura de Pinto (1998) oferece uma compreensão refinada das instituições como espaços de formação simbólica e moral, nos quais se constroem tanto as disposições subjetivas quanto as fronteiras da legitimidade. Inspirado na sociologia de Bourdieu, Pinto (1998) entende que a instituição não pode ser estudada como um conjunto de regras formais ou a um aparato burocrático neutro, mas como um espaço social de inculcação e reprodução, no qual os agentes aprendem a reconhecer, naturalizar e reproduzir as hierarquias existentes. Para isso, sugere que haja uma correspondência entre as propriedades sociais dos agentes sociais com as suas posições institucionais e, dessa forma, identificar as relações entre a ordem interna da instituição com as estruturas externas do mundo social.

Pinto (1998) aduz que “se o caráter próprio de uma instituição [...] é impor aos indivíduos seus próprios códigos de decifração da experiência vivida e se, em geral, para as adesões livres, não admite razões diferentes das que ela própria decifra na linguagem encantada da vocação” (p. 24). A função formativa, portanto, vai além da transmissão de competências técnicas: ela produz sujeitos socialmente moldados para agir e pensar segundo uma ordem legitimada. “De fato, a instituição militar tende a favorecer o 'nascimento' [...] do indivíduo que interiorizou a tal ponto à ordem coletiva e impessoal que já não sente a necessidade de instruções explícitas para estar ajustado às exigências objetivas da instituição [...]” (Pinto, 1998, p. 21).

Essa “experiência objetiva”, como denomina Pinto, é o resultado de um processo de socialização contínua, no qual o indivíduo incorpora os códigos simbólicos da instituição até torná-los parte de sua identidade. Trata-se de um aprendizado silencioso, que opera pela familiarização com as práticas, gestos e formas legítimas de expressão que delimitam o que é reconhecido como conduta adequada. De acordo com Pinto (1998), a eficácia das instituições repousa precisamente nessa capacidade de inculcar, de modo imperceptível, as estruturas sociais no interior dos indivíduos, de modo que a conformidade pareça natural e o arbitrário se torne legítimo.

Essa concepção permite pensar a hierarquização institucional não como mero arranjo administrativo, mas como um sistema simbólico de distinção que legitima a desigualdade por intermédio da internalização da diferença. A seleção institucional, nesse sentido, não ocorre apenas por mérito, mas pela capacidade de reconhecer e reproduzir o jogo simbólico de dados domínios da vida social. Pinto (1998) observa que os espaços de formação — como as escolas superiores, as academias ou os centros de treinamento estatal — selecionam os mais aptos não apenas segundo seus desempenhos formais, mas conforme sua adequação às normas implícitas de comportamento e percepção que regem o universo institucional. Assim, o que está em jogo é um processo de reprodução social, conformado a formas de legitimidade, no qual os agentes não apenas ocupam posições hierárquicas, mas também compartilham uma mesma crença na validade da hierarquia que os ordena.

Por essa razão, Pinto (1998) insiste que compreender as instituições é compreender um mecanismo de naturalização da dominação, sustentado pela crença coletiva na neutralidade de suas regras e pela interiorização das formas legítimas de julgamento. Segundo ele: “A aptidão para servir que é testemunhada, por exemplo, por adjetivos como ‘calmo’, ‘dedicado’, ‘competente’, ou pela qualidade que é o ‘espírito de companheirismo’, não seria tão frequentemente notada se não houvesse a presunção de fornecer uma marca de ‘boa adaptação’ ao meio.” (Pinto, 2002, p. 28). Esse poder é tanto mais eficaz quanto menos visível, porque se exerce como reconhecimento, e não como imposição. Ao formar seus agentes, as instituições produzem também os limites do que pode ser pensado e feito, delineando uma fronteira simbólica entre o legítimo e o ilegítimo, o competente e o incompetente, o autorizado e o profano.

Pinto (1998) mostra que as instituições não apenas impõem uma ordem externa, mas produzem internamente os esquemas de percepção que assegurem a adesão subjetiva dos agentes à estrutura hierárquica. Essa capacidade de modelar o pensamento e a conduta dos indivíduos deriva do fato de que toda instituição é portadora de uma ortodoxia, de um “discurso autorizado” que define o que pode ou não ser dito, feito e pensado em seu interior. Como observa o autor,

Para Pinto (1998), as instituições funcionam como espaços de ortodoxia

simbólica, isto é, lugares onde se decide o que é legítimo dizer e o que deve ser silenciado; elas produzem um consenso implícito sobre a ordem social ao mesmo tempo em que o apresentam como natural. Como exemplo, o autor especifica:

Enquanto o seminário menor consagrava-se a reforçar determinadas disposições inculcadas desde a primeira infância, conseguia dissimular qualquer relação de sua ação com a existência profana. À maneira de uma regra de conduta, que ‘é necessário habituar-se a qualquer espécie de alimento’, a instituição tendia a fazer esquecer que as crianças poderiam ter retirado das lições ouvidas outras instruções não sistematizadas em uma ‘moral’ (Pinto, 1998, p. 35).

Desse modo, a dominação institucional não depende apenas de coerção formal, mas de uma pedagogia moral que forma agentes capazes de agir segundo os códigos legítimos do grupo. O aprendizado, portanto, é menos técnico do que ético e simbólico: aprender a fazer parte da instituição significa aprender a reconhecer e reproduzir as hierarquias que a sustentam. Esse raciocínio permite compreender a instituição como um espaço de consagração social, no qual a competência e o prestígio são, ao mesmo tempo, produzidos e legitimados. Pinto (1998) argumenta que as instituições modernas são arenas de validação simbólica, em que os agentes lutam pela posse de capitais específicos — o saber legítimo, a autoridade reconhecida, o domínio das normas e dos rituais. Tais capitais não são apenas recursos individuais, mas formas de reconhecimento institucionalmente sancionadas.

Graças aos mecanismos coletivos de consagração institucional, parece que as classificações dos agentes só têm como fundamento a instituição: não é ao filho do professor de faculdade que é atribuída a qualidade de ‘espírito filosófico’, mas a uma individualidade que tem a possibilidade de reunir, de forma eminente, todas as características reconhecidas pela Escola como superiores. (Pinto, 1998, p. 33).

Ao transformar o mérito em distinção e a distinção em legitimidade, a instituição converte desigualdades sociais em desigualdades legítimas. Essa é a base do poder simbólico: o arbitrário das hierarquias se torna invisível porque é reconhecido como justo. Assim, o espaço institucional aparece como um campo de disputas veladas, em que os agentes internalizam a crença na neutralidade.

A partir de Bourdieu (1989), é possível aprofundar a compreensão das instituições como espaços produtores de crenças socialmente eficazes. Para o autor, o

poder simbólico que sustenta a ordem institucional se exerce, sobretudo, pela capacidade de gerar reconhecimento e adesão. Conforme o autor, “o poder simbólico é um poder de construção da realidade” (1989, p. 9), que atua por meio de ritos e classificações capazes de consagrar uma diferença, transformando-a em uma diferença legítima. Bourdieu (1989) afirma:

Os ritos de instituição têm como função principal fazer reconhecer como legítima uma fronteira arbitrária, transformando-a em fronteira natural. Ao instituir uma diferença, o rito tende a consagrá-la, isto é, a fazê-la existir como diferença legítima, reconhecida por todos, e a fazer esquecer, ao mesmo tempo, o arbitrário da divisão instituída. (Bourdieu, 1989, p. 101)

Nesse sentido, as instituições funcionam como instâncias de produção de crença, na medida em que fazem com que os agentes reconheçam como justas hierarquias que são, em sua origem, arbitrárias. Tal reconhecimento não é fruto de uma adesão consciente e reflexiva, mas de disposições incorporadas ao longo da trajetória social, que levam os indivíduos a aceitar a ordem instituída como algo “normal” ou “natural” (Bourdieu, 1989).

Essa eficácia simbólica se manifesta de modo particularmente intenso nos ritos e mecanismos institucionais de consagração, analisados por Bourdieu como dispositivos centrais de produção da fé institucional. Ao consagrar títulos, cargos, competências ou distinções, a instituição não apenas classifica os agentes, mas produz a crença coletiva na legitimidade dessas classificações, ocultando seu caráter socialmente construído. É nesse processo que a instituição se constitui simultaneamente como campo de força e campo de fé: força, porque impõe fronteiras, hierarquias e expectativas; fé, porque obtém a cumplicidade daqueles que reconhecem e reproduzem essas mesmas fronteiras. Assim, academias, escolas e burocracias estatais não formam apenas práticas legítimas, mas disposições duráveis para crer na legitimidade do próprio sistema institucional, assegurando a reprodução simbólica da ordem social sob a aparência de neutralidade e mérito (Bourdieu, 1989).

Para Lagroye (1997), as instituições não devem ser compreendidas apenas como estruturas formais, cristalizadas em normas jurídicas, estatutos ou organogramas, mas como realidades sociais que se produzem e se reproduzem na

prática. Sua abordagem desloca o olhar da instituição enquanto entidade abstrata para os processos concretos que a fazem existir cotidianamente, enfatizando o caráter dinâmico e relacional do fenômeno institucional. Nesse sentido, a instituição é resultado do encontro entre dispositivos objetivados — regras, saberes, modos de organização — e os investimentos dos agentes que nela se engajam, sendo essa interação que sustenta sua continuidade e legitimidade. A instituição, portanto, não se impõe de maneira mecânica aos indivíduos, mas depende da incorporação ativa de seus princípios por aqueles que a fazem funcionar.

Um elemento central na reflexão de Lagroye (1997) é a noção de papel institucional, entendida como um conjunto de expectativas práticas que orientam as condutas dos agentes no interior da instituição. Diferentemente de uma posição formal ou hierárquica, o papel remete à consciência prática do que é considerado adequado, legítimo e possível em determinado espaço institucional. Incorporar um papel significa saber agir de acordo com as regras explícitas e implícitas da instituição, tornando-a visível e reconhecível socialmente. Lagroye (1997) evidencia que os agentes possuem margens de interpretação e ajuste, ainda que essas estejam fortemente condicionadas pelas estruturas institucionais. Assim, sua análise evita tanto uma leitura objetivista, que reduz as práticas à força das normas, quanto uma perspectiva voluntarista, que superestima a liberdade individual, propondo uma compreensão das instituições como ordens práticas permanentemente atualizadas pelas ações dos próprios agentes.

Ao afirmar que a noção de papel não se confunde com atributos formais como hierarquia, especialidade ou remuneração, mas com um conjunto de comportamentos que tornam a instituição “visível aos olhos dos outros”, Lagroye (1997, p. 8) muda a análise do plano das posições objetivas para o das práticas socialmente esperadas. Nesse sentido, ocupar uma posição institucional sem corresponder às condutas associadas ao papel que lhe é atribuído pode produzir ruptura simbólica, tornando-se motivo de escândalo justamente porque ameaça a inteligibilidade da instituição enquanto ordem social reconhecida. Essa formulação aprofunda a compreensão do papel institucional como consciência prática do agir adequado, mostrando que a legitimidade não decorre automaticamente do lugar ocupado, mas da capacidade de

atualizar, na prática cotidiana, os princípios explícitos e implícitos que sustentam a instituição. É essa dimensão performativa do papel que permite compreender como a instituição se reproduz através dos agentes, ao mesmo tempo em que os constrange, abrindo espaço para leituras que, como a de Dulong, enfatizam as disputas simbólicas em torno da definição legítima dos comportamentos, das normas e das fronteiras entre o aceitável e o desviante.

Nessa trilha, Dulong (2012) oferece uma leitura das instituições, propondo que elas não sejam vistas apenas como estruturas estáveis e coercitivas, mas como espaços dinâmicos de disputas simbólicas e de constante negociação de papéis, normas e legitimidades. Para a autora, o que define uma instituição não é a imobilidade, mas o modo como ela forma, seleciona e regula os agentes por meio de práticas cotidianas de validação e desvalorização. Dulong (2012) destaca que a definição de papéis e de regras institucionais se realiza, antes de tudo, na prática [...] Por isso, jamais é fixa e perene. Essa constatação rompe com a visão essencialista das instituições e as reinscreve no campo das lutas simbólicas, onde os agentes disputam o sentido legítimo de agir e de ser reconhecido como pertencente. Ao enfatizar que

Por se inscreverem nas lutas simbólicas pela definição legítima da instituição e dos papéis a ela relacionados, a análise das práticas subversivas é, em primeiro lugar, indissociável da análise da atividade de etiquetagem, que consiste em conferir um sentido às práticas dos atores. (Dulong, 2012, p. 54),

Dulong (2012) introduz uma perspectiva que permite compreender como as instituições produzem e reproduzem hierarquias internas. A autora mostra que o poder institucional está intimamente ligado à capacidade de definir o que é comportamento “legítimo” ou “subversivo”, isto é, de enquadrar as práticas em esquemas de valoração socialmente aceitos. Essa capacidade de etiquetar e sancionar o desvio — simbólica ou materialmente — atua como um mecanismo de reprodução de posições e disposições, que molda a *trajetória* e o *habitus* dos agentes inseridos nesses contextos (Dulong, 2012). Assim, a instituição não apenas forma seus membros, mas os treina a internalizar seus limites e a se autorregular, transformando a coerção externa em autodomínio incorporado, o que a aproxima da concepção de Elias sobre o processo

civilizador.

Além disso, Dulong analisa como as instituições se autopreservam por meio daquilo que denomina de “táticas de denegação do caráter subversivo de uma ação” (Dulong, 2012, p. 55). Essas táticas operam na legitimação das práticas dominantes e na contenção das práticas desviantes, convertendo o conflito em aparência de consenso. A hierarquia, portanto, é continuamente reafirmada na fronteira entre o que é permitido e o que é considerado perigoso. É nesse ponto que a autora inova: ao mostrar que o poder institucional não se exerce apenas de cima para baixo, mas é reproduzido nas micro-relações cotidianas, nas quais os próprios atores, ao buscarem reconhecimento, reafirmam a estrutura que os domina. Como escreve Dulong, “as sanções oficiais [...] agem, sobretudo, de maneira indireta e invisível enquanto constrangimento internalizado pelos atores” (Dulong, 2012, p. 62), o que revela a dimensão simbólica e psicológica da dominação institucional.

Por fim, sua contribuição mais profunda reside em mostrar que a subversão e a conformidade coexistem como forças constitutivas da vida institucional. As práticas desviantes não são apenas uma ameaça à ordem, mas, paradoxalmente, um de seus motores de renovação. Dulong (2012, p. 69) explica que “as práticas desviantes e mesmo subversivas não são, portanto, necessariamente desintegradoras. [...] Elas produzem o reencantamento da crença na instituição”. Essa formulação amplia o entendimento das instituições como espaços de tensão produtiva, onde o conflito e a adaptação asseguram a continuidade da ordem hierárquica. Desse modo, a autora oferece uma lente que integra dominação, resistência e reprodução, articulando as instituições como campos de formação de agentes e de naturalização das formas legítimas de agir.

Para Dulong (2012) instituir é antes de tudo nomear, e nomear é criar. A palavra institucional é performativa: ela transforma o dito em feito e o arbitrário em necessário. Sua originalidade está em mostrar que o poder institucional é simultaneamente simbólico e performativo: ele produz realidade através da autoridade reconhecida de quem fala em nome da instituição. Por fim, a autora oferece uma chave interpretativa poderosa ao sugerir que a estabilidade das instituições repousa na internalização social da crença institucional. O que as mantém não é a coerção, mas a

fé coletiva no valor e na justeza de suas normas. “[...] elas se inscrevem nas mobilizações em torno da ‘verdade’ da instituição que são, de certo modo, conflituosas mas que, perturbando as rotinas institucionais e reatualizando o sentido de suas regras, produzem o reencantamento da crença na instituição” (Dulong, 2012, p. 69).

Esse ponto é fundamental para sua contribuição: Dulong (2012) não analisa somente a estrutura do poder institucional, mas também a crença que o sustenta — a adesão subjetiva dos agentes à ordem que os domina. Em termos práticos, isso significa que toda instituição é, ao mesmo tempo, um campo de força e um campo de fé, um espaço em que se reproduzem hierarquias objetivas e subjetivas. Essa visão abre caminho para compreender como academias militares, escolas ou burocracias estatais produzem não só práticas legítimas, mas também *crenças legítimas* — isto é, disposições para crer na legitimidade do próprio sistema.

Nos cursos de formação militar, a noção de autoridade está intrinsecamente ligada a sistemas de distinção, estabelecido com base em um conjunto particular de competências e desempenhos demonstrados ao longo da formação. Esses critérios envolvem avaliações, testes e o cumprimento de diversas “missões”, onde os melhores desempenhos elevam os cadetes a posições mais altas na hierarquia institucional. Assim, o prestígio não é apenas atribuído, mas deve ser “conquistado” por meio do mérito evidenciado durante o processo formativo.

Ao deslocar o foco da análise para o contexto brasileiro, torna-se necessário problematizar o caráter compósito das instituições, isto é, sua conformação híbrida, resultante da sobreposição de lógicas, princípios e matrizes de institucionalização distintas. Grill e Reis (2018) argumentam que a noção bourdieusiana de *campo*, embora heurística, apresenta limites quando aplicada de maneira estrita ao Brasil, na medida em que pressupõe níveis de autonomia, especialização e fechamento que raramente se verificam de forma plena em contextos “importadores” e historicamente marcados por porosidades entre Estado, mercado e redes pessoais. Nesse sentido, mais do que campos plenamente diferenciados, muitas instituições brasileiras configuram-se como domínios de atuação, atravessados por princípios heterônomos e por múltiplas racionalidades que coexistem, competem e se recombina (Grill e Reis, 2018). Tal perspectiva permite captar a plasticidade

institucional sem perder de vista as relações de poder e hierarquização que estruturam esses espaços. De acordo com Grill (2014), não podemos esquecer que, de um lado, as instituições sociais tendem a se autonomizar dos atores que as criam. Isso ocorre porque a criação de uma instituição engendra inevitavelmente a produção de representações coletivas e de um corpo de conhecimentos sobre a instituição que são mais ou menos independentes dos seus fundadores.

Essas representações e conhecimentos acabam por conferir à instituição uma certa autonomia, tornando-a uma entidade que existe independentemente dos seus criadores. Porém, de outro lado, Grill (2014) também argumenta que a ascendência das instituições sociais sobre os atores que as compõem é condicionada e relativa. Isso ocorre porque as instituições são sempre retrabalhadas tanto do interior como do exterior. Do interior, as instituições são redefinidas pelos próprios atores sociais que as compõem, que podem reinterpretar as regras e normas institucionais, ou mesmo subvertê-las. Do exterior, as instituições são retrabalhadas por forças sociais externas, como economia e sociedade.

Portanto, a instituição militar, como instituição social, passa pelo processo de institucionalização. Trata-se de um processo dinâmico e contínuo, que envolve a atuação de agentes sociais, mecanismos de institucionalização e dispositivos de imposição, que são meios pelos quais esses elementos são incorporados e transmitidos de maneira a influenciar o pensamento e o comportamento das pessoas, contribuindo para a legitimação e internalização de padrões culturais e institucionais (Grill, 2012). A autoridade nas instituições militares não se resume à ocupação de postos ou ao cumprimento de normas formais, mas envolve uma construção simbólica pautada por rituais, representações e códigos próprios de valorização interna. Nesse ambiente, atributos como coragem, disciplina e lealdade são constantemente reforçados como ideais de conduta, e aqueles que os incorporam de maneira exemplar são reconhecidos pelos pares e superiores. A autoridade, assim, se consolida por meio de uma legitimação simbólica que ultrapassa o simples cumprimento de tarefas — ela é performada e reafirmada nas interações cotidianas, nos ritos institucionais e nas formas de distinção entre o

membros da corporação. Nesse cenário, o princípio da hierarquia assume um papel

central como marcador de prestígio, operando como um dispositivo que organiza e justifica a distribuição do poder dentro da carreira militar desde os primeiros momentos da formação.

A construção permanente do instituído e os investimentos constantes, responsáveis pela objetivação das instituições, entram na ordem do dia. De forma sintética, ganham relevo no programa de investigações a atuação de agentes pensados como empreendedores em espaços concorrenciais, os mecanismos de institucionalização e os dispositivos de inculcação de normas, valores, crenças, papéis, práticas tidas como legítimas, e rotinizadas, socializadas, codificadas, propagadas, disputadas e subvertidas em domínios diversos (Grill, 2012, p. 302).

O treinamento recebido pelos membros na instituição militar, a título de exemplo, juntamente com os princípios e normas internalizados, influenciam diretamente as dinâmicas internas do ambiente. E, todo esse cenário é o que movimenta as relações entre dominantes e dominados, no caso deste projeto: as inter-relações entre os “antigos” e os “modernos” – como são chamados os militares a depender de sua posição no sistema interno da instituição.

A instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma..., é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social. Instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um direito de ser que é também, um dever ser (ou um dever de ser). É fazer ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade...A essência social é o conjunto destes atributos e destas atribuições sociais que o ato de instituição produz como ato solene de categorização que tende a produzir o que ele designa (Bourdieu, 1996, pp. 100-101).

Ao refletir sobre o modo como as instituições se configuram como domínios de seleção e reprodução de agentes, Foucault (1987) também revela, de um outro modo, que elas não estão interessadas, exclusivamente, em organizar práticas, mas, fortemente, em produzir subjetividades. Em *Vigiar e Punir*, o autor demonstra que a passagem do suplício público para a punição disciplinar marca o surgimento de uma nova racionalidade do poder: um poder que não atua mais sobre o corpo como espetáculo, mas que se infiltra nas condutas, produzindo sujeitos úteis e dóceis. Esse deslocamento, conforme afirma, “fez desaparecer o corpo como alvo principal da repressão penal” (Foucault, 1987, p. 15), instaurando formas sutis de controle que

operam pela vigilância e pela normatização.

Nesse contexto, as instituições – como a escola, a prisão, o quartel e o hospital – tornam-se máquinas disciplinares que hierarquizam, distribuem e classificam os indivíduos. Elas

selecionam comportamentos legítimos e produzem saberes que justificam tais práticas. Como explica Foucault, trata-se de um “investimento político do corpo”, no qual as relações de poder o “marcam, o dirigem, o sujeitam a trabalhos” (Foucault, 1987). O corpo, dessa forma, é inscrito em uma rede de micro-poderes que não apenas o disciplinam, mas também o formam como portador de uma determinada função social.

O corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação. (Foucault, 1987, p. 29).

A hierarquia interna dessas instituições é o elemento que assegura a eficácia dessa dominação. Foucault descreve a “vigilância hierárquica” como um dos principais recursos do adestramento disciplinar, pois é por meio dela que se cria uma visibilidade assimétrica: “ver sem ser visto” torna-se o princípio de organização do poder (Foucault, 1987). Essa estrutura hierárquica não visa apenas à repressão, mas à produção de comportamentos normalizados, garantindo que os agentes reproduzem continuamente as formas legítimas de atuar dentro do campo institucional.

Ao compreender as instituições sob essa ótica, percebe-se que elas não apenas refletem uma ordem social, mas a produzem ao selecionar os indivíduos e as condutas que serão reconhecidas como válidas. A disciplina, portanto, funciona como um mecanismo de legitimação interna e de perpetuação da hierarquia. Nesse sentido, o domínio institucional é, ao mesmo tempo, um espaço de controle e de formação: controlado pela vigilância e pela norma; forma ao criar sujeitos que incorporam a lógica da obediência e da utilidade. Assim, “o poder produz saber [...] e não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber” (Foucault, 1987, p. 31), o que significa que toda hierarquia institucional se mantém pela naturalização de seus

próprios discursos e técnicas de seleção.

Em síntese, a análise foucaultiana evidencia que as instituições são dispositivos de poder que selecionam, formam e reproduzem agentes conforme critérios de legitimidade e docilidade, sustentando-se em uma racionalidade disciplinar. Ao internalizar o controle e ao estabelecer uma hierarquia constante, elas transformam a sujeição em um modo de existir, fazendo do indivíduo não apenas objeto, mas também veículo do poder que o constitui.

Quando se fala na história das instituições no Brasil, não se trata apenas de descrever sua estrutura formal _ no caso das instituições militares: hierarquia, postos, carreira, regulamentos –, mas de compreender como diferentes princípios, racionalidades e matrizes de poder se entrelaçam historicamente na conformação dessa instituição. As Forças Armadas — e, por extensão, as corporações militares estaduais — não são espaços homogêneos nem puramente técnicos: são arranjos institucionais híbridos, atravessados por lógicas disciplinares, burocráticas, políticas, simbólicas e corporativas. Essa composição é fruto de um longo processo de institucionalização em que se combinam a centralização estatal da violência, dispositivos disciplinares, processos de socialização totalizante e mecanismos de classificação e reprodução de hierarquias. No caso brasileiro, esses elementos não operam de maneira linear ou plenamente integrada, mas convivem de forma tensa e por vezes contraditória, o que confere às instituições militares seu caráter compósito.

Ao ingressar nos estudos sobre as Forças Armadas no Brasil, torna-se incontornável a contribuição de Castro (1995), especialmente em *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. O autor desloca a análise de explicações estritamente estruturalistas ou psicologizantes para uma abordagem cultural e relacional dos militares, enfatizando que sua ação política não pode ser compreendida sem considerar os sentidos compartilhados no interior da corporação. Um eixo fundamental da análise de Castro é a formação histórica daquilo que ele denomina “classe militar”, entendida não apenas como posição no aparelho de Estado, mas como uma identidade social produzida por processos de profissionalização e socialização institucional.

Castro (1995) argumenta que essa identidade se consolida ao longo do século

XIX, especialmente a partir da Guerra do Paraguai e da criação de academias militares, que funcionaram como espaços decisivos de inculcação de valores, saberes e hierarquias. Nas suas palavras, “no processo de profissionalização dos exércitos modernos, a existência de academias militares com acesso ‘democratizado’ [...] desempenha papel absolutamente central” (Castro, 1995, p. 19).

A partir dessa noção de “classe militar”, Carvalho (2005) aprofunda a compreensão do caráter compósito das instituições castrenses ao mostrar que sua composição social e organizacional foi historicamente marcada por um movimento de fechamento endógeno e estratificação interna. Ao longo do Império e da Primeira República, o recrutamento do oficialato deslocou-se progressivamente das elites civis para dentro da própria corporação e para segmento de renda mais baixa e posição social modesta. Carvalho (2005), de outro modo, tem como um dos eixos fundamentais de sua análise, referente ao que está sendo tratado neste trabalho, o recrutamento e a formação de oficiais e praças, que evidenciam o caráter compósito e historicamente mutável das Forças Armadas no Brasil.

Essa leitura sobre a composição social e institucional das instituições militares ganha nova densidade com Seidl (2020), que desloca o foco da análise da organização militar enquanto estrutura para os mecanismos de reprodução familiar que sustentam e moldam essa instituição no longo prazo. Seidl (2020) demonstra que essa endogenia não é apenas efeito de regras formais de carreira, mas resultado de estratégias familiares sistemáticas de reprodução no interior do domínio militar. Ao estudar as “famílias das armas” no Rio Grande do Sul (1850–1930), o autor evidencia que o caráter compósito da instituição militar brasileira não se explica apenas por lógicas disciplinares, burocráticas ou políticas, mas também por uma lógica genealógica e patrimonial, em que o acesso a posições de poder militar é atravessado por capital familiar, redes de parentesco e alianças matrimoniais. Assim, a instituição militar aparece simultaneamente como aparelho de Estado, espaço disciplinar e campo de reprodução de linhagens, o que reforça sua natureza híbrida e relaciona.

Nesse sentido, Seidl mostra que o que parece “vocação” ou “tradição militar” é, na realidade, produto de estratégias de reprodução social profundamente enraizadas, que articulam família, Estado e carreira militar. Ao analisar o alto oficialato do

Exército no período imperial e republicano inicial, o autor afirma que:

A análise da composição social do alto oficialato brasileiro até as primeiras décadas da República mostra elevado grau de endogenia no recrutamento daquela elite. Revela ainda número considerável de membros de grupos familiares cujos nomes se tornaram indissociáveis da própria instituição militar. Portanto, indissociáveis também da carreira, da profissão e, por consequência, dos atributos e competências que, ao longo do tempo, forjaram representações dominantes sobre as atividades militares: bravura/heroísmo, disciplina e destreza, antes de tudo, e, mais recentemente, desempenho escolar e intelectual. (Seidl, 2020, p. 70).

Nessa continuidade, amplia-se o entendimento do caráter compósito das instituições no Brasil ao articular trabalhos que pensam e exemplificam como as instituições compõem as suas formas de dominação, como é o exemplo da pesquisa conduzida por Castro (2004), que busca compreender os mecanismos de socialização profissional dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Creio que a instituição militar apresenta uma armadilha para o pesquisador, por possuir um recorte morfológico extremamente claro – muros vigiados, uniformes e muitas outras barreiras simbólicas e físicas evidentes. Sem dúvida a morfologia da instituição, seu aspecto, digamos, mais "sociológico", não pode ser desprezado pelo pesquisador. Mas é preciso resistir à tentação de sobrepor à morfologia da instituição um inventário de elementos, traços e regras constituintes da identidade militar. O desafio é perceber não ‘o que é’, mas ‘como é’ essa identidade, quais são seus mecanismos simbólicos. (Castro, 2004, p. 3)

Destacando como a instituição molda identidades e valores próprios do universo militar, o autor aponta que o processo formativo é intenso, sistemático e voltado à construção de uma identidade distinta da civil. Para isso, explica, primeiramente, que:

[...] os cadetes vivem um processo de socialização profissional durante o qual devem aprender os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar. Mais do que através de aulas e textos, é principalmente através da interação cotidiana com oficiais e outros cadetes que eles aprendem como é ser militar. (Castro, 2004, p. 3).

Nesse contexto, a ruptura com a vida civil é essencial à formação do “espírito militar”, sendo a disciplina e o isolamento instrumentos simbólicos e práticos de

diferenciação do “mundo de fora” (Castro, 2004). Sendo assim, analisa ainda a produção de uma hierarquia simbólica entre militares e civis, mediada por valores como disciplina, patriotismo e espírito de corpo. Segundo o autor, o cadete, então, é levado a internalizar a ideia de que o modo de vida militar é moralmente superior, uma vez que “a mensagem que se transmite é a de que em geral os militares são não apenas diferentes dos civis, mas que também são melhores: uma elite, fundada sobre princípios éticos e morais corretos e sãos” (Castro, 2004, p. 4). Essa separação simbólica reforça a coesão interna da corporação, que contribui para um isolamento institucional frente à sociedade civil. De forma indireta, Castro (2004) argumenta que esse afastamento tende a cristalizar uma identidade fechada e autorreferente, sustentada pela identidade militar.

Por fim, o autor destaca a continuidade histórica desse modelo de socialização, que, segundo suas observações, mantém-se praticamente inalterado desde a década de 1930. Castro (2004, p. 5) nota que o “padrão de socialização profissional na AMAN permaneceu praticamente inalterado desde o início da década de 1930”, o que revela a força dos rituais, valores e práticas institucionais na reprodução da cultura militar. Observa, também, o progressivo fechamento social da instituição, já que “entre 60 e 70% dos cadetes são filhos de sargentos” (Castro, 2004, p. 5), configurando um recrutamento cada vez mais endógeno. Desse modo, o autor demonstra que a socialização na AMAN é tanto uma formação técnica e profissional quanto um processo de reprodução simbólica de poder e distinção, fundamental para a manutenção da identidade e da legitimidade das Forças Armadas brasileiras.

Sendo assim, quando examinamos agentes que estão imersos no ambiente institucional, torna-se crucial abordar as representações transmitidas nesse contexto. Contudo, é igualmente essencial compreender as formas de assimilação dessas representações e como elas são compatíveis com as expectativas dos agentes. Para captar essa compatibilidade, é necessário examinar as características sociais que moldam essas expectativas desde a busca, ingresso e ascensão na carreira, como argumenta Reis (2000) quando escreve sobre *A posição da brigada militar frente às problemáticas sociais contemporâneas: concepções de violência, cidadania, direitos humanos e segurança pública entre a oficialidade gaúcha*. Ao que podemos

complementar com as orientações de que:

As representações e práticas podem se atualizar em ocasiões mais ou menos favoráveis conforme as posições ocupadas. Estas posições são alocadas em função dos tipos e da distribuição desigual de capitais ou propriedades variadas (culturais, sociais, políticas, econômicas, etc.), cujos valores e rendimentos explicitam o poder de força em dado estágio daquela circunscrição. (Grill e Reis, 2018, p.182).

O trabalho de Reis (2000) aprofunda o entendimento das instituições militares e policiais como espaços privilegiados de exercício e legitimação da violência simbólica. A autora demonstra que a estrutura organizacional dessas instituições não se limita à coerção física, mas se sustenta sobre um conjunto de práticas simbólicas que naturalizam as relações de dominação e hierarquia. Para Reis,

Tais elementos repercutem na definição de identidades socialmente construídas e através delas da instituição de competências reconhecidas. Bourdieu concebe a noção de ‘ritos de instituição’ para compreender as classificações que informam códigos de comportamentos sociais objetivos e subjetivos, isto é, que não existem apenas no nível das condutas práticas, mas se refletem sobre os ‘gostos’, ‘as escolhas’, ‘aptidões’ e as identidades dos indivíduos. (Reis, 2000, p. 5)

Assim como em Bourdieu, a *violência simbólica* aqui se manifesta na adesão espontânea dos indivíduos às regras do jogo institucional — uma obediência que se confunde com o sentimento de dever e de honra. Nesse sentido, as corporações militares e policiais configuram-se como instituições de socialização intensiva, que produzem e reproduzem disposições ajustadas ao ethos hierárquico e disciplinar. Reis (2000) observa que:

A idéia de dominação e, seu desdobramento, é fundamental para a definição das relações de forças que constituem nosso universo empírico — uma organização policial-militar. Diretamente relacionada à noção de disciplina, a dominação indica a força de autoridade de fazer-se obedecer, imediatamente e sem contestação, por um determinado grupo de pessoas. (Reis, 2000, p. 4)

Essa formação, longe de ser meramente técnica, é um processo moral e simbólico que inscreve nos corpos e nas mentes uma gramática específica da subordinação. A autora indica que o poder institucional não se mantém pela força, mas

pela crença compartilhada na legitimidade da hierarquia — crença esta que é reforçada por rituais, símbolos e práticas cotidianas que reafirmam o lugar de cada um na estrutura (Reis, 2000). O efeito mais profundo dessa lógica é a internalização da dominação como virtude, o que torna a obediência não apenas uma exigência funcional, mas uma forma de distinção e pertencimento.

Reis (2000) também chama atenção para o fato de que a violência simbólica institucional atua sobre a percepção dos próprios agentes acerca de seu valor e posição. A autora mostra que a naturalização das desigualdades hierárquicas no interior da Brigada Militar produz uma forma de conformismo institucional que impede a problematização das relações de poder.

Provavelmente existe uma confluência entre os setores de onde são provenientes os agentes policiais-militares e seus círculos de socialização, as expectativas no que se refere à carreira militar, e os trunfos acionados visando a ocupação de posições privilegiadas na hierarquia institucional. (...) é possível que haja uma relativa convergência nas visões e classificações do mundo social em que intervêm, que é reflexo do trabalho institucional de internalização de normas e procedimentos valorizados. (Reis, 2000, p. 3)

Essa constatação aproxima-se da leitura de Dulong (2025) sobre as expectativas institucionais. Dessa forma, a instituição se perpetua ao fazer com que os agentes a reconheçam como expressão legítima de um bem maior — a segurança, a disciplina, o dever patriótico — e não como uma estrutura de dominação. Por fim, Reis (2000) argumenta que as corporações militares são laboratórios sociais da dominação, pois nelas a obediência e a distinção hierárquica assumem um caráter pedagógico e simbólico, que se projeta sobre a própria sociedade. Ao legitimar a desigualdade sob o discurso da ordem e da proteção, o Estado, por meio dessas instituições, reafirma seu monopólio não apenas da violência física, mas também da violência

simbólica. Essa dinâmica permite compreender como o militarismo atua como matriz de socialização política — formando sujeitos moldados para aceitar e reproduzir hierarquias — e como essas práticas, profundamente enraizadas, encontram eco nas relações sociais mais amplas, onde o respeito à autoridade e o reconhecimento da antiguidade se confundem com virtude e moralidade.

Seidl (2008) contribui de modo decisivo para o entendimento das instituições militares como espaços de produção e reprodução das elites de Estado, revelando como os processos de formação e seleção de quadros, historicamente, funcionaram como mecanismos de consagração social e simbólica. Em sua análise sobre o Exército brasileiro entre 1850 e 1930, o autor demonstra que o ingresso e a ascensão nas fileiras militares estiveram ligados não apenas a critérios técnicos ou meritocráticos, mas também a mecanismos de distinção social, redes de relações pessoais e capitais simbólicos herdados. As escolas militares, nesse sentido, aparecem como arenas de socialização intensiva, nas quais o aprendizado técnico se combina à incorporação de um ethos de autoridade e comando.

No interior dela, conviviam uma estrutura formal regulamentada por regras escritas – e igualmente objetivada em estabelecimentos de ensino – e mecanismos de regulação pautados por lógicas extrameritocráticas baseadas em recursos como a posse de um capital simbólico associado a atividades militares, uma extensa rede de relações pessoais, a proximidade às esferas burocrática e política etc., passíveis todos eles de reconversão no interior da instituição (Seidl, 2008, p. 199).

O prestígio institucional, conforme observa Seidl, deriva tanto da competência profissional quanto da capacidade de representar e encarnar valores reconhecidos como legítimos no interior do campo militar — como disciplina, honra e obediência. Essa combinação de mérito e capital social faz das corporações militares verdadeiras máquinas de reprodução de hierarquias, capazes de renovar continuamente suas elites sob a aparência de neutralidade e impessoalidade. Ao destacar o entrelaçamento entre burocratização, moral militar e redes de poder, Seidl evidencia que a formação militar não apenas produz quadros técnicos, mas institui um modo de pensar e de agir que legitima a dominação e a autoridade como virtudes naturais, reforçando o caráter simbólico e estruturante dessas instituições (Seidl, 2008).

Seidl (2008) oferece um contraponto histórico que ilumina a permanência de certos padrões de legitimação nas forças de segurança contemporâneas. Ao demonstrar que, no Exército do século XIX, o “filhotismo”, o compadrio e a lealdade política coexistiam com o discurso

meritocrático, ele revela o modo como o poder militar se constrói sobre uma fé institucional que disfarça as relações de força sob a aparência da moral e da justiça.

Apesar da crescente aquisição de uma ‘competência técnica’ pelo oficialato – por meio dos cursos das armas e da proclamação oficial do ‘mérito’ como critério primordial para obtenção de altas patentes –, é evidente o peso muito forte de outros critérios, essencialmente pessoais, definidores dos mecanismos de ascensão. (Seidl, 2008, p. 202).

Essa constatação ecoa na reflexão de Nummer (2010) sobre o “ser brigadiano” como identidade moral — uma forma de pertença que, ao reforçar a crença na instituição, perpetua a hierarquia como evidência natural. Tanto Seidl quanto Nummer descrevem, em tempos distintos, o mesmo princípio sociológico que Dulong (2012) sintetiza: as instituições mantêm sua eficácia simbólica porque fazem crer, porque convertem o arbitrário histórico em uma ordem legítima e socialmente partilhada.

Nummer (2010) analisou o modo como a Brigada Militar constitui um espaço de produção simbólica e moral, no qual o pertencimento institucional se confunde com a própria identidade do sujeito. Ser brigadiano, segundo a autora, não é apenas ocupar um cargo dentro da estrutura policial, mas participar de um universo moral que confere sentido à vida cotidiana.

Podemos afirmar que existe o reconhecimento de um roteiro público formal que define o que é ‘ser brigadiano’, ou seja, apresenta os valores da Corporação: [...] Nessa categoria ‘ser brigadiano’, tal roteiro está inscrito no corpo como a principal possibilidade de agir e estar no mundo. (Nummer, 2010, p. 190).

Essa dimensão simbólica da instituição aparece na naturalização de valores como a disciplina, a hierarquia e a obediência — princípios que não são apenas impostos, mas interiorizados e legitimados pelos próprios membros. Nesse sentido, Nummer (2010) demonstra que o *ethos* brigadiano funciona como uma pedagogia da crença institucional, onde o “ser” se define mais pela adesão a um modo de ver e sentir o mundo do que pelo cumprimento formal de deveres.

Essa construção identitária, segundo Nummer (2010), é sustentada por rituais, discursos e práticas cotidianas que reforçam a coesão interna da corporação. O uniforme, as formaturas, as cerimônias de promoção e as formas de tratamento hierárquico não são simples formalidades, mas instrumentos simbólicos de consagração e de reconhecimento. Tais mecanismos de

legitimação convertem a obediência em virtude e a autoridade em valor moral, fazendo com que a disciplina apareça como uma qualidade natural do brigadiano. Essa lógica se aproxima do que Dulong (2012) descreve ao afirmar que as instituições sobrevivem por meio de um trabalho simbólico de manutenção da crença: não é a coerção que assegura a estabilidade, mas a fé coletiva na legitimidade da ordem.

Nummer (2010) mostra que essa crença institucional é constantemente atualizada através de um discurso de missão e sacrifício, que apresenta a Brigada Militar como guardião da moralidade e da segurança social. Esse discurso produz o que Seidl (2008) identifica como o *prestígio institucional*, isto é, a combinação entre competência técnica e incorporação de valores socialmente reconhecidos como superiores. Assim, a instituição além de formar policiais; fabrica identidades hierarquizadas, nas quais o reconhecimento do mérito está sempre associado à capacidade de representar a “essência” do ser brigadiano. O que se transmite, portanto, é um modo de ser, que transforma o poder em vocação e o comando em dever moral.

Ao investigar os processos de socialização dentro da Brigada Militar, Nummer (2010) revela como as práticas institucionais funcionam como mecanismos de reprodução simbólica da hierarquia. A obediência, longe de se reduzir a uma regra formal, se transforma em uma disposição incorporada, em uma crença sincera na justeza da autoridade. Essa observação converge com a reflexão de Dulong (2012) sobre o *poder simbólico* das instituições: a dominação é tanto mais eficaz quanto mais invisível, porque se exerce como reconhecimento e adesão. Assim, o “ser brigadiano” não é apenas o resultado de um processo de seleção, mas de uma pedagogia da crença, em que o indivíduo aprende a ver o mundo segundo as categorias e os valores consagrados pela própria instituição.

Dessa forma, a leitura de Nummer (2010), em diálogo com Reis (2000) e Seidl (2008), permite compreender a Brigada Militar como uma instituição de fé simbólica, sustentada pela crença na legitimidade de sua missão e pela naturalização de suas hierarquias. A estabilidade e o prestígio da corporação repousam sobre a adesão moral e afetiva de seus membros, que reproduzem, em suas práticas, os valores que lhes dão sentido. Nesse contexto, “ser brigadiano” é estar integrado a uma ordem simbólica que converte o arbitrário em necessário — exatamente como descreve Dulong — e transforma o exercício da autoridade em uma forma legítima de virtude. A Brigada Militar, assim, aparece como uma instituição que faz crer, cuja força não está apenas nas armas ou nas normas, mas na capacidade de inspirar fé e reconhecimento.

É nesse ponto que o pensamento de Bourdieu oferece uma contribuição decisiva. Ao conceber o Estado como o espaço onde se concentram as disputas pelo monopólio da definição legítima da realidade social, Bourdieu (2014) rompe com a ideia do Estado como um sujeito neutro e racional. O Estado é o espaço de lutas entre os detentores de diferentes formas de capital — econômico, cultural, social, simbólico — que buscam impor a definição legítima da realidade social e das categorias por meio das quais ela é percebida e compreendida. (Bourdieu, 2014). Para ele, o Estado é um campo de lutas simbólicas, no qual diferentes agentes e instituições disputam o poder de nomear, classificar e hierarquizar o mundo social.

O que se constitui é, assim, um espaço de poder diferenciado, que chamo de campo do poder. [...] um espaço diferenciado dentro do qual os detentores de poderes diferentes lutam para que seu poder seja o poder legítimo. Uma das implicações das lutas dentro do campo do poder é o poder sobre o Estado como metapoder capaz de agir sobre os diferentes campos. (Bourdieu, 2014, p. 556-557)

As políticas públicas e seus operadores, portanto, não podem ser entendidos apenas como instrumentos de gestão, mas como produtos dessas lutas, nas quais se decide quem tem o direito de falar em nome do interesse coletivo. Essa perspectiva permite deslocar o olhar das estruturas administrativas para as dinâmicas simbólicas que sustentam a autoridade estatal — o modo como certas categorias ganham legitimidade e outras são excluídas do debate público.

Por tudo isso, se o Estado, como demonstram Weber, Elias e Bourdieu, se constitui como a instância que concentra e legitima as formas de violência física e simbólica, é também nele que se produzem e se institucionalizam as práticas e os discursos que estruturam a vida social. A dominação, nesse sentido, não se manifesta apenas na imposição de hierarquias e na naturalização das diferenças, mas também na capacidade do Estado de definir o que é um problema social, quem são seus destinatários e quais respostas são consideradas legítimas. Essa dimensão simbólica do poder estatal se traduz nas políticas públicas, que materializam o modo como o Estado enxerga e fabrica visões sobre o mundo social.

2. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR GONÇALVES DIAS

A construção e a transformação dos aparatos policiais devem ser compreendidas como parte do processo mais amplo de consolidação do Estado moderno, especialmente a partir do século XVIII, quando se intensificam as iniciativas de centralização administrativa e monopolização da força legítima. Conforme analisa Faria (2007), ao estudar o universo luso-brasileiro, a criação de tais estruturas não pode ser dissociada da expansão da burocracia estatal e da necessidade de ordenar populações consideradas perigosas ou desviantes. Nesse sentido, a autora afirma que a constituição desses aparatos resultou da “expansão da burocracia dos Estados modernos, à medida que foram ampliando o controle sobre a população” (Faria, 2007, p. 9).

Tal perspectiva dialoga com a compreensão foucaultiana de que a polícia, no Antigo Regime, não se restringia à repressão criminal, mas abrangia um conjunto de mecanismos voltados à manutenção da ordem, ao crescimento das riquezas e à regulação da vida social. Assim, os aparatos policiais surgem como instrumentos centrais na articulação entre poder, disciplina e administração da população.

No contexto luso-brasileiro, a criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino, em 1760, constitui marco fundamental desse processo, ao separar formalmente as funções de polícia das funções judiciais, ainda que permanecessem profundamente imbricadas. Como observa Faria (2007), a instituição foi concebida para assegurar “a paz e o sossego públicos”, colocando sob vigilância constante os “vadios”, “vagabundos” e demais sujeitos considerados ameaçadores à ordem régia. Em passagem elucidativa, a autora evidencia a lógica subjacente a essa organização repressiva:

O termo polícia, nesse contexto, designava não apenas uma instituição específica, mas um conjunto de atribuições relacionadas à manutenção da ordem, à vigilância dos indivíduos suspeitos e à regulação da vida urbana, aproximando-se do modelo francês de administração policial. (Faria, 2007, p. 26).

Esse cenário demonstra que a polícia era concebida como braço administrativo do soberano, responsável por materializar no cotidiano das cidades e vilas o projeto de ordem definido pelas elites políticas. No Brasil, sobretudo após a Independência, esses aparatos passaram por reconfigurações, acompanhando as disputas entre centralização e autonomia provincial, o que impactou diretamente a organização das forças de policiamento civil e armado (Faria, 2007).

No âmbito das províncias, especialmente no Maranhão, a constituição dos aparatos policiais revela a tensão permanente entre o modelo normativo estabelecido pelo centro do poder e as práticas locais de apropriação das instituições. Faria (2007) adverte que “entre a concepção e a prática, havia e há uma grande distância” (p. 22), indicando que a legislação frequentemente era reinterpretada pelas elites provinciais segundo seus próprios interesses. Essa constatação é crucial para o estudo da Academia de Polícia Militar a ser investida neste estudo, pois a formação de Oficiais não pode ser dissociada da historicidade desses aparatos. A Academia, enquanto espaço formativo, insere-se numa tradição institucional marcada pela militarização do policiamento, pela herança litúrgica e pela consolidação de uma burocracia armada provincial no Império. A construção histórica desses aparatos – da Intendência às Guardas Municipais Permanentes e aos Corpos de Polícia provinciais – evidencia que a PM não é produto imediato da República, mas resultado de um longo processo de sedimentação institucional iniciado ainda no Período Colonial e Imperial. Assim, compreender a transformação desses dispositivos é fundamental para fundamentar teoricamente a análise da formação dos oficiais na Academia maranhense, inserindo-a no movimento mais amplo de constituição do Estado e de suas tecnologias de controle social.

Ao deslocar o olhar da macroestrutura dos aparatos policiais para o interior da instituição formadora, torna-se possível apreender como as lógicas históricas de ordenamento, hierarquização e disciplinamento se reproduzem e se refinam no cotidiano da formação militar. Se, como demonstrado por Faria (2007), os aparatos policiais foram concebidos como instrumentos de organização da ordem social e de controle da população, no plano interno das corporações militares esse mesmo princípio se traduz na produção de uma ordem hierárquica rigorosamente estruturada. Tal dinâmica pode ser iluminada à luz das formulações de Bourdieu, para quem as instituições são espaços de produção e reprodução de distinções socialmente legitimadas, nas quais “as classificações classificam os classificadores” (Bourdieu, 1989).

Dito isso, nesta pesquisa, a proposta é analisar a categoria “antiguidade” como critério de distinção no processo de formação dos oficiais da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), tomando como universo empírico o Curso de Formação de Oficiais (CFO) na Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias (APMGD), em São Luís (MA). Sua utilização entre os militares se constitui como um critério hierárquico definido por lei no Estatuto Militar operante na

instituição da PMMA como todo, mas este estudo se voltará para o seu uso/aplicação na formação dos cadetes da APMGD.

É necessário deixar claro, desde o princípio, que a “antiguidade” no interior da corporação, manifesta-se sob duas formas distintas, complementares e estruturalmente articuladas. A primeira forma refere-se à “antiguidade” entre postos e graduações diferentes, isto é, aquela que decorre o próprio desenho hierárquico da carreira militar. Isto é, a sobreposição de um posto/graduação sobre outro/a, o que segue a leitura da pirâmide hierárquica de instituição. Em outras palavras: um Major será sempre mais “antigo” do que um Capitão, porque ocupa um posto superior, sua posição indica que alcançou anteriormente as etapas que o outro ainda irá percorrer. Tal exemplo se refere ao círculo de Oficiais, mas se levarmos esse raciocínio para a estrutura definida entre Oficiais e Praças, permanece a mesma lógica, primeiro porque a categoria de Oficiais é sempre superior a de Praças, logo independentemente de um Sargento (Praça) ter mais tempo de serviço total na PM do que um Segundo Tenente (Oficial), o Oficial é sempre mais “antigo” e superior. Portanto, ocupar posições superiores, automaticamente confere superioridade ao militar. Nessa dimensão, a antiguidade organiza a cadeia de comando, estabiliza as relações de autoridade e assegura previsibilidade às interações institucionais.

A segunda forma, contudo, opera em um nível mais sutil e igualmente decisivo: trata-se da “antiguidade” entre pares, isto é, aquela que se estabelece dentro de um mesmo posto (Oficiais) ou de uma mesma graduação (Praças). Mesmo em um círculo composto exclusivamente por capitães, por exemplo, há aqueles que são reconhecidos como mais “antigos” em relação aos demais, bem como será reconhecido o mais “antigo” deste círculo. Outro exemplo são os cursos de formação, onde os militares em formação são todos aprendizes, contudo são diferenciados entre “antigos” e “modernos” a partir de uma classificação estabelecida dentro no curso. E é nesta segunda forma que esta pesquisa se insere, estudando a “antiguidade” no âmbito do Curso de Formação de Oficiais, onde embora todos os cadetes ocupem formalmente a mesma posição, são internamente classificados segundo critérios avaliativos da própria instituição. É precisamente sobre essa segunda modalidade que a presente pesquisa incide de maneira mais contundente: interessa compreender como, no interior de uma mesma turma do CFO, a “antiguidade” produz distinções práticas, simbólicas e relacionais que estruturam interações, definem privilégios e distribuem prerrogativas. Para além disso, essa “antiguidade”, longe de se esgotarem no período formativo, projetam-se na carreira do Oficialato, acompanhando os agentes

ao longo de suas trajetórias e influenciando futuras posições, oportunidades e formas de reconhecimento no interior da corporação.

No caso deste trabalho, a referência será sempre direcionada ao Círculo de Oficiais, então será utilizado o termo “posto” e não “graduação”, e o foco aqui é a “antiguidade” entre cadetes. Dessa maneira, as duas formas de “antiguidade” não operam de maneira isolada, mas se articulam em uma dinâmica de continuidade que conecta o período formativo à estrutura permanente da carreira. A “antiguidade” constituída no interior dos cursos de formação, especialmente no CFO, projeta-se diretamente na “antiguidade” regular da corporação, pois a classificação obtida ao final do curso passa a integrar a ordem de precedência que acompanhará o Oficial ao longo de sua trajetória. Assim, aquele que conclui o CFO em posição mais elevada; isto é, “antigo” em sua turma, ingressa no Oficialato já situado em uma posição vantajosa na cadeia classificatória, o que repercute nos critérios de promoção subsequentes. Considerando que a “antiguidade” é, ela própria, um dos critérios formais de promoção, cria-se um efeito cumulativo: quem sai mais “antigo” tende a preservar essa precedência ao longo do tempo, ou pelo menos até certo ponto (aspecto que será pontuado mais detalhadamente ao longo deste trabalho).

Desse modo, a “antiguidade” entre pares, entre militares do mesmo nível, construída ainda na condição de cadete, converte-se em recurso estruturante na “antiguidade” entre postos distintos. Um Oficial que ingressa na carreira com classificação elevada poderá ser promovido antes de seus colegas mais “modernos”, exclusivamente em razão da “antiguidade” estabelecida no curso de formação, pois a promoção depende, às vezes, da quantidade de vagas ofertadas, logo para uma turma de 50 Primeiros Tenentes, caso surja apenas 20 vagas para promoção, serão promovidos a Capitães somente os 20 mais “antigos”. E ao serem promovidos primeiro, passam a ocupar postos superiores antes dos demais, consolidando uma vantagem que se desdobra em superioridade e maiores possibilidades de comando e maior visibilidade institucional, fora a diferença salarial. Configura-se, assim, uma confluência entre as duas modalidades de “antiguidade”: a classificação interna do CFO não se esgota como distinção simbólica do período formativo, mas se transforma em princípio objetivo de ordenação da carreira, e é neste ponto que esse princípio de distinção se consolida como um mecanismo altamente disputado e performado durante o CFO.

A partir de diálogos informais e contato com solenidades, entre outras atividades da Academia, estabeleceu-se uma imersão prévia no meio a ser investigado. Mediante a observação desses eventos e as conversas com membros da instituição, percebeu-se a centralidade da “antiguidade” como princípio de hierarquização no âmbito da instituição, tendo em vista que tal expediente de classificação rege as funções, os horários, as posições, os comportamentos e outros aspectos organizacionais da Academia, e a sua extensão para além do processo de formação, porque se consolida como um princípio organizador de toda a vida funcional dos indivíduos dentro da corporação, ou seja, incide em todos os postos da PMMA.

Nas formaturas, desfiles e solenidades oficiais da Academia, essa lógica hierárquica se materializa de forma visível e ritualizada, pois a “antiguidade” define a posição física ocupada por cada militar no dispositivo, bem como o acesso diferencial às funções simbólicas e operacionais de maior prestígio. A organização das fileiras, a ocupação da linha de frente, o direito de comandar a tropa, de puxar o desfile, de proferir a voz de comando, de portar símbolos institucionais e de receber honrarias públicas são distribuídos segundo esse critério classificatório, que transforma a “antiguidade” em capital simbólico institucionalmente reconhecido. Desse modo, o espaço cerimonial funciona como um dispositivo pedagógico e disciplinador, no qual a hierarquia é performada e incorporada.

O Estatuto dos Militares e os regulamentos internos das Polícias Militares estaduais conferem à “antiguidade” um papel central nos processos de promoção, comando, precedência funcional e outras situações. Entre militares do mesmo posto ou graduação, o mais “antigo” exerce uma liderança simbólica e prática sobre aos demais, essa dinâmica acontece por uma combinação de lógica institucional, valores culturais internalizados e necessidades práticas de organização dentro da estrutura militar.

Por esses motivos, buscou-se investigar como a antiguidade é utilizada na prática, como ideia ou representação, que, ao produzir efeitos objetivos de hierarquização e simbólicos de reconhecimento dos agentes, permite observar os princípios e as tensões definidoras desse *domínio social* (Grill e Reis, 2018). Portanto, ela cria clivagens – entre “antigos” e “modernos” – que permitem o questionamento sobre quais as relações criadas pelo princípio da “antiguidade” entre os cadetes e demais membros da APMGD. Como também é possível perceber correspondências entre o perfil dos cadetes e os valores relativos à produção da carreira profissional, que configuram este grupo social (Elias, 1999).

Essas questões nos levam a pensar, também, na linha das orientações de Bourdieu (1989), sobre *quais são as disposições incorporadas e injunções que incidem sobre o recrutamento e adaptação dos cadetes*. O universo desta pesquisa fornece um conjunto de relações de interdependências mútuas que permitem, ainda, a compreensão de como lógicas sociais e institucionais mais amplas se refletem em disputas e clivagens entre “antigos” e “modernos”, nesse *domínio* especificamente. Bem como o que se manifesta nas divisões entre turmas designadas como mais “antigas” ou mais “modernas”.

A dinâmica entre “antigos” e “modernos” na formação militar pode ser iluminada pela chave interpretativa de Elias e Scotson (2000), quando analisam as relações entre *estabelecidos* e *outsiders* em comunidades marcadas por forte coesão interna e mecanismos de distinção simbólica. Para os autores, grupos *estabelecidos* tendem a produzir uma “imagem de si altamente valorizada” (Elias e Scotson, 2000, p. 22), ao mesmo tempo em que elaboram estigmas para os recém-chegados – os *outsiders* –, garantindo assim sua posição de dominação do espaço social. Essa lógica é aplicável ao universo dos cadetes, no qual as turmas mais “antigas” consolidam uma precedência que legitima sua autoridade prática e simbólica sobre as turmas mais novas.

Como destaca Elias e Scotson (2000), a coesão interna dos “estabelecidos” funciona como um dispositivo que reforça fronteiras e dificulta o acesso dos *outsiders* a posições de prestígio, já que “o poder diferencial entre grupos permite a monopolização dos meios de estima social” (Elias e Scotson, 2000, p. 34). No contexto da APMGD, isso se manifesta na naturalização de práticas que reforçam a superioridade dos “antigos”, produzindo expectativas de comportamento, modos de falar, de ocupar espaços e até de interpretar normas institucionais. Trata-se de um processo no qual, como observam os autores, a dominação não é apenas imposta, mas “incorporada nas formas de sentir e agir dos indivíduos” (Elias e Scotson, 2000, p. 41), de modo que as hierarquias se reproduzem tanto pela disciplina formal quanto por códigos morais e afetivos que estruturam a vida cotidiana dos grupos.

O enquadramento elisiano permite compreender, com maior precisão, que a relação entre “antigos” e “modernos” estabelecida entre os cadetes não é apenas uma oposição organizacional, mas constitui um processo relacional de formação de grupos, em que um deles detém os recursos necessários para impor uma autoimagem positiva e uma heteroimagem negativa ao outro. Elias e Scotson (2000, p. 19) sublinham que a força dos *estabelecidos* reside na capacidade de manter um “alto grau de coesão interna” e de controlar os mecanismos de reputação e honra no interior

da comunidade. No contexto militar, essa coesão se traduz em tradições regimentais, rituais de passagem, códigos de conduta e narrativas compartilhadas que reforçam a legitimidade dos mais “antigos” como guardiões da ordem institucional. Assim, o grupo estabelecido fora ocupar as posições estruturais de prestígio, também monopoliza os símbolos de superioridade moral e técnica, produzindo uma distinção que se materializa no cotidiano da formação.

A lógica institucional da APMGD, ao reforçar a “antiguidade” como princípio de ordenação, ecoa o fenômeno descrito por Elias e Scotson quando afirmam que a assimetria entre grupos tende a ser naturalizada, de modo que os *outsiders* passam a aceitar a opinião que os *estabelecidos* têm sobre eles. Os autores destacam que a eficácia dessa dominação decorre da capacidade do grupo dominante de “impor uma versão de si e do outro que se apresenta como evidência incontestável” (Elias e Scotson, 2000, p. 38).

Segundo os autores, os *outsiders*, por não possuírem a mesma densidade de relações internas, encontram-se em posição desfavorável na disputa por reconhecimento, já que “o isolamento relativo do grupo outsider é uma das condições fundamentais para que o grupo estabelecido mantenha sua superioridade” (Elias e Scotson, 2000, p. 45). No ambiente da Academia, esse isolamento pode se expressar na restrição de acesso a determinados espaços simbólicos — como funções de destaque dentro da turma, representações oficiais ou comandos intermediários — que geralmente são ocupados pelos mais “antigos”. Essas restrições, embora amparadas por regulamentos ou pela estrutura hierárquica, são também efeitos de um processo relacional mais amplo, no qual a “antiguidade” torna-se um ativo simbólico disputado e, simultaneamente, um mecanismo de seleção. Portanto, comparar a dinâmica entre *estabelecidos* e *outsiders* no âmbito da APMGD é reconhecer uma hierarquia funcional e, junto a isso, captar o modo como valores, emoções, classificações e expectativas coletivas se entrelaçam para produzir um sistema de distinções que regula tanto as práticas quanto as identidades militares.

À luz dessas considerações, torna-se evidente que a “antiguidade”, constitui-se como um princípio institucionalizado de distinção, capaz de estruturar relações de poder, reconhecimento e pertencimento no interior da APMGD. Ao articular disposições incorporadas, crenças compartilhadas e mecanismos formais de hierarquização, a instituição transforma a assimetria entre grupos em evidência naturalizada, assegurando a reprodução simbólica de sua ordem interna. É justamente essa articulação entre história, hierarquia e institucionalização da autoridade que orienta a seção seguinte, dedicada à análise da estrutura hierárquica da PMMA. Nela, serão

examinados os fundamentos históricos que conformaram a organização hierárquica da corporação, buscando compreender de que modo essas estruturas se consolidaram ao longo do tempo e como continuam a informar, no presente, os modos de classificação, diferenciação e exercício do poder no interior da instituição militar.

2.1. A estrutura hierárquica na Polícia Militar do Maranhão

Conforme as fontes oficiais da Polícia Militar do Maranhão, a origem da atual Polícia Militar remonta à Lei Provincial nº 21, de 17 de junho de 1836, que criou o “Corpo de Polícia da Província do Maranhão”. Esse arranjo inicial evidencia o caráter embrionário da corporação, então concebida para assegurar a ordem e reforçar o poder provincial no contexto imperial. Ao longo de sua evolução institucional, a corporação passou por diversas modificações, acompanhando as mudanças políticas e administrativas tanto do Maranhão quanto do país. Nesse percurso, adotou múltiplas denominações durante 115 anos — entre elas “Corpo de Segurança Pública”, “Corpo de Infantaria”, “Corpo Militar do Estado”, “Batalhão Policial do Estado”, “Força Policial Militar do Estado” e “Brigada Auxiliar do Norte” — até consolidar, em 1951, sua designação atual: Polícia Militar do Maranhão. Cada mudança representou esforços de reorganização interna, modernização administrativa e adaptação às demandas de segurança pública próprias de cada época histórica. (Polícia Militar do Maranhão, 2013)

O processo de interiorização da PMMA teve início em 1841, com a instituição do “Corpo de Guardas Campestres”, criado pela Lei nº 110, de 28 de agosto, com o objetivo de levar a presença policial às regiões fora da capital. Esse movimento ganhou novo fôlego em 1920, quando a Lei nº 872 determinou o envio de um efetivo de 250 policiais ao sertão maranhense. Contudo, foi a partir de 1966 que a corporação consolidou uma estrutura mais ampla, com a criação da Companhia Escola e dos dois primeiros batalhões: o 1º BPM, destinado à capital, e o 2º BPM, instalado em Caxias – MA, para atender ao interior. (Polícia Militar do Maranhão, 2013)

No mesmo ano, formou-se a primeira turma de oficiais maranhenses por meio do Curso de Formação de Oficiais (CFO), realizado na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais. Posteriormente, outros oficiais passaram a ser preparados em academias de diferentes estados — Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Pará e Goiás. Esse modelo de formação externa perdurou até 1993, quando a criação da Academia de Polícia Militar

do Maranhão, instituída pela Lei nº 5.657, possibilitou ao estado formar sua própria oficialidade. O marco dessa autonomia ocorreu em 1995, com a diplomação da primeira turma, composta por 29 aspirantes a oficial, consolidando um novo ciclo na formação policial-militar maranhense. (Polícia Militar do Maranhão, 2013)

A estrutura hierárquica da Polícia Militar do Maranhão é organizada como uma pirâmide. No topo dessa pirâmide estão os Oficiais, divididos em Oficiais Superiores (Coronel, Tenente-Coronel e Major), responsáveis pela gestão institucional geral e pelo comando de grandes unidades. Logo abaixo, encontram-se os Oficiais Intermediários, representados pelo Capitães, que exercem funções de coordenação e articulação das diretrizes superiores no cotidiano operacional. Em seguida vêm os Oficiais Subalternos (Primeiro Tenente e Segundo Tenente), que assumem o comando direto de pelotões e têm contato mais próximo com as equipes em campo, sendo fundamentais na tradução da estratégia em ação concreta.

A hierarquia segue com as Praças Especiais – Aspirante a Oficial (ASP OF) e Cadete (CAD) – que se encontram em processo de formação e aprendizado dos valores, técnicas e responsabilidades do oficialato, ainda sem autonomia plena de comando. Na base da pirâmide estão as Praças (Subtenente, 1º, 2º e 3º Sargentos, Cabos e Soldados), que formam o núcleo operacional da corporação. Os Sargentos exercem liderança direta sobre pequenas frações de tropa, enquanto Cabos e Soldados atuam na linha de frente do policiamento. Todo esse arranjo existe para garantir que a autoridade flua de maneira clara, evitando ambiguidades e assegurando disciplina, coordenação e eficiência na execução das atividades policiais. A diferenciação entre os postos, em tese, não é somente funcional, mas também simbólica, representando níveis de responsabilidade, segundo a experiência e a reputação, que estruturam o funcionamento da corporação.

Figura 1 – Círculos hierárquicos

Círculo de Oficiais	Círculo de Oficiais Superiores	Coronel Tenente-Coronel Major
	Círculo de Oficiais Intermediários	Capitão
	Círculo de Oficiais Subalternos	Primeiro-Tenente Segundo-Tenente
Círculo de Praças	Freqüentam o Círculo de Oficiais Subalternos	Aspirante-a-Oficial
Especiais	Excepcionalmente ou em reuniões sociais, têm acesso ao Círculo de Oficiais	Cadete
Círculo de Praças	Círculo de Subtenentes e Sargentos	Subtenente Primeiro-Sargento Segundo-Sargento Terceiro-Sargento
	Círculo de Cabos e Soldados	Cabos e Soldados
	Excepcionalmente ou em reuniões sociais, têm acesso ao círculo de Subtenentes e Sargentos.	Alunos do Curso de Formação de Sargentos
	Frequentam o Círculo de Cabos e Soldados	Alunos do Curso de Formação de Cabos e Soldados

Fonte: Lei Nº 6.513, 1995

Fora essa divisão, há uma diferenciação dentro do oficialato maranhense. Quadro de Oficiais da Polícia Militar (QOPM) é formado pelos Oficiais que ingressam diretamente na carreira por meio do CFO, realizado na APMGD. Esses Oficiais são preparados desde o início para o exercício do comando, da gestão e da liderança, passando por um processo de formação rigoroso que incorpora tanto disciplinas militares (tática, ordem unida, armamento) quanto conteúdos sociológicos, jurídicos, administrativos e de gestão pública. A trajetória do QOPM começa como Cadete, seguido de Aspirante a Oficial, até alcançar a patente de Segundo Tenente. A partir daí, o Oficial percorre toda a linha hierárquica até o posto de Coronel, podendo ocupar funções estratégicas de grande comando, como chefia de batalhões, diretorias, departamentos e até o Comando-Geral da PMMA. Conforme o Estatuto dos Militares “Art. 10 – O ingresso no Quadro de Oficiais, no posto inicial da carreira, será através do Curso de Formação de Oficiais da

Polícia Militar, no qual serão matriculados os candidatos aprovado em concurso público.” (Lei Nº. 6.513, 1995)

Por outro lado, há outras vias de ingresso no oficialato a partir de outros quadros. O Quadro de Oficiais Administrativos da Polícia Militar (QOAPM), o Quadro de Oficiais Especializados da Polícia Militar (QOEPM), que são compostos por profissionais que ingressam na PM como Praças e que, ao longo da carreira, ascendem ao oficialato por meio de processos seletivos internos, além do Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar (QOSPM), composto por profissionais da saúde, que ingressam via concurso público e, diretamente, ocupam posições de oficiais. Segue critérios colocados pela Lei Nº. 6.513 de 30 de novembro de 1995 da PMMA quanto o ingresso nesses Quadros mencionados:

Art. 11 – Para ingresso no Quadro de Oficiais de Administração (QOA) e de Oficiais Especialistas (QOE), serão selecionados os Subtenentes, mediante os seguintes critérios:
 I – possuir o certificado de conclusão do 2º grau;
 II – possuir, no mínimo, 18 (dezoito) anos de efetivo serviço;
 III- contar com, no mínimo, 02 (dois) anos na graduação;
 IV – Ser aprovado no Curso de Habilitação de Oficiais de Administração (CHOA) ou Curso de Habilitação de Oficiais Especialistas (CHOE), respectivamente.
 Art. 13 – O ingresso no Quadro de Oficiais de Saúde (QOS) será mediante concurso público de provas e/ou de provas e títulos e aprovação inclusive nos exames: médico, físico e psicotécnico. (Lei Nº. 6.513, 1995)

A distinção entre os oficiais formados pelo QOPM e aqueles oriundos de outros Quadros de Oficiais expressa percursos institucionais distintos, sobretudo formas distintas de produção de autoridade, legitimidade e representatividade no interior da PM. No caso do ingresso direto à APMGD, o Cadete é submetido a um processo sistemático de disciplinamento e socialização militar que integra ensino formal, treinamento prático e inculcação de valores institucionais. O CFO opera como um rito de passagem prolongado, no qual o futuro oficial deve incorporar disposições, comportamentos e modos de percepção coerentes com o *ethos* do comando. Nesse percurso, a autoridade é ensinada, mas também vivida cotidianamente por meio de rituais, avaliações constantes e uma pedagogia centrada na formação de lideranças. Assim, os oficiais do QOPM são, desde o início, moldados para ocupar espaços estratégicos, representando o núcleo dirigente responsável por conduzir batalhões, planejar operações, gerir recursos e articular a corporação com outras instâncias do Estado.

Essas diferenças não significam hierarquias estanques ou antagonismos internos, mas revelam uma divisão histórica do trabalho institucional. Em termos simbólicos, essa

diferenciação também pode se manifestar nas representações que cada grupo ocupa. Assim, a coexistência entre QOPM e os demais Quadros estrutura a distribuição das responsabilidades na PMMA e os mecanismos de reprodução da autoridade e da hierarquia no interior da corporação. A presença desses Quadros mostra que o oficialato não é homogêneo, mas composto por trajetórias que expressam diferentes lógicas de ascensão, formação e reconhecimento — uma complexidade que, por sua vez, espelha o próprio funcionamento do domínio policial-militar enquanto espaço de disputas simbólicas, distinção e produção de legitimidade.

Diante desse cenário, observa-se que o CFO, embora seja a via mais comum de acesso ao oficialato, não constitui o único caminho disponível dentro da PMMA. Assim, ainda que a corporação reconheça trajetórias plurais para o ingresso no oficialato, este estudo recai sobre a representação do CFO como uma via principal, concorrida e socialmente valorizada de formação do oficial. É dentro do CFO que se consolidam, de maneira sistemática e intencional, os elementos disciplinares, cognitivos e morais que definem o *ethos* do oficialato — um processo que ultrapassa a instrução formal e alcança dimensões profundas de socialização e distinção. Nesse sentido, compreender a visão institucional sobre o CFO significa analisar não apenas um curso de formação, mas um mecanismo central de legitimação das hierarquias, das diferenças internas e do próprio modelo de autoridade que sustenta a PM maranhense.

2.2 A “antiguidade” como princípio estruturante na APMGD

A Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias, instituída pela Lei Estadual N.º 5.657 em 26 de abril de 1993, é o local de formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão. A Academia foi implantada, em um primeiro momento, no espaço que atualmente abriga o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP). Nesse endereço, manteve suas atividades até 1999, ano em que foi transferida para o Complexo do Comando Geral, por decisão do então Comandante-Geral da Polícia Militar do Maranhão, Coronel PM Manoel de Jesus Moreira Bastos. (Manual do Cadete, 2018). A Secretaria de Estado de Segurança Pública do Maranhão (SSP/MA) também descreve essa mesma composição:

A Academia de Polícia Militar “Gonçalves Dias” (APMGD) é a instituição de ensino superior responsável pela formação dos oficiais combatentes das fileiras da Polícia Militar

do Maranhão. Sua história tem início em 1993, com a primeira sede no espaço do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) e, atualmente, é localizada no Calhau, em prédio próprio. Herdeira dos ensinamentos bicentenários das Forças Armadas, é na APMGD que se inicia a formação do oficial da polícia militar, em curso de quatro anos de duração – a matriz curricular reduzida para três anos e seis meses, a partir de 2019 – tendo o seu primeiro ano em internato, convivendo diariamente com a rotina castrense, bem como com a rotina acadêmica vivenciado na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), onde os cadetes assimilam disciplinas militares e humanísticas para a efetivação de uma formação técnico-operacional. (Secretaria de Segurança Pública, 2020)

Com base em informações fornecidas pelo Manual do Cadete (2018), anteriormente a formação profissional dos Oficiais da Polícia Militar do Maranhão ocorria em instituições de formação situadas fora do estado, que disponibilizavam vagas em número reduzido. Essa forma de organização comprometia a recomposição do efetivo da corporação, produzindo lacunas no seu quadro funcional, além de impor ao poder público estadual um ônus financeiro significativo, decorrente da necessidade de custear a formação dos oficiais em outras unidades federativas.

Após a sua fundação, a APMGD foi comandada por diversos Oficiais ao longo do tempo, o que depende a gestão geral da PMMA. Conforme o Governo do Maranhão (2023):

Além de formar novos oficiais, a APMGD desenvolve o curso de especialização em Gestão de Segurança Pública, em parceria com a UFMA [...]. Outra atribuição da APMGD é a habilitação das praças ao ingresso nos Quadros de Oficiais da Administração e Especialistas, conferida através da realização do Curso de Habilitação de Oficiais da Administração e Especialistas. Ainda no processo de formação de Oficiais, a Academia é responsável por realizar o Curso de Formação de Oficiais do Quadro da Saúde. Os profissionais da saúde, aprovados em concurso público, recebem os conhecimentos militares, sendo declarados 1º Tenente QOSPM. (Governo do Maranhão, 2023)

O Convênio de Mútua Cooperação Técnico-Científica entre a Universidade Estadual do Maranhão, a PMMA e o Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), resultou na criação, pelo Conselho Universitário da UEMA, do Curso de Formação de Oficiais, oferecido pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA/UEMA), funcionando simultaneamente no Campus Universitário Paulo VI em São Luís e na APMGD.

A Academia de Polícia é a instituição responsável pela formação dos Oficiais da PM, sendo considerada um dos principais espaços de socialização e reprodução da cultura militar no Estado. Pelos dados obtidos, a origem da APMGD está ligada à necessidade de profissionalização das forças de segurança maranhense, especialmente a partir da segunda metade do século XX. A

criação da Academia marcou, portanto, um avanço na institucionalização do ensino policial no Maranhão.

Ao longo de sua história, a APMGD se consolidou como um espaço de formação integral, em que o ensino acadêmico e o treinamento prático se entrelaçam diariamente. Conforme a Lei Nº. 6.513 de 1995, o Regimento Interno da Academia (RIAPMGD), sites oficiais da PMMA, Normas Gerais de Ação (NGA) do Corpo de Alunos e manuais lidos durante a pesquisa, o CFO visa formar agentes capazes de exercer o comando e a gestão dentro da corporação, mas também de internalizar e perpetuar, de forma apropriada, a lógica hierárquica, que organiza o domínio militar. Nesse processo, a categoria de “antiguidade” assume um lugar de manutenção e garantia dessa forma hierarquizada. Assim, a história da APMGD é também a história da construção de uma elite militar no Maranhão - um grupo que encarna, reproduz e atualiza, geração após geração, os valores simbólicos que sustentam a hierarquia e a autoridade na Polícia Militar.

Até o início de 2026, a Polícia Militar do Maranhão já havia formado 27 turmas do Curso de Formação de Oficiais, sendo a 31ª turma a última a ingressar referente ao período mencionado. As turmas costumam formar entre 40 e 50 Aspirantes. Segundo registros oficiais, no ano de 2023 a APMGD completou 30 anos de existência: “Criada pela Lei Estadual nº 5.657 de 26 de abril de 1993, a APMGD é o órgão responsável pela formação e especialização do oficialato da PMMA, tendo formado, ao longo de seus 30 anos de fundação, mais de 800 oficiais.” (Governo do Maranhão, 2023), o que indica os 33 anos de atuação a serem completos no presente ano.

A partir do acesso à regimentos e normas, foi possível observar a estrutura interna do APM, de forma detalhada, quanto a horários, atividades, atribuições e regras, o que já indica uma organização interna em conformidade com o princípio da “antiguidade”. O acesso, também, ao espaço físico da instituição permitiu a observação da divisão e composição do ambiente formativo. O espaço atual integra salas de aula, áreas voltadas a práticas desportivas, alojamentos, refeitório e outras áreas, como pode-se observar nos registros feitos em trabalho de campo.

Figura 2 – Faixada da APMGD



Fonte: Autora (2025)

Figura 3 – Sala de espera do gabinete do comandante



Fonte: Autora (2025)

Figura 4 – Sala de Aula CFO I



Fonte: Autora (2025)

Figura 5 – Piscina da APMG



Fonte: Autora (2025)

Figura 6 – Passadiço interno da APMGD



Fonte: Autora (2025)

Figura 7 – Academia de Musculação da APMGD



Fonte: Autora (2025)

Embora as fotografias, consideradas de forma isolada, possam não traduzir, por si sós, a densidade das relações e hierarquias que estruturam a vida institucional, a sua articulação com a observação do cotidiano permite apreender significados mais profundos. É na maneira como os ambientes são preenchidos, ocupados e vividos que se torna perceptível o alinhamento entre a estrutura física da Academia e o princípio da “antiguidade”. Nas salas de aula, por exemplo, os cadetes mais antigos ocupam sistematicamente as posições à frente, enquanto os mais modernos se distribuem nas fileiras posteriores; nas filas para o recebimento de armamento ou outros equipamentos, a precedência também segue o critério da “antiguidade”, conferindo prioridade aos que ocupam posições superiores na ordem classificatória. Tudo isso revela que o espaço e o tempo são organizados segundo uma lógica de precedência que reafirma, cotidianamente, as distinções e posições no interior do ambiente formativo.

O próprio direito ao direcionamento da fala aos comandantes que atuam naquele espaço é regulado por essa lógica: a interlocução formal costuma estar reservada ao cadete mais antigo de cada turma ou àqueles que exercem funções de comando interno, como no caso do “Xerife”. Assim, o contato com os superiores é mediado pela “antiguidade”, não se configurando como um acesso indistinto, mas como uma prerrogativa hierarquicamente distribuída. Do mesmo modo, as possibilidades de circulação e de ingresso em determinados espaços destinados aos Oficiais tendem a ser franqueadas aos cadetes mais antigos – em especial aos chamados “01” de cada turma – evidenciando que até mesmo a mobilidade espacial e comunicacional no interior da Academia é atravessada por esse princípio classificatório e distintivo.

A própria forma de movimentação no interior da Academia é literalmente pautada pela “antiguidade”, revelando como esse princípio organiza para além das posições simbólicas, mas também ritmos corporais e modos de deslocamento. Existe uma maneira própria e hierarquizada de usufruir e circular no espaço interno: apenas a turma mais antiga, denominada “turma líder”, pode transitar andando normalmente pelas dependências da instituição, enquanto as turmas mais modernas devem correr ao se deslocarem de um compartimento a outro. O simples ato de caminhar, portanto, converte-se em privilégio hierarquicamente distribuído, funcionando como marcador visível de distinção entre posições no interior do curso.

Do mesmo modo, a continência — símbolo emblemático do militarismo — opera como gesto cotidiano de reafirmação dessa hierarquização no processo de formação militar. Ela deve ser prestada sempre ao superior hierárquico, em qualquer circunstância, de modo que o cadete do

1º ano deve prestar continência a todos os cadetes das turmas superiores (2º, 3º e 4º anos), além dos Oficiais; essa lógica se reproduz sucessivamente entre as demais turmas, consolidando uma cadeia contínua de precedências. Assim, tanto a circulação quanto os gestos corporais de saudação revelam que a “antiguidade” não é apenas um critério formal inscrito em regulamentos, mas um princípio incorporado que estrutura a maioria das interações, regula comportamentos e materializa, no cotidiano, a hierarquia institucional.

Pela observação direta do cotidiano, percebeu-se que até mesmo o modo de movimentação se constitui como um marcador de diferenciação entre os cadetes. Ainda que compartilhem o mesmo espaço físico e pertençam à mesma instituição formativa, as formas de movimentação revelam posições distintas na hierarquia interna. Os mais “modernos” deste ambiente deslocam-se apressadamente, frequentemente correndo, retratando o tempo mais corrido, a falta de tempo; enquanto os mais “antigos” usufruem do privilégio de caminhar com cadência regular, sem a exigência constante de aceleração. Tal distinção, aparentemente sutil, opera como signo corporal da “antiguidade”, tornando visível quem pode ocupar o tempo com maior autonomia e quem deve demonstrar prontidão permanente. Assim, o ritmo do corpo converte-se em expressão concreta da posição hierárquica, reforçando que, mesmo quando ocupam formalmente o mesmo lugar institucional, as diferenças de “antiguidade” produzem desigualdades práticas que acentuam e reafirmam as distâncias internas.

Entre os rituais que materializam e tornam visíveis o peso da “antiguidade” no CFO, destaca-se a solenidade do “Cadete Padrão”. Trata-se de uma escolha realizada, em geral, entre os seis cadetes mais antigos da turma mais antiga, isto é, aqueles que já ocupam as posições superiores na classificação interna. A decisão é tomada conjuntamente pelos Oficiais que compõem o Corpo de Alunos, os quais avaliam uma série de quesitos como desempenho acadêmico e físico, atributos considerados centrais à identidade militar como liderança, disciplina, postura, capacidade de comando e referência moral para os demais. Ao ser designado “Cadete Padrão”, o/a escolhido/a passa a receber honrarias simbólicas, como o uso de um braçal distintivo e a certificação formal do reconhecimento institucional; contudo, os efeitos dessa escolha extrapolam o plano simbólico. O/a Cadete passa a deter prerrogativas diferenciadas, como a dispensa de determinados gestos formais — a exemplo da obrigatoriedade de dar meia-volta ao se apresentar —, assume o comando da parada matinal, coordena atividades coletivas e passa a frequentar espaços tradicionalmente reservados aos Oficiais, inclusive o rancho destinado

às refeições desses. Tal conjunto de distinções produz um deslocamento visível em sua posição relacional, fazendo com que seja percebido, no cotidiano, como uma espécie de Oficial entre os demais Cadetes, antecipando simbolicamente uma condição hierárquica futura e reforçando, de maneira performática, a influência da “antiguidade” e do reconhecimento institucional na estrutura formativa.

O ambiente formativo aqui referido expõe também um investimento na identidade profissional militar dos futuros líderes da PMMA, como é possível extrair do Manual do Cadete (2018), no qual afirma “Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias: uma escola de vencedores, uma escola de comandantes” (p. 11). Os cadetes da PM são os militares que estão em processo de formação para se tornarem Oficiais da corporação e durante essa etapa, eles ocupam uma posição hierárquica específica, conhecida como “Praça Especial”, que os coloca em um nível intermediário acima das Praças e abaixo dos Oficiais. O ingresso nessa carreira ocorre por meio de vestibular para o CFO, que corresponde à graduação em Segurança Pública oferecida pela UEMA.

O CFO PM representa a etapa de preparação dos futuros Oficiais da corporação, sendo o principal mecanismo de ingresso e ascensão à carreira de comando dentro da instituição. Sua história acompanha o próprio processo de consolidação da APMGD como centro de ensino e difusão da cultura militar no Estado. Este curso combina teoria e prática, com a intenção de moldar os cadetes para o exercício da autoridade e da gestão da PMMA. Conforme o Manual do Cadete (2018), historicamente, o Curso surgiu como resposta à necessidade de profissionalizar a corporação e de alinhar a formação policial militar maranhense aos modelos adotados em outras unidades da federação.

Durante o século XX, especialmente a partir da década de 1960, o curso passou por um processo de institucionalização mais rigoroso, com currículos voltados à formação moral, jurídica, tática e administrativa. A criação da APMGD como sede do Curso, posteriormente, consolidou o CFO como espaço legítimo de formação da elite dirigente da PMMA. Desde então, o encerramento do curso é o rito de passagem esclarecido para o exercício do comando, simbolizando o momento em que o cadete deixa de ser um aprendiz e passa a incorporar plenamente o Quadro de Oficiais.

Segundo o Governo do Maranhão (2023) em uma matéria sobre a trajetória da instituição na formação de oficiais de segurança pública:

O curso é de natureza integral, pela manhã na Academia da Polícia Militar Gonçalves Dias (APMGD) e à tarde na UEMA. Ao ingressar na formação, o cadete passa à situação especial de aluno. Seus concludentes, aspirantes a oficiais, estão aptos a desempenhar as funções do posto de 2º Tenente a Capitão PM, para exercer atribuições de comando, chefia e liderança sobre integrantes das respectivas corporações. A promoção interna na Polícia Militar depende do desempenho individual. Ao final de seis meses, há promoção para o cargo de 2º tenente e ao longo da carreira, conforme a qualificação e mérito, podem galgar por todas as patentes da carreira militar: 1º tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel. (Governo do Maranhão, 2023)

O CFO é estruturado em etapas que combinam o ensino técnico e o aprendizado teórico, envolvendo disciplinas voltadas à gestão pública, à ética militar, ao direito, à sociologia, à estratégia de segurança, à liderança e dentre outras. No entanto, o que mais o caracteriza é o processo de socialização, no qual os cadetes são introduzidos às regras e valores que regem a vida na escola. A “antiguidade”, por exemplo, é um princípio colocado aos cadetes desde o ingresso, funcionando como critério de distinção entre os alunos e como instrumento de formação da disciplina e do respeito à autoridade. Ao longo das décadas, o Curso passou por reformulações pedagógicas e curriculares, buscando adaptar-se às novas demandas da segurança pública e às diretrizes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sem, contudo, abrir mão dos fundamentos tradicionais da vida militar.

A partir da leitura dessas informações oficiais, percebe-se que o CFO é reconhecido como um dos pilares da PMMA, responsável por perpetuar sua doutrina, sua cultura organizacional e seus símbolos de poder. Formar um/a Oficial, para a instituição, significa muito mais do que transmitir conhecimento técnico: é produzir um agente social capaz de representar e reproduzir a estrutura simbólica que sustenta a hierarquia e a autoridade no interior da corporação. (Manual do Cadete, 2018)

Por isso, o recorte desse estudo está em torno da categoria “antiguidade”, que significa a precedência hierárquica de um militar sobre outros de mesmo posto ou de posto diferente, determinada por critérios legais. É um elemento primordial para promoções, e um dos critérios para definir a “antiguidade” inclui a classificação em cursos de formação, que é o caso desta pesquisa. Essa “antiguidade” constitui um mecanismo central de organização da hierarquia na PM funcionando como um eixo irrevogável, que define posições, condutas e formas de reconhecimento entre os integrantes da corporação. Trata-se de um sistema simbólico e prático

que distingue os agentes a partir do tempo de ingresso e do rendimento em processo de formação, estabelecendo uma divisão entre “antigos” e “modernos”.

Essa classificação orienta as relações de poder, o modo de convivência e as expectativas de comportamento dentro do ambiente militar. Ser “antigo” significa ocupar um lugar de prestígio, autoridade e legitimidade moral, enquanto ser “moderno” representa estar em processo de aprendizagem, adaptação e submissão. Assim, esse fenômeno estrutura o cotidiano da vida militar, definindo quem comanda, quem obedece e quais valores são validados.

Esse princípio hierárquico ultrapassa o campo formal das normas e regulamentos, tornando-se uma forma de cultura institucional que ordena a percepção dos agentes sobre si mesmos e sobre os outros. A dicotomia entre “antigos” e “modernos” é funcional, mas simbólica: ela expressa a incorporação de um *ethos* militar que valoriza a disciplina, acima de tudo, e a experiência como signos de autoridade legítima. Nesse sentido, o tempo de chegada na instituição adquire um valor moral, convertendo-se em *recurso simbólico* - aquele que garante ao indivíduo não somente precedência, mas também reconhecimento social dentro do grupo. O respeito ao “antigo” é também apreendido, reproduzido e naturalizado em rituais, gestos e formas de tratamento, constituindo uma pedagogia da hierarquia, que ensina os cadetes a ocupar seu lugar na ordem militar.

A “antiguidade”, portanto, é o alicerce que sustenta a lógica interna da PM, servindo como referência para todas as interações e decisões institucionais. Ela regula o acesso ao comando, as promoções, as formas de tratamento e até o modo como os espaços são ocupados. Através dela, a corporação preserva a continuidade de seus valores e assegura a reprodução de sua estrutura de autoridade. Mais do que um critério burocrático, a antiguidade representa um princípio que dá sentido à hierarquia e legitima as relações de dominação e deferência no interior da instituição. Assim, compreender a “antiguidade” é compreender a própria lógica de funcionamento da vida militar, onde o tempo vivido e desempenho escolar se converte em poder, distinção e reconhecimento.

Dessa maneira, esse parâmetro constitui a forma de estruturação simbólica e prática, que organiza o interior da APMGD. Como se observa em instituições fortemente hierarquizadas, a legitimidade da autoridade é imposta por meio da bruta coerção, mas também é reconhecida e naturalizada nas práticas cotidianas, nos rituais e nas formas de interação entre os seus membros. Assim, ser “antigo” significa mais do que ocupar um lugar superior na escala funcional: é como

encarnar um ideal institucional de excelência, e experiência, elementos que definem o pertencimento e o prestígio dentro do grupo. Trata-se de um *recurso simbólico* específico – produzido e reconhecido internamente – que confere ao indivíduo autoridade legítima sobre os demais, reproduzindo a lógica de distinção e deferência que sustenta a coesão e a hierarquia no interior do campo militar.

Nesse sentido, o sistema de “antiguidade” opera como um mecanismo de socialização e de interiorização de ideais, atuando sobre os corpos e as subjetividades dos Cadetes. Isto porque desde o ingresso na APMGD, o/a Cadete é submetido a um processo de aprendizagem que vai muito além do domínio técnico ou tático: envolve a incorporação de valores e esquemas de percepção que definem o que é ser “superior” ou “inferior”, “antigo” ou “moderno”, “apto” ou “indisciplinado”. A partir de uma lógica próxima àquela descrita por Elias (1993) no processo civilizador, a “antiguidade” conforma comportamentos, estabelecendo padrões de controle que garantem a manutenção da ordem e da autoridade. Assim, o aprendizado não se limita a uma exigência institucional, mas constitui uma forma de adesão à identidade disciplinada.

2.3 A “antiguidade” nos discursos

A observação dos rituais e práticas da Academia permitiu compreender que a “antiguidade” funciona, portanto, como uma gramática social da distinção, na qual os gestos, as falas, os modos de tratamento, de agir e de pensar e até os espaços de circulação estão regulados por esse princípio. Essa gramática sustenta o que Bourdieu (2014) denomina de *ordem simbólica*, um sistema de disposições que orienta a percepção e a ação dos indivíduos, naturalizando posições desiguais como legítimas e necessárias. No cotidiano da formação, a “antiguidade” atua como critério que legitima o exercício da autoridade, define quem pode comandar e quem deve obedecer. Assim, o estudo desta categoria permite compreender a produção social da autoridade e da distinção no interior da PMMA, revelando como a *acumulação de estima ou reputação* do poder estatal pode evidenciar elites militares do Maranhão.

Para pensar os aspectos históricos e compreender as transformações e permanências da instituição, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis oficiais de diferentes postos, complementando as fontes históricas-documentais e abrangendo todos os postos do oficialato, desde Tenente até Coronel – o mais alto posto da corporação. Essa diversidade de posições

hierárquicas permitiu o acesso a narrativas sobre o cotidiano da formação militar, os padrões disciplinares, as mudanças organizacionais e a importância da categoria “antiguidade” dentro e fora da Academia – pelo menos até determinado momento. Os Oficiais Superiores contribuíram com memórias e interpretações sobre a construção e as rupturas históricas da Academia, enquanto os Oficiais Intermediários e Subalternos ofereceram depoimentos sobre o reflexo contínuo da “antiguidade” vivida na Academia nas posições de comando.

A realização dessas entrevistas foi fundamental para articular a dimensão simbólica já discutida no referencial teórico, permitindo que a análise empírica capture as experiências coletivas, como as representações e percepções que moldam a formação de oficiais na PMMA. Aqui, a base é a orientação metodológica apontada por Pinto (1998) quando ele afirma que o procedimento sociológico exige a busca das correspondências entre a lógica institucional e as características sociais dos agentes.

Dentre os Oficiais entrevistados, dois/duas são Coronéis, um/a Tenente Coronel, um/a Major, um/a Capitão e um/a Tenente. O contato aproximado com esses Oficiais revela trajetórias individuais dentro da PMMA, contemplando suas formas de atuação na corporação durante a carreira, além de um vasto panorama histórico sobre o modo como a APMGD funcionava nas suas respectivas épocas de formação. Suas narrativas permitem reconstruir tanto os contextos individuais de ingresso no CFO quanto às características da APMGD ao longo dos anos. Essa perspectiva se apoia, principalmente, na diferença das turmas de origem desses oficiais entrevistados. Seus depoimentos, lidos a partir de um olhar sociológico, permitem reconstruir como o princípio da antiguidade se mantém, se reinventa e continua produzindo hierarquia, autoridade e sentido no cotidiano da academia. Segue abaixo quadro para ilustrar os postos e as turmas do CFO envolvidas nessa parte da pesquisa, e também as suas ordens de entrevista:

Quadro 1 – Relação Posto x Turma dos Oficiais entrevistados

Posto	Turma
Coronel (Oficial 3)	2ª Turma
Coronel (Oficial 6)	9ª Turma
Tenente Coronel (Oficial 2)	4ª Turma
Major (Oficial 1)	11ª Turma
Capitão (Oficial 4)	14ª Turma

Tenente (Oficial 5)	26ª Turma
---------------------	-----------

Fonte: Autora (2025)

A variação de turmas foi, propositalmente, pensada para capturar as possíveis convergências e/ou divergências no cenário do CFO. As entrevistas fazem uma passagem pelo tempo com menções sobre as transformações a que a Academia e o Curso foram submetidos, da mesma forma que são reconhecidas as muitas características relacionais e institucionais mantidas pelas gerações. Os encontros com esses seis Oficiais foram realizados de maneiras independentes ao horário e rotina da Academia, tendo em vista que são militares atuantes na gestão de diferentes áreas da PMMA. Dentre esses entrevistados, há oficiais atuantes (ou que atuaram) diretamente no Ensino, na área da Inteligência, na gestão de grandes unidades operacionais da PM e na direção de setor da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP/MA).

As narrativas dos Oficiais Superiores, os mais “antigos”, revelam o padrão institucional da Academia nos anos 1990 até o início dos anos 2000. Pode-se abrir esse momento de exposição de entrevistas com uma fala do/a Tenente Coronel, oriundo/a da 4ª turma, quando declara: “Houve muita mudança... mas a antiguidade se mantém” (Oficial 2, 2025). A frase causa curiosidade em empreender quais foram essas mudanças e como a “antiguidade” se manteve por gerações. O/a Coronel formado na 2ª turma, fornece muitos detalhes de sua vivência, que perpassou o nascimento do CFO-PMMA.

À luz do conceito de *instituição total*, formulado por Goffman (1974), pode-se compreender como o ambiente de formação militar é estruturado sob um regime de socialização marcado pelo enclausuramento relativo, pela padronização das rotinas e homogeneização de identidades. Para Goffman (1974), *instituições totais* constituem espaços onde trabalho, descanso e sociabilidade se intercalam, rompendo as fronteiras que, na vida civil, permitem ao indivíduo negociar e modular suas “performances identitárias”.

O relato de outro/a Oficial possui uma reflexão, em suas palavras, de que viveu a transição da PM de um “modelo altamente castrense, tecnicista e fechado, um modelo baseado na disciplina extrema, na ordem, na hierarquia corporal e no controle total da rotina dos cadetes, para um período mais humanizado, reflexivo e institucionalmente diversificado” (Oficial 3, 2025). Em cada etapa de sua carreira, a “antiguidade” apareceu como pilar da vida militar — ora como privilégio, ora como injustiça, ora como ferramenta de disciplina, ora como obstáculo

moral que o obrigou a se reavaliar. O/a Coronel narra sobre o regime de internato da época, como um ambiente de controle absoluto:

Era uma carga horária de 12 horas diárias. Você começava fácil, já pronto às 6 horas da manhã, você não desocupava da atividade fim antes das 18 horas. Aí tinha as formalidades de quartel, até para você ir jantar era pela formalidade, em forma, marchando. [...] Tinha o laboratório de estudo obrigatório. Você não tinha querer, não tinha opção. O horário de estudo era das 20 às 21 horas, todos em sala de aula, silêncio absoluto. Às 21 horas, revista do recolher [...]. Às 22 horas, toque de silêncio, apagam-se todas as luzes. Não acende mais luz no alojamento, nada. Era uma rotina muito batida, muito certinha, muito cronometrada. (Oficial 3, 2025)

A organização cotidiana do CFO – com horários rígidos, uniformização, limitação do acesso ao exterior e mecanismos de supervisão constante - possui forte associação com a lógica descrita por Goffman (1974) nas páginas iniciais da obra, onde ele enfatiza que tais ambientes produzem um “fechamento” estrutural que reorganiza o eu e redefine os modos pelos quais os sujeitos se percebem e são percebidos. Assim, a instituição se transforma em um laboratório de reformulação identitária, onde o “eu” civil é submetido a um processo de mortificação parcial. Esse processo é o conceito mobilizado por Goffman (1974) ao descrever como as *instituições totais* desestabilizam identidades anteriores por meio da ruptura com redes externas, substituição de bens pessoais, padronização corporal e controle das interações.

Conforme algumas menções, é sabido que a instituição passou por diferentes fases, reestruturações curriculares, reformulações disciplinares e mudanças administrativas ao longo das décadas. Em consonância com esse processo, o/a Tenente Coronel também descreve um modelo de formação na sua época, significativamente distinto do atual, profundamente marcado por uma rigidez maior e pela imersão total na vida militar. A estrutura do curso na sua época seguia o seguinte padrão:

Na época, a academia era lá no Cfap... a gente dormia todo dia... passava um ano interno, de internato mesmo. Começava de manhã, segunda-feira, voltava pra casa só na sexta-feira, se não tivesse tido nenhum problema, senão, teria que ficar... depois a gente ficou em semi-internato... no terceiro ano era externo mesmo, ia só pras aulas e pra casa. (Oficial 2, 2025)

Outro momento revelador do perfil institucional da Academia é relatado pelo/a Tenente Coronel, quando afirma que o CFO da época era pensado como um curso puramente tecnicista:

Na realidade, a gente diz assim, a prioridade mesmo na formação, nesse tipo de formação, não é o conhecimento, não. É aquela questão mais prática mesmo. Tecnicismo mesmo. Aquela que foi bem puxada mesmo pro tecnicismo. Não pro cientificismo, né? Assim, essa questão de ter tempo pra estudar, tinha tempo pra decorar, pra fazer prova. Sim. E aquilo que assimilava mesmo, que internalizava, era com tecnicismo mesmo. Mas essa parte de direito administrativo, direito pra assessor penal, a gente ficava meio no tempo, assim, não não tinha aquela com curso de direito que você vive no pensamento e não tinha tempo de fazer. Era aula e prova. Não tinha aquela questão, vamos fazer aqui grupo de trabalho, vamos fazer apresentação de seminários, vamos simular aqui um júri, não tinha isso não. Era aquela coisa mais de estudar conteúdo e prova. (Oficial 2, 2025).

De outro lado, desde o início da sua entrevista, o/a Major, formado/a na 11ª turma, descreve que sua turma fora formada em um período em que o ingresso ao CFO era extremamente concorrido, ainda antes da criação do CFO do Corpo de Bombeiros. Esse contexto mais restrito e centralizado, onde as opções de cursos e instituições de Ensino Superior eram menores, fazia com que a competição fosse mais intensa do que é atualmente, produzindo turmas pequenas, mas coesas, como ele mesmo evidencia ao comparar com os dias atuais:

Na minha época, as turmas eram de no máximo 35. O máximo. Mas eram turmas pequenas. Nós tínhamos turmas de 12, de 15. [...] Agora, não. A gente tem só turmas grandes. Muita gente, muitas cabeças. (Oficial 1, 2025)

Em semelhança, o/a Tenente Coronel também cita o quantitativo mais baixo de Cadetes na sua época “A minha turma foi a menor... Era um vestibular tão complexo, tão difícil... da história da UEMA, esse foi o mais difícil de todos.” (Oficial 2, 2025). Esse relato também evidencia que a composição das turmas menores decorria de um processo seletivo mais restrito e concentrado, marcado por alto nível de concorrência e por um contexto institucional ainda pouco expandido. À época, conforme os dados coletados com Oficiais Superiores, o CFO se configurava como uma das poucas possibilidades de formação no Ensino Superior Público e de ascensão profissional estável na região, o que intensificava a disputa por vagas. O vestibular descrito como “o mais difícil da história” reforça a ideia de um filtro rigoroso, que resultava em contingentes reduzidos de Cadetes. Paralelamente, tratava-se de um período com menos recursos materiais, menor infraestrutura física e organizacional, além de estrutura formativa ainda em consolidação.

Outro aspecto comentado recorrentemente pelos Oficiais Superiores, pode ser abordado, inicialmente, por uma ressalva do/a Coronel sobre como a “antiguidade” era constituída na sua

época. Nas primeiras turmas, havia um percentual de vagas destinado para militares, que criava uma desigualdade estrutural “desde o primeiro dia”:

Eu saí muito moderno. Muito moderno. [...] Da quantidade total de vagas, tinha um quantitativo X só para quem já era militar. Entravam muitos. O sistema é certo? É. Mas nem tudo que é certo é justo. A carga horária do primeiro ano do CFO era basicamente o que todos os militares, que já estavam incluídos na minha turma, já sabiam... que era a vida cotidiana deles. [...] Eles já estavam anos-luz da nossa frente. Enquanto eu tinha que acumular para estudar aquilo, eles já sabiam. (Oficial 3, 2025)

Esse desnível teria sido “consertado” tempos depois, mas desde então existia uma disputa muito forte entre as primeiras turmas em torno da classificação que definia a “antiguidade” de cada aluno. O/a Major é um exemplo da constatação de que conflitos entre turmas e pares sempre existiram. Quando questionado/a sobre possíveis concorrências entre os Cadetes da mesma turma e entre as turmas, ele responde: “Sempre teve. E digo mais, eu acho que sempre vai ter.” (Oficial 1, 2025). Elias (2008) auxilia em analisar que determinadas normas e expectativas passam a exercer força sobre os indivíduos não porque existam “acima” deles, mas porque são continuamente reproduzidas nas interações sociais, adquirindo aparência de entidades exteriores e quase naturais.

Percebe-se, logo, que a “antiguidade” já não se configurava apenas como um critério neutro de ordenação, mas como resultado de condições desiguais de largada que impactavam diretamente a classificação final e, por conseguinte, as posições futuras na carreira. A reserva de vagas para militares já integrantes da corporação implicava que parte dos ingressantes acumulava experiências práticas, domínio prévio da rotina castrense e familiaridade com conteúdos que compunham a base curricular do primeiro ano. Para os civis, ao contrário, o ingresso significava enfrentar a exigência acadêmica, adaptar-se simultaneamente a uma nova forma de vida, com códigos, ritmos e saberes próprios do meio. A disputa pela classificação, que definia quem “saía mais antigo” ou “mais moderno”, tornava-se, assim, atravessada por assimetrias estruturais que extrapolavam o desempenho individual. Ainda que posteriormente o sistema tenha sido reformulado, a memória dessas diferenças revela como a “antiguidade” se consolidava como princípio sensível e permanentemente tensionado, alimentando rivalidades entre pares e entre turmas.

Então, até esse ponto as narrativas revelam que a “antiguidade” moldava as expectativas e disputas, atravessando tanto a formação quanto a projeção da carreira. É nesse horizonte que a

fala a seguir explicita como a antiguidade se articula diretamente à própria ideia de hierarquia institucional. Pelo trecho mencionado, percebe-se que o CFO, desde as turmas mais “antigas”, é marcado pela rivalidade entre os indivíduos e/ou grupos desse meio. Um dos Oficiais explica minuciosamente essa dinâmica:

O que significa essa antiguidade dentro da polícia militar? A polícia... A gente tem um bordão que a gente utiliza que diz que a “antiguidade é posto” na polícia. Quem chegou primeiro é mais antigo. Quando ele fala que chegou primeiro, é porque a turma chegou primeiro. Sempre existiu. Sempre existiu, desde a academia, sempre existiu, desde que a academia foi criada. Existiam os modernos e os mais antigos. [...] eles chegaram primeiro, eles são mais antigos. [...] Então a antiguidade é algo... Ou, melhor dizendo, a hierarquia é algo que é base da nossa instituição. Se nós perdermos esse pilar dessa instituição, da hierarquia, a nossa instituição desmorona. Então, o que rege essa hierarquia é a questão dos postos. (Oficial 1, 2025)

Com base na fala do/a Oficial entrevistado/a, é possível observar que, no início do diálogo, ele/a se refere à “antiguidade” em seu sentido mais amplo e estrutural dentro da PM. Ao afirmar que “antiguidade é posto” e que “quem chegou primeiro é mais antigo”, o/a Oficial 1 evoca inicialmente a lógica formal de precedência entre postos diferentes, isto é, a sobreposição hierárquica entre posições institucionais distintas. Nesse primeiro momento, a “antiguidade” aparece vinculada ao tempo de ingresso, trata-se, portanto, de uma concepção ancorada na ordem temporal. Contudo, posteriormente, ao desenvolver sua explicação, o entrevistado desloca gradativamente o foco para um sentido mais específico da “antiguidade”, aquele que efetivamente interessa à pesquisa: a “antiguidade” entre pares, construída desde a Academia.

Esse deslocamento da compreensão da “antiguidade” como ordenação formal entre postos para a “antiguidade” como classificação relacional entre indivíduos de uma mesma turma, permite compreender como o princípio hierárquico se infiltra nas interações cotidianas desde o período formativo. Ao deixar de operar apenas como estrutura macroinstitucional e passar a organizar diferenças mínimas entre pares (como o “01” e o “02”), a “antiguidade” revela seu caráter profundamente processual. Não se trata apenas de ocupar posições distintas na cadeia de comando, mas de estar inserido em uma *rede de interdependências* em que cada agente só pode ser compreendido em relação ao outro, reafirmando continuamente a lógica classificatória que sustenta a vida institucional.

Segundo Elias (2008) “os seres humanos estão sempre inseridos em redes de relações que moldam suas disposições e comportamentos, ainda que muitas vezes não percebam essa

dependência mútua" (p. 14-15). Da mesma forma, o/a Oficial 3 exemplifica: “na Polícia Militar, alguém tem que ser o Comandante Geral e alguém tem que ser o Soldado. Alguém tem que ser antigo e alguém tem que ser moderno. Se você tiver dois numa turma, é o 01 que é o mais antigo e o 02 vai ser o mais moderno.” (Oficial 3, 2025). De maneira parecida o tenente Coronel também ressalta:

O 01 é uma referência. É aquele cadete que é centrado, metódico, organizado, o militar disciplinado. Mas isso não quer dizer que sempre será o melhor profissional depois. Tinha aqueles que queriam ser 01. Era nítido. Tinha uns que eram fervorosos. E tinha outros que não queriam nada. Isso sempre existiu. (Oficial 2, 2025)

Nessa perspectiva, o/a Oficial 6, formada/a na 9ª turma, afirma que a “antiguidade” é importante, mas que não deve definir totalmente a carreira de um policial, tendo em vista outros aspectos importantes para a atuação policial, que a “antiguidade” não engendra. Ele/a interpreta o seguinte:

A antiguidade eu respeito pela questão do esforço que a pessoa faz em ser antigo... mas ela não pode ser limitadora. Às vezes o cara estudou muito, mas tem o outro que não tem tanta facilidade de gravar as coisas [...] Eu entendo que é um marco que a gente deve respeitar, mas ele não pode ser limitador da carreira do policial. A antiguidade é como um reforço do comportamento. Tu te esforça pra ser meritório, e aí acaba tu tendo destaque por causa desse esforço... mas ela não pode ser limitadora das outras funções... pode ser um dos eixos que eu possa analisar a performance e a qualidade. (Oficial 6, 2025)

Percebeu-se, de algum modo, que desde o início da história da Academia, o cenário sempre foi o mesmo: o Cadete adquire diversas classificações ao longo do Curso; entra com uma classificação e sai com outra, que pode ser muito distante da primeira ou não. Essa variação ao longo dos semestres é resultado do desempenho individual do aluno. Como é o exemplo da/a Coronel, que descreve: “Eu entrei como 14ª... e aí eu terminei em 7ª... eu tive problema com tiro... duas disciplinas práticas. E eu fiquei a 7ª... a diferença das notas é décimo. É décimo. É todo mundo basicamente no mesmo padrão. Coisa mesmo de milésimo de segundo.” (Oficial 6, 2025). Nessa mesma linha, o/a Capitão/ã entrevistado/a, oriundo/a da 14ª turma descreve mais ainda essa dinâmica:

Eu entrei 38... terminei 08. No primeiro ano já virei 05. Depois 07, depois 08. O curso permite isso, mas o que diferencia não são as provas e sim os trabalhos... porque são feitos em grupo... e os grupos se formam no primeiro ano e nunca mais mudam. O 01,

02 e 03 eram do mesmo grupo... eles tinham um pacto... não iam passar um do outro. O 05 era do grupo do 01 também. 04 e 06 eram outro grupo. Do meu grupo eram 07, 08, 09, 10, 11 e 12. (Oficial 4, 2025).

Os Cadetes “mais antigos”, listados entre as primeiras posições, são considerados os antigos da turma. São chamados de “zeros”, os “zeros” da turma, portanto, os mais “antigos”. Da mesma forma, o/a Tenente, formado/a na 26ª turma, explica:

Os grupos existem por afinidade, mas também por finalidade. A finalidade é conseguir antiguidade. Na minha turma os mais antigos eram de dois grupos, e os outros corriam por fora. Era disputa até a última nota. Tinha gente que fazia trabalho em dupla só com um parceiro específico porque confiava mais, porque queria garantir nota. (Oficial 5, 2025)

Os Oficiais que forneceram os depoimentos acima, o/a Capitão/ã e o/a Tenente/a, possuem semelhanças, não só por integrarem as turmas mais “modernas” da história da APMGD, mas pela trajetória, que representa uma porcentagem de Oficiais com o mesmo percurso: Oficiais que foram Praças anteriormente ao CFO. O/a Capitão (ã) e o/a Tenente entrevistados/as eram militares ativos/as, que decidiram prestar o vestibular para mudar de carreira e desvendam aspectos que coincidem com pontos citados pelos primeiros Oficiais citados aqui, quando expuseram sobre o formato antigo de vagas destinadas a militares. Para exemplificar, há consonâncias entre os depoimentos que podem embasar essa ideia.

[...] fiz o concurso para soldado, passei no concurso para soldado, conclui o curso para soldado, virei soldado. Já dentro da instituição que eu fui saber o que significava o CFO, ou seja, antes disso eu nem sabia que o CFO existia, [...] e aí já dentro do militarismo, já dentro da instituição, como soldado, na base, que eu fui ver o que era o CFO, o que carreira era o CFO, o que fazia, e aí foi que eu decidi, que eu não queria ficar como soldado, vou fazer o CFO, se for para ficar na instituição polícia militar, que eu fique na carreira de oficiais, onde eu vou ter uma projeção de carreira melhor, uma projeção salarial melhor, vou ter melhores condições de trabalho, inclusive, uma vez que eu vou participar ali do topo, do comando, da gestão. (Oficial 5, 2025)

Quando questionado/a sobre ter vantagens pelas experiências prévias como um militar, o/a Tenente afirma:

Com certeza tive vantagem, você já conhecer nuances do meio militar, conhecer procedimentos te ajuda na sobrevivência... você não pega esporro por procedimento... a chance de pegar um esporro por procedimento é bem reduzida. A chance de tu, por exemplo, tirar notas melhores em atividades práticas do militar [...] também é maior. Você vai para uma disciplina de tiro sabendo atirar. Você vai para uma disciplina de

abordagem sabendo abordar. E, pelo menos em regra, é para ser... a pessoa vai sabendo. Obviamente que, em determinado momento, vai se ter um nivelamento, mas de início você sabe. [...] Então, não tem como dizer que não é uma vantagem. Assim, não há vantagem no sentido acadêmico de você ser beneficiado com notas, pontuações, não. Mas tem a vantagem do dia-a-dia, da vivência ali. De adaptação, adaptação principalmente. Você sabe que aquilo que está acontecendo ali, que o instrutor está falando ali, aquele esporro que ele está dando em todo mundo, é uma coisa que é normal, que acontece, que passa. E que é da fase, é do momento. É uma espécie de batizado ali para todo mundo, né. (Oficial 5, 2025)

Esse tipo de vantagem está atrelado à inculcação de disposições, que permitem ao agente transitar com familiaridade em espaços rigidamente normativos. Como descreve Foucault (1975), as instituições disciplinares produzem “corpos dóceis” por meio de rotinas, vigilância e normalização, tornando os indivíduos “aptos e obedientes”. Entretanto, o entrevistado aponta uma grande discrepância entre o espaço formativo de Praças e o espaço formativo de Oficiais, da mesma forma que o/a Capitão/ã compara: “no curso de soldado, eu era o 01, mas o choque foi maior no CFO... lá tudo era mais cansativo, estressante... o pior foi a perda do sono e ficar longe da família... 4 horas da manhã começava tudo.” (Oficial 4, 2025). Sobre esse cotidiano intenso do processo de formação, percebe-se que a rigidez sempre esteve presente nas diretrizes da Academia, apesar de algumas reformulações na rotina do espaço, como é o caso do da mudança do regime de internato citado pelos Oficiais Superiores. Essa configuração é justificada pelo/a Coronel quando aduz:

Algumas pessoas questionam o nosso sistema e o nosso rito. É como, por exemplo, algumas pessoas que questionam a condição da formação do sacerdote... o padre, para ser ordenado padre, ele faz três votos, obediência, pobreza e castidade. “Ah, mas não tem que ser assim.” Mas você não vê manifestação e passeata de padre para que acabe, vai quem quer. Ocorre que muita gente, muita gente vem, não é só porque quer, é porque precisa, ocorre... mas assim como no CLT, como qualquer lugar, você tem que ser adequado. Tudo tem nome e tem regra. Se não tiver, pronto, não caminha, não anda, vira bagunça. (Oficial 3, 2025)

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1975) demonstra que instituições modernas, como prisões, escolas e quartéis, organizam-se por meio de sistemas minuciosos de classificação, hierarquização e comparação contínua dos indivíduos, mecanismos que produzem tanto sujeição quanto subjetividades. No CFO, a flutuação das posições de “antiguidade”, a vigilância recíproca entre cadetes e a extrema sensibilidade a décimos de nota operam como técnicas disciplinares que, tal como Foucault (1975) descreve nos capítulos sobre a disciplina, transformam o

rendimento escolar em instrumento de controle e diferenciação. Foucault (1975) afirma que a disciplina cria um ambiente de documentação contínua dos indivíduos, no qual cada desvio ou diferença passa a integrar um dossiê avaliativo. É exatamente o que ocorre no CFO: cada nota, cada prova, cada trabalho em grupo compõe um mecanismo de deslocamento posicional. Além disso, o relato dos Oficiais evidencia como as experiências prévias de alguns militares funcionavam como vantagem estrutural, permitindo-lhes navegar o sistema disciplinar com maior adaptabilidade.

Foucault (1975) descreve que, em instituições disciplinares, certos indivíduos entram com um “adiantamento” na internalização das normas, o que lhes permite sofrer menos sanções, cometer menos “faltas” e apresentar melhor desempenho por familiaridade com o regime normativo. Isso dialoga com o que o/a Tenente relata ao afirmar que já conhecia os “procedimentos”, sabia o que esperar dos “esporros” e compreendia que se tratava de um “batizado” institucional - uma forma de naturalização dos rituais de sujeição. Essa análise se articula diretamente ao que Foucault (1975) caracteriza como *adestramento dos corpos*, processo pelo qual o indivíduo já habituado ao código disciplinar apresenta menor resistência e maior docilidade.

Em concordância com essa declaração o/a Major também dispara: “A antiguidade faz parte da vida militar. Quem não aceita isso, não fica.” (Oficial 1, 2025). Mediante tais declarações, tornou-se evidente que a “antiguidade” não se restringe a um dispositivo formal previsto nos regulamentos, mas estrutura profundamente a experiência subjetiva dos militares, influenciando a forma como percebem o poder, a autoridade e as distinções dentro da corporação. Os Oficiais revelam que a “antiguidade” organiza as relações internas, ao passo que produz uma cultura militar. A fala a seguir, do/a Tenente entrevistado/a, esclarece essa compreensão da *antiguidade* como elemento detentor das *chances de monopólio do poder* na Polícia Militar:

A antiguidade é uma diferenciação de nível de poder. Quanto mais antigo você é, mais poder você tem. Quanto mais moderno, menos poder. Quando você chega ao topo, aquilo que antes você achava besteira, você passa a achar importante... não é porque mudou o procedimento, é porque você mudou de posição. E esse poder está em tudo: em quem fala, em quem manda, em quem escolhe, em quem vai pagar a pior missão. Se espera que o antigo seja bom em tudo: físico, procedimento, acadêmico. Do moderno se espera menos. [...] Você não ia querer ser antigo se isso não te trouxesse vantagem. Poder é vantagem. Poder é poder. (Oficial 5, 2025)

A análise conjunta das narrativas dos Oficiais revela que a “antiguidade”, constitui-se como eixo estruturante de toda a experiência formativa e profissional no interior da APMGD e, posteriormente, de uma parte significativa da carreira no oficialato na Polícia Militar do Maranhão. As diferentes gerações entrevistadas – dos Oficiais formados ainda sob o regime rígido de internato aos mais jovens, oriundos de um contexto já reformulado – convergem ao demonstrar esse princípio como organizador da vida militar e como propulsor da formação de grupos dominantes na instituição.

Esse fenômeno classificatório e seletivo opera como uma gramática interna que orienta comportamentos, distribui poder e cria fronteiras simbólicas entre “antigos” e “modernos”, entre aqueles que acumulam prestígio e aqueles que possuem pouca visibilidade. Desse modo, o que se observa é que essa categoria atravessa toda a trajetória militar, desde o primeiro ano até o “Dia da Escolha” na mesma intensidade em todas as gerações, embora as reformulações ocorridas no modelo de ensino dos cadetes. Para além desses aspectos, apesar das críticas proferidas, a “antiguidade” continua sendo percebida como um critério legítimo e útil.

O chamado “Dia da Escolha” configura-se como um dos momentos mais emblemáticos e aguardados ao longo de todo o CFO, marcando a transição dos cadetes à condição de aspirantes e simbolizando a passagem do espaço formativo para o exercício efetivo da carreira. Trata-se do dia em que se define a unidade de destino em que cada novo Oficial iniciará sua trajetória profissional. Mais do que um ato administrativo, esse momento concentra expectativas, projeções e investimentos subjetivos construídos ao longo de anos de formação, pois representa a possibilidade de “determinar” o próprio futuro institucional. Durante todo o curso, muitos cadetes idealizam esse dia como a ocasião em que poderão, enfim, escolher onde servir, aproximando-se de determinados contextos operacionais, localidades específicas ou unidades consideradas mais prestigiadas.

Entretanto, os relatos coletados na pesquisa indicam que a possibilidade efetiva de escolha é profundamente condicionada pela classificação final no curso, isto é, pela “antiguidade” estabelecida no interior da turma. Na prática, apenas os primeiros colocados — aqueles situados no topo da ordem classificatória, os mais “antigos” — conseguem exercer alguma influência concreta sobre o local para onde serão designados. À medida que se avança na lista, as opções tornam-se progressivamente mais restritas, até o ponto em que os Aspirantes mais “modernos” já não dispõem de margem real de decisão, ficando sujeitos às necessidades e determinações da

instituição. Assim, o “Dia da Escolha” evidencia, de maneira explícita e ampliada, os efeitos acumulados da “antiguidade” construída ao longo do CFO, convertendo desempenho e posição classificatória em possibilidade concreta de autodeterminação relativa.

Nesse sentido, esse dia representa a primeira manifestação clara da “antiguidade” em uma escala que ultrapassa os limites da Academia de Polícia, projetando seus efeitos sobre o conjunto da corporação. A ordem interna da turma passa a produzir consequências diretas na distribuição espacial dos novos Oficiais pelo território institucional. Considerando que muitos Oficiais permanecem durante grande parte, ou mesmo toda a carreira na unidade para a qual foram inicialmente designados, a decisão (ou a ausência dela) nesse momento pode ter impactos duradouros sobre trajetórias profissionais, redes de relações e oportunidades futuras. O “Dia da Escolha”, portanto, não é apenas um rito de passagem, mas um ponto de inflexão em que a “antiguidade” se converte, de forma particularmente visível, em destino institucional.

3. O UNIVERSO NORMATIVO E SIMBÓLICO NA FORMAÇÃO MILITAR

A presente pesquisa incorporou, como etapa empírica fundamental, um trabalho de campo realizado dentro da APMGD, especificamente com Cadetes da 28ª turma do CFO, a turma “mais antiga” no momento do estudo, e com Oficiais comandantes de variados setores da PMMA, incluindo a Academia de Polícia. Nesse contexto, 52 cadetes responderam voluntariamente um questionário estruturado que buscou mapear aspectos de sua origem social, incluindo variáveis como escolaridade dos pais, situação socioeconômica familiar, trajetória educacional e formas de acesso a recursos. A aplicação do instrumento permitiu o exame dos procedimentos institucionais relacionando-os às propriedades sociais dos agentes a eles submetidos, como orienta Pinto (1998) e Reis (2000). Essa etapa empírica possibilitou detectar a diversidade (ou homogeneidade) do perfil social dos cadetes, bem como revelou como tais origens influenciam expectativas, percepções de carreira e modos de inserção no domínio policial militar.

Essa lógica de distinção entre perfis sociais não é alheia ao que a literatura sobre elites militares aponta, de que, historicamente, a composição das corporações militares envolve a combinação de recursos sociais que estruturam, desde o ingresso, as possibilidades de ascensão e reconhecimento, articulando capital escolar, redes de relação e legitimidade social (Seidl, 2008). Isso é apreendido em *Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850–1930)*, onde Seidl demonstra que a carreira militar brasileira sempre foi marcada por mecanismos “meritocráticos” e “extra-meritocráticos”, que designam as possibilidades de ascensão no domínio militar. No caso do estudo do CFO da PMMA, o olhar recai sobre um mecanismo “meritocrático” formal, a “antiguidade”, combinado às características sociais dos agentes.

O processo formativo da APMGD estabelece esse mecanismo como um princípio interno de diferenciação que opera de modo semelhante àqueles analisados por Seidl (2008) na constituição histórica das elites militares brasileiras. Embora representada como um critério meritocrático, a “antiguidade” pode produzir efeitos que extrapolam o desempenho acadêmico formal, convertendo-se em um princípio estruturante de distinção. Como Seidl (2008) identificou na história do Exército brasileiro: a constituição de elites militares é baseada em mecanismos híbridos, que combinam critérios formais de mérito com elementos como redes de relação, capital simbólico e prestígio institucional. Na presente pesquisa a centralidade do critério “antiguidade”

como produtora de grupos dirigentes na PMMA mescla-se com outros atributos trazidos de fora da instituição.

Em outras palavras, assim como no contexto estudado por Seidl, onde o ponto de partida influencia fortemente o ponto de chegada, na formação histórica do oficialato da PMMA a “antiguidade” é um produtor e reproduzidor interno dos padrões de classificação e seleção característicos das elites militares.

Do mesmo modo, a análise etnográfica de Castro sobre a socialização profissional na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) oferece arcabouço para compreender como a “antiguidade”, mais do que um critério técnico de ordenação, se incorpora ao repertório social dos cadetes desde os primeiros contatos com a instituição. Castro (2004) enfatiza que a inserção na academia é como um ritual de passagem intensivo a partir do internato, de trotes e outras ocasiões como as solenidades formais, cujo efeito central é a reestruturação da identidade dos ingressantes e a internalização de um padrão militar coletivo e homogêneo.

Castro (2004) põe em foco as interações cotidianas (entre cadetes e entre cadetes e oficiais) como principais caminhos para entender as expectativas institucionais do perfil militar exigido. As interações diárias entre os membros da Academia foram, então, visadas nesta investigação com o mesmo intuito de enxergar quais práticas são estimuladas e como implicam na construção de clivagens. Ao incorporar Castro (2004) à esta pesquisa, há um suporte facilitador para compreender como a “antiguidade” atua simultaneamente como técnica de governo institucional e como procedimento de produção de subjetividades hierarquizadas a partir da socialização.

A metodologia adotada nesta pesquisa foi inspirada diretamente nas estratégias desenvolvidas por Reis (2000), sobretudo na maneira como a autora estrutura sua análise da Brigada Militar a partir da relação entre origens sociais, processos de seleção e disposições incorporadas. No estudo da realidade gaúcha, Reis mobiliza, em *A Posição da Brigada Militar Frente às Problemáticas Sociais Contemporâneas: concepções de violência, cidadania, direitos humanos e segurança pública entre a oficialidade gaúcha*, um questionário detalhado, combinando questões abertas e fechadas, exatamente para mapear variáveis como proveniência dos agentes, escolaridade dos pais, práticas profissionais anteriores e expectativas concernentes à instituição.

Ao enfatizar tais aspectos, Reis (2000) abre caminhos para refletir que a compreensão dos *domínios* militares exige também captar como recursos econômicos, culturais e sociais moldam os percursos dos agentes e formam esse universo. A autora demonstra que a coleta sistemática dessas informações não é apenas um procedimento técnico, mas uma via indispensável para revelar os mecanismos de seleção e legitimação vigentes na corporação. Desse modo, o questionário aplicado à 28ª turma do CFO cumpre o mesmo papel heurístico: permite apreender as condições objetivas que estruturam o acesso à carreira militar, comparando desigualdades prévias e avaliando como se articulam com as classificações institucionais. Assim, o método adotado na presente pesquisa é inteiramente coerente com a perspectiva defendida por Reis (2000), pois parte da mesma premissa analítica - a de que o estudo das forças institucionais só ganha inteligibilidade quando confrontado com as disposições sociais que os agentes trazem para dentro da corporação.

Assim, todo o percurso metodológico desta pesquisa – desde a observação direta no interior da APMGD, passando pela aplicação de questionários estruturados, até a realização de entrevistas em profundidade com Cadetes e Oficiais – encontra respaldo na perspectiva sociológica defendida por Pinto. O autor insiste que o pesquisador, ao investigar universos fortemente regulamentados como o militar, deve romper com as leituras imediatas da experiência vivida e proceder a uma “ruptura objetivante” capaz de transformar impressões espontâneas em objeto científico (Pinto, 1989, p. 14). Tal orientação ecoa diretamente em nossa estratégia empírica: ao coletar dados sobre origem social, trajetórias escolares e variações posicionais dos cadetes, buscamos precisamente produzir, como sugere Pinto (1989) “a correspondência entre a ordem interna da instituição e as estruturas sociais externas” (p. 15) recusando explicações que reduzam a formação militar à mera vivência individual. O próprio autor afirma que, em *instituições totais*, compreender o funcionamento aparente exige reconstituir as condições sociais de recrutamento, classificação e distribuição dos agentes, pois é somente “ao estabelecer a relação entre as características sociais dos agentes e as funções da instituição” (Pinto, 1989, p. 23) que o pesquisador supera obstáculos do senso comum.

Do mesmo modo, a combinação entre entrevistas e estatísticas aplicadas ao conjunto dos cadetes atende ao que Pinto define como uso necessário da “linguagem estatística como instrumento privilegiado de ruptura” (Pinto, 1989, p. 24) permitindo compreender probabilidades objetivas de acesso a posições e recursos — no caso, a própria “antiguidade”. Além disso, ao

refletir sobre a posição do pesquisador e sobre as condições sociais da enunciação dos entrevistados, acompanha-se o autor quando afirma que a objetivação exige analisar a relação entre entrevistador e entrevistado, uma vez que “toda relação social é socialmente determinada” (Pinto, 1989, p. 31)

Dessa forma, longe de um simples levantamento descritivo, a metodologia aplicada aqui é desenvolvida em consonância com essas demandas citadas acima de que a sociologia examina os mecanismos de classificação, inculcação e diferenciação que estruturam instituições como a militar, produzindo um conhecimento que não só traz a experiência vivida, mas a transforma em objeto inteligível, rigoroso e teoricamente fundado.

3.1 Perfis e propriedades sociais da 28ª turma do CFO-PM

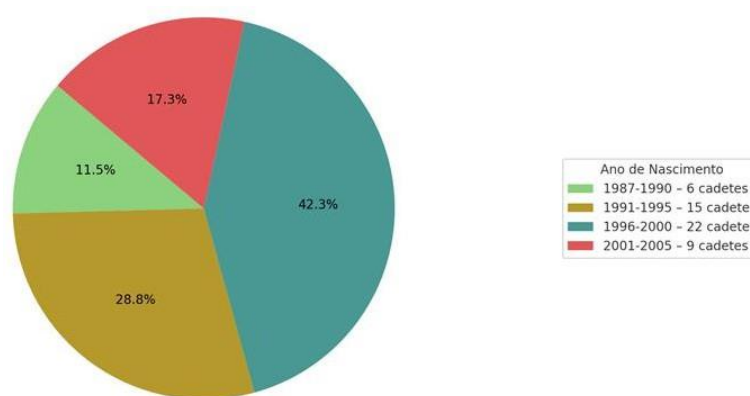
Esta seção tem como objetivo delinear os perfis e as propriedades sociais dos cadetes que compõem a 28ª turma do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar, buscando compreender como origens sociais, trajetórias educacionais e disposições culturais estruturam as condições de ingresso e permanência no curso. A análise parte de variáveis como local de origem, escolaridade familiar, experiências educacionais e profissionais prévias, práticas culturais, esportivas e de lazer, entendidas não como atributos isolados, mas como indicadores de recursos desigualmente distribuídos que conformam posições e expectativas no interior do curso.

Ao mapear essas dimensões, pretende-se evidenciar de que maneira a composição social da turma articula padrões de mobilidade social e de reprodução de recursos, revelando tensões entre abertura institucional e seletividade concorrencial. Nesse sentido, a descrição empírica dos perfis dos cadetes constitui um passo fundamental para compreender como a “antiguidade” e as disputas classificatórias se ancoram em condições sociais objetivas, que antecedem o ingresso na formação e influenciam, desde o início, as dinâmicas hierárquicas e relacionais que atravessam o processo de socialização militar.

A análise dos perfis dos membros da 28ª turma do CFO PM indica uma composição marcadamente jovem, composta por 52 cadetes, 11 são cadetes do sexo feminino e 41 são cadetes do sexo masculino. Concentrada majoritariamente na faixa etária de nascidos entre 1996 e 2000, que reúne 22 cadetes (41,5%), seguida pelos nascidos entre 1991 e 1995, com 15 cadetes (28,3%), e por um grupo menor, nascidos entre 2001 a 2005, com 9 cadetes (17,0%), além de um

contingente reduzido de cadetes mais velhos, nascidos entre 1987 e 1990 (6 cadetes; 11,3%). Essa distribuição etária revela uma turma predominantemente composta por jovens adultos que ingressam no CFO em fase de transição entre a educação superior e a consolidação profissional.

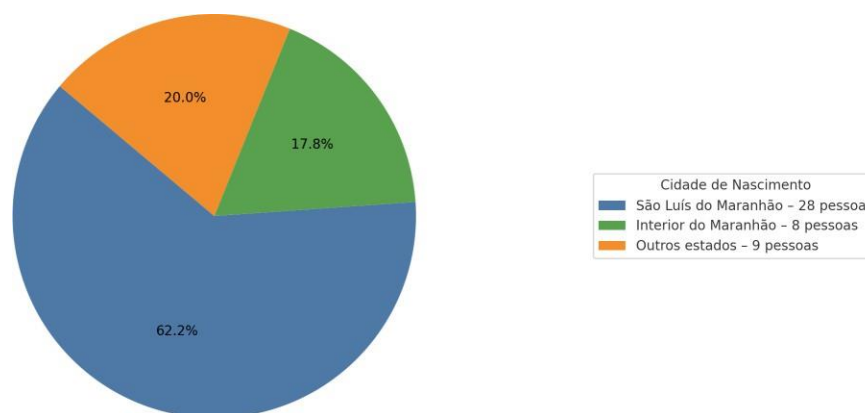
Gráfico 1 – Ano de nascimento dos Cadetes



Fonte: Autora (2025)

A análise do local de origem reforça um padrão de concentração metropolitana: 63,6% dos cadetes são nascidos na capital do Maranhão, São Luís, contrastando com 18,2% oriundos do interior do estado e 20,5% provenientes de outros estados. Essa predominância de nascido na capital sugere um acesso desigual às condições estruturais de preparação para o concurso, considerando os diferentes modelos de ensino a depender do local de preparação. A centralidade de cadetes da cidade de São Luís aponta para um possível recorte de classe: a concentração de sistemas preparatórios na capital tende a favorecer candidatos que nela residem, estabelecendo um funil de ingresso que repercute diretamente na composição social da turma.

Gráfico 2 – Local de origem dos Cadetes



Fonte: Autora (2025)

A distribuição do grau de escolaridade dos membros das famílias dos cadetes, especificamente dos pais, indica que a composição social da turma do CFO é heterogênea, mas com forte predominância de famílias de baixa e média escolarização, que juntas representam 65,4% dos alunos. O grupo de Cadetes provenientes de famílias com baixo grau de escolaridade (23,1%), total de 12 cadetes, destaca a figura da Polícia Militar como um canal historicamente relevante de mobilidade social, sobretudo para jovens oriundos de segmentos populares em que a escolarização dos pais não ultrapassa o ensino fundamental ou está associada a ocupações informais e de baixa renda. Esses resultados sugerem que o CFO continua a desempenhar um papel estruturante como mecanismo de acesso ao serviço público para indivíduos de origens socioeducacionais mais vulneráveis, reproduzindo um padrão característico das instituições militares brasileiras, que combinam seletividade concorrencial com abertura relativa a extratos sociais menos favorecidos.

Por outro lado, a soma dos Cadetes provenientes de famílias com alto grau de escolaridade (34,6%), que são 18 cadetes, revela uma presença expressiva de jovens oriundos das camadas médias e médias-altas, cujos pais ocupam cargos públicos estáveis, carreiras técnicas ou profissões de prestígio simbólico (professores, auditores, médicos, administradores, oficiais da PM). Foi investigado também a questão da influência de militares na família dos cadetes e obteve-se o seguinte resultado: 26 cadetes (50%) responderam que possuem familiares e outros 26 (50%) responderam não ter parentesco com militares. Esse contingente sugere que o CFO

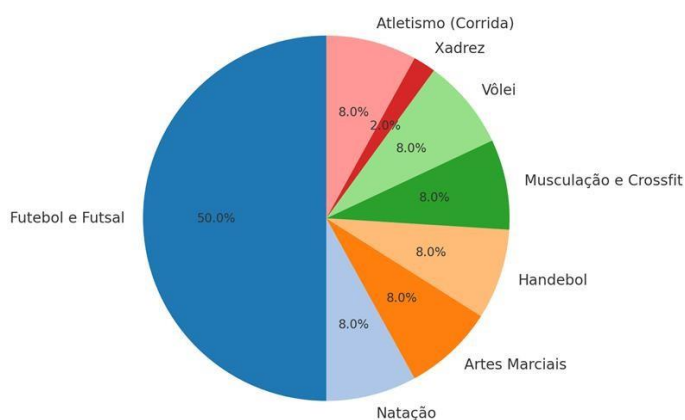
também funciona como um espaço de reprodução de *recursos* adquiridos, evidenciando que a disputa pela “antiguidade” não ocorre em condições de igualdade plena, mas é influenciada por legados familiares de escolarização e acumulação de *disposições*.

Essa composição social heterogênea identificada entre os Cadetes pode ser interpretada à luz da teoria bourdieusiana sobre a distribuição desigual dos *capitais* e sua capacidade de estruturar trajetórias e posições dentro de um campo. Bourdieu (1998) enfatiza que todo espaço social funciona como um *mercado competitivo de bens simbólicos*, no qual os agentes dispõem de recursos diferenciados para disputar posições, e essa disputa nunca ocorre “em condições neutras”, pois os indivíduos portam *habitus* e *capitais* herdados que influenciam profundamente sua capacidade de conversão e ascensão.

Nesse sentido, o CFO se aproxima daquilo que o autor descreve como um espaço estruturado por mecanismos de legitimação, nos quais algumas *disposições* encontram maior reconhecimento institucional e rendimento prático. Assim, os Cadetes oriundos de famílias com escolarização mais elevada, por exemplo, detêm as maiores chances de sucesso nesse meio social com maior domínio das “formas legítimas” de expressão e comportamento, aproximando-se do que Bourdieu (1998) descreve como competências valorizadas e sancionadas positivamente pelos mercados institucionais. Por outro lado, os Cadetes provenientes de famílias de baixa escolaridade tendem a aparecer como exemplos de trajetórias de reconversão de recursos, cujo ingresso na Polícia Militar constitui uma estratégia de mobilidade típica dos grupos populares; contudo, como demonstra Bourdieu (1998) ao discutir a desigual capacidade de apropriação de bens legítimos, esses agentes enfrentam obstáculos estruturais decorrentes da menor familiaridade histórica com os códigos burocráticos valorizados.

Quanto ao acesso a práticas desportivas, observa-se que a turma privilegia modalidades coletivas tradicionalmente associadas à sociabilidade masculina, com destaque para Futebol/Futsal (25 cadetes), seguidos de modalidades como “Natação”, “Artes Marciais”, “Handebol”, “Musculação e Crossfit”, “Vôlei” e “Atletismo”, todas com 4 cadetes cada, além de um único praticante de Xadrez. Essa predominância de esportes de equipe e de forte mobilização de força física evidencia um padrão corporal compatível com expectativas profissionais militares, reforçando valores como resistência e competitividade.

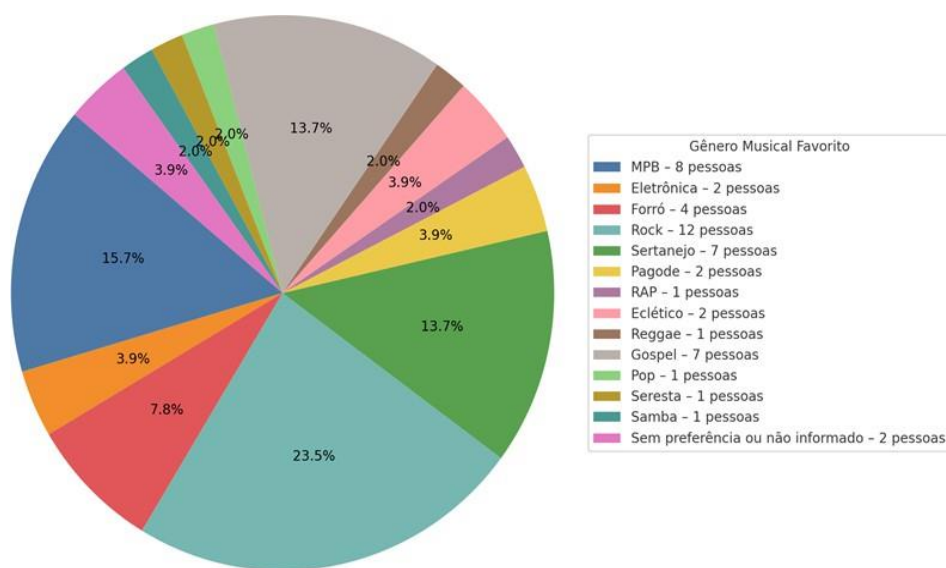
Gráfico 3 – Modalidades esportivas praticadas pelos Cadetes



Fonte: Autora (2025)

Sobre as preferências musicais mostra uma turma culturalmente diversa, com destaque para gêneros como Rock (12 cadetes), MPB (8 cadetes) e Gospel (7 cadetes), seguidos por Sertanejo (7 cadetes), além de manifestações minoritárias como Pagode, Eletrônica, Forró, RAP, Reggae, Pop, Seresta e Samba, em proporções pequenas, variando entre 1 e 4 cadetes por gênero - havendo dois cadetes sem preferência declarada. A pluralidade musical sugere uma heterogeneidade de *disposições* e trajetórias culturais, indicando que, embora a instituição tenha forte poder homogeneizador, os cadetes chegam ao curso com *repertórios simbólicos* diferenciados, que podem gerar tanto aproximações quanto linhas de distinção, especialmente entre grupos internos que se estruturam de acordo com afinidades extra-institucionais.

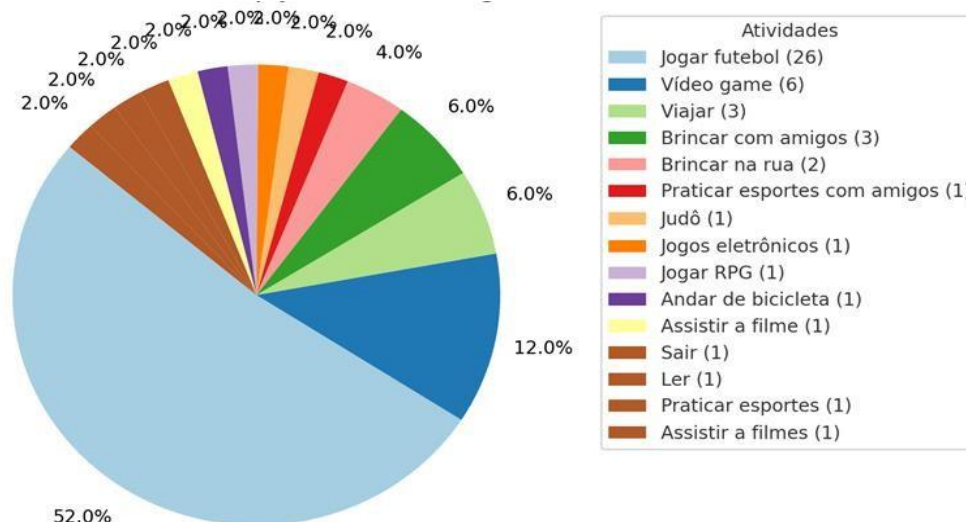
Gráfico 4 – Gênero musical favorito dos Cadetes



Fonte: Autora (2025)

A maioria da turma declarou preferências de lazer em torno de práticas coletivas e da sociabilidade mediada pela cultura e pelo esporte, ainda que o gráfico indique diversidade significativa nas escolhas, refletindo estilos de vida variados e ligações com diferentes recursos culturais e relações familiares. Essa dimensão é relevante teoricamente porque as práticas de lazer funcionam como marcadores de distinção simbólica em diversos *domínios sociais*, podendo unir cadetes que compartilham gostos semelhantes e, assim, influenciando a formação de grupos internos, que podem repercutir diretamente na configuração das disputas de poder e, sugestivamente, na reprodução da hierarquia informal que opera paralelamente à “antiguidade” formal.

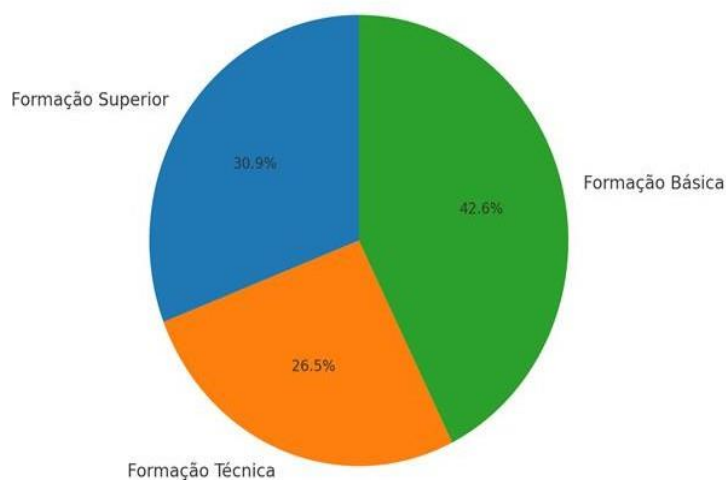
Gráfico 5 – Atividades praticadas no lazer na infância



Fonte: Autora (2025)

Foi de interesse da investigação saber as possíveis profissões anteriores ao ingresso no CFO. O que desvendou uma turma composta por indivíduos com diversas experiências profissionais e/ou acadêmicas prévias: 21 cadetes já possuem formação superior, 18 possuem formação técnica, e 29 vêm de formação básica. Essa composição demonstra que a turma agrega agentes de diferentes níveis de escolaridade, configurando um domínio de lutas assimétrico desde o início do curso. Simultaneamente, ao observar-se a formação dos irmãos dos cadetes, nota-se que predomina a formação básica com um total de 50 profissionais, seguida pela formação superior com 25 profissionais e, por fim, 10 com formação técnica. Esses dados indicam uma melhoria geracional no acesso à educação superior, sugerindo que muitos cadetes são a primeira geração de suas famílias a alcançar cursos de ensino superior, dando força para a tese de que o CFO funciona como mecanismo de mobilidade social ascendente.

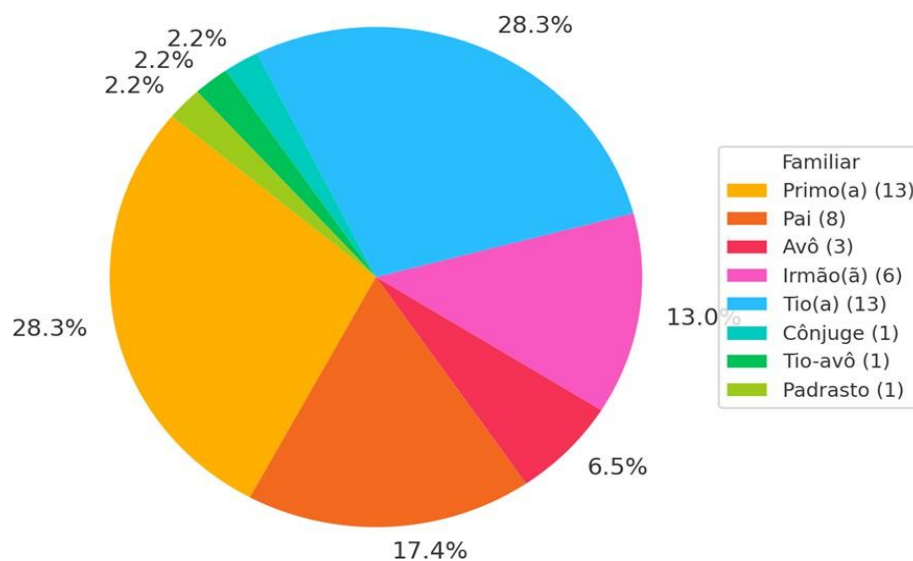
Gráfico 6 – Nível de escolaridade das atividades profissionais anteriores dos Cadetes



Fonte: Autora (2025)

Com base no próximo gráfico, observa-se que uma parcela significativa dos cadetes da 28ª Turma do CFO possui influência militar no âmbito familiar, evidenciada pela presença de parentes que já integraram ou integram instituições militares. Esse dado revela que o ingresso no curso, para muitos, não ocorre de forma totalmente dissociada de trajetórias previamente socializadas no universo militar, sugerindo a existência de uma disposição transmitida no interior da família. A familiaridade prévia com valores como hierarquia, disciplina e rotina institucional tende a funcionar como um recurso diferencial, potencialmente facilitando a adaptação ao curso e a compreensão das regras formais e informais que estruturam a vida no CFO. Assim, o quantitativo de cadetes com vínculos familiares militares contribui para aprofundar a análise sobre os mecanismos de reprodução social e institucional presentes na formação dos oficiais, especialmente quando articulado a outros marcadores, como origem social.

Gráfico 7 – Familiares militares



Fonte: Autora (2025)

Por fim, os elementos analisados em conjunto demonstram que a 28ª turma apresenta um perfil social marcado pela juventude, pela predominância urbana e por trajetórias educacionais em transição, compondo um grupo que se encontra em processo de consolidação identitária e absorção de atributos específicos do campo militar. Tais características estruturam o modo como esses cadetes disputam posições de “antiguidade” e se agrupam internamente, influenciando diretamente a formação de grupos ao longo do curso com a finalidade de realocamento classificatório. A composição heterogênea tende a gerar tanto tensões quanto alianças, elementos que atravessam toda a dinâmica hierárquica da formação de Oficiais e moldam, desde o início, a estrutura simbólica que permitirá a reprodução da dominação institucional.

3.2 Antigos e modernos: dinâmica de grupos, disputas e tensões

A análise dos questionários aplicados aos cadetes da 28ª turma da APMGD permite adentrar o núcleo mais vivo das relações sociais que estruturam a formação de oficiais, evidenciando como a categoria de “antiguidade” é *reconfigurada* por uma geração, conforme seu contexto social, cultural e político, como princípio de legitimidade. Inspirada nas contribuições

de Elias, sobretudo na dinâmica entre *estabelecidos* e *outsiders*, esta seção busca demonstrar como os cadetes produzem classificações internas que regulam acesso ao prestígio, ao poder e às possibilidades de notoriedade dentro da instituição. Da mesma forma, à luz de Bourdieu, compreende-se que tais disputas não são apenas conflitos circunstanciais, mas efeitos de um sistema de *lutas de classificação* que institui posições legítimas e naturalizam hierarquias. Somam-se a isso as reflexões de Pinto (1998), Dulong (2014), Grill (2012), Reis (2000) e Nummer (2010), que indicam que instituições como academias militares funcionam como *domínios* de seleção e produção de agentes, moldando disposições e identidades. Assim, esta seção examina como “antigos” e “modernos” constroem fronteiras internas, negociam pertencimentos, disputam classificações e vivenciam tensões cotidianas.

Foram dez cadetes submetidos à entrevista. A escolha desses perfis foi realizada a partir da análise das listas classificatórias expedidas ao longo do curso, concedida por um Oficial representante do Corpo de Alunos. O quadro a seguir tem por finalidade ilustrar o cruzamento entre a classificação por “antiguidade” (definida pela média das notas) dos Cadetes selecionados para as entrevistas e suas respectivas origens sociais, definidas a partir do nível de escolaridade do pai e da mãe. Esse recorte metodológico permite evidenciar como diferentes volumes e tipos de *recursos* sociais e culturais podem se articular às posições ocupadas pelos cadetes na hierarquia interna do curso. Ao relacionar “antiguidade” e origem social, o panorama apresentado contribui para a compreensão das possíveis convergências entre *disposições* socialmente incorporadas e condições objetivas de preparação, oferecendo subsídios para analisar de que modo a estrutura social de origem pode repercutir – direta ou indiretamente – nas posições relativas alcançadas no interior da turma.

Sabendo que os Cadetes entrevistados correspondiam ao 3º ano (a turma líder, no período de realização das entrevistas), obteve-se acesso a três listas classificatórias distintas; uma para cada ano.

A partir do cruzamento da variação posicional de cada Cadete com suas propriedades sociais coletadas no questionário na etapa anterior, selecionou-se 10

perfis de origens e posições distintas dentro da turma; dentre eles Cadetes que sempre se mantiveram ao topo nas classificações desde o início do curso, aqueles que sempre ocuparam as posições “modernas”, aqueles que mantiveram-se nas posições intermediárias e casos de alta variação no deslocamento de posições (ou de grande queda ou de grande evolução nos *rankings*). Foi possível notar, portanto, Cadetes que se mantiveram entre os “antigos” do ranqueamento desde a inserção no CFO, Cadetes que se mantiveram como “modernos” desde o princípio do curso, alguns Cadetes localizados sempre nas posições medianas e, por fim, Cadetes que apresentaram uma mudança considerável no reposicionamento; caindo ou subindo muitas colocações. Inúmeras declarações dos Cadetes - que são citados pelas ordens de suas entrevistas - podem se encaixar a esse exposto

Quadro – Escolaridade e Profissão dos pais

Cadete	Classificação	Grau de escolaridade do pai	Grau de escolaridade da mãe	Parente Militar	Profissão do pai	Profissão da mãe
CAD 10	01	Ensino Médio completo	Ensino Médio completo		Autônomo	Autônoma
CAD 2	05	Ensino Médio completo	Ensino Fundamental completo		Vigilante	Cabeleleira
CAD 5	06	Pós-graduação	Pós-graduação	Pai Oficial da Polícia Militar	Coronel da Polícia Militar	Professora
CAD 8	24	Ensino Médio completo	Ensino Médio completo		Recepcionista	Vendedora
CAD 9	25	Ensino Superior completo	Ensino Médio completo		Professor	Pescadora
CAD 6	27	Ensino Superior completo	Pós-graduação		Operador de videomonitoramento	Gestora hospitalar
CAD 1	46	Ensino Médio completo	Ensino Superior completo	Pai Praça da Polícia Militar	Sargento da Polícia Militar	Contadora

CAD 3	47	Ensino Superior completo	Ensino Superior completo	Pai Praça da Polícia Militar	Sargento da Polícia Militar	Agente de Saúde
CAD 4	51	Ensino Fundamental completo	Ensino Fundamental completo		Comerciante	Feirante
CAD 7	52	Ensino Superior completo	Ensino Médio completo	Pai Praça da Polícia Militar	Sargento da Polícia Militar	Dona de casa

Fonte: Autora (2025)

A análise dos dados acima indica que a escolarização dos pais tende a pesar mais negativamente do que positivamente no desempenho e na classificação dos cadetes. Entre os 4 melhores classificados, 3 são filhos de pais e mãe sem ensino superior. O que sugere um descompasso entre as disposições valorizadas na educação formal familiar e aquelas exigidas nos domínios militares. Ainda que parte significativa dos cadetes provenha de famílias com alto grau

de escolaridade, isso não se traduz, de modo automático, em melhores posições na classificação final. Tal achado permite inferir que os recursos associados à escolarização voltada à ocupação de outras profissões não necessariamente se convertem em vantagens nos domínios militares, cuja lógica privilegia disciplina, obediência e incorporação prática de normas específicas. Assim, a educação formal familiar pode até gerar expectativas ou disposições que entram em tensão com as exigências próprias da formação militar.

Outra constatação relevante é que não é qualquer vínculo familiar com a carreira militar que contribui para o êxito, sendo relevante a posição ocupada pelo pai dentro da pirâmide hierárquica. O caso mais bem-sucedido é o/a do/a cadete filho/a de Oficial da PM, enquanto os filhos de Praças, embora recorrentes, não ocupam os melhores desempenhos. Esse dado permite retomar o significado da posição social dominada das Praças dentro da instituição militar: ser filho/a de Praça pode favorecer a escolha pela carreira, por familiaridade e socialização prévia com o universo militar, mas também pode estabelecer limites simbólicos ao desempenho, associados à reprodução de desigualdades internas, expectativas reduzidas e possíveis impactos na autoestima. Desse modo, a influência familiar militar opera de forma ambivalente,

estimulando o ingresso na carreira, mas não necessariamente garantindo êxito acadêmico e classificatório no processo formativo.

Anteriormente, foi ilustrada uma quantidade significativa de Cadetes que possuem influência militar no meio familiar, dentre os entrevistados quatro possuem influência direta do pai como policial militar. Além de outro que trabalha na área de segurança pública (Centro Integrado de Operações de Segurança). Sendo que, um dos entrevistados/as, que possui uma posição alta na classificação da turma, tem pai Oficial da PMMA, e o que é filho de Operador de videomonitoramento da Secretária de Segurança Pública tem desempenho médio. Esses aspectos podem indicar uma socialização diretamente ligada à figura paterna como militares ou policiais, indicando que o ingresso e a permanência no curso não são processos socialmente neutros.

Essa influência tende a operar como um recurso social específico, ao fornecer familiaridade prévia com a cultura institucional, com a linguagem, com os códigos de conduta e com as expectativas normativas da carreira policial militar. Trata-se de um tipo de disposição que pode facilitar tanto a adaptação inicial quanto a navegação cotidiana pelas regras formais e informais do curso. Em segundo lugar, o caso do/a entrevistado/a que ocupa uma posição elevada na classificação da turma – sendo um/a cadete antigo/a – e cujo pai é Oficial da PMMA sugere que a herança institucional pode se converter em vantagens objetivas e subjetivas ao longo da trajetória formativa, contribuindo para disposições mais ajustadas às exigências do curso e para uma leitura mais estratégica do funcionamento da hierarquia. Esse dado não deve ser interpretado como determinismo, mas como indício de mecanismos de reprodução social e profissional, nos quais trajetórias familiares aumentam a probabilidade de alinhamento entre disposições incorporadas e critérios de avaliação institucional.

Outro padrão de relação entre origem (profissão do pai e da mãe) e carreira militar parece ligada a uma estratégia de ascensão social. Como pode ser observado nos vários casos de filhos/as de pais que exercem profissões relacionalmente menos remuneradas e valorizadas simbolicamente.

Conforme o RIAPMGD (2023) a “antiguidade” é estabelecida da seguinte forma:

Art. 106 – A classificação será estabelecida na ordem decrescente da média de aproveitamento do curso ou estágio, independentemente do tempo de serviço do aluno ou da graduação anterior à matrícula. § 1º - Os candidatos aprovados em concurso público no mesmo ano, serão classificados observada a ordem decrescente da nota de aprovação, conforme lista final publicada pela organizadora do certame. Caso haja necessidade de composição de turmas envolvendo concursos ou seletivos anteriores, observar-se-á a data de matrícula no curso ou estágio. § 2º - Quando possível avaliação final, o aluno aprovado através deste instrumento será classificado após aqueles aprovados sem necessidade de fazê-la, nos termos do art. 44, § 1º do Decreto nº 11.964, de 29 de julho de 1991, inclusive para fins de declaração de aspirantes à oficiais. § 3º - Havendo empate, a ordem de classificação obedecerá aos seguintes critérios: I – Menor número de reprovação, quando possível; II - Menor número de avaliação final, quando possível; III – Menor número de segunda chamada; IV – Classificação anterior; V – Data de ingresso na Corporação; VI – Data de nascimento. § 4º - A reprovação do aluno repetente será considerada para efeitos de sua classificação na nova turma que ingressará. § 5º - Ao término de cada ano, a Divisão de Ensino apurará os resultados obtidos pelos alunos do CFO PM, a fim de serem classificados e considerados aprovados ou reprovados para o ano seguinte. Art. 107 – A classificação para o aspirantado far-se-á pela média aritmética extraída das médias de aprovações anuais decorrentes de todas as disciplinas do curso, inclusive a nota da monografia e do Estágio Supervisionado, com aproximação até de milésimos. (Regimento Interno da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias, 2023)

A “antiguidade” definida ao final de cada ano, ordena os cadetes conforme o desempenho individual ao longo dos semestres, portanto são posicionados pelas suas médias em ordem decrescente. Essa média é baseada nas notas das avaliações das disciplinas da UEMA e da APMGD, que somadas e divididas resultam em uma única nota. Esse processo é a própria “antiguidade” aplicada ao processo de formação de oficiais. É, portanto, essa classificação em espécie de ranqueamento, que causa as disputas e tensões entre os cadetes, considerando que ao final do curso, no aguardado “Dia da Escolha”, quanto mais “antigo” o recém declarado Aspirante for, maior são suas chances de escolha. Como explica o/a Cadete 3 no trecho abaixo:

A antiguidade classifica do primeiro ao último... serve para promoção e para escolher onde vamos trabalhar. [...] se você passou três anos longe da família e cai num lugar ainda mais longe, isso pesa. (Cadete 3, 2025)

O/a Cadete 4 (2025) explanou em sua entrevista “Sempre vai ter um militar mais antigo e um militar mais moderno. Em postos e graduações diferentes ou iguais”.

O/a Cadete 8, quando indagado sobre a importância desse critério respondeu “Pra mim... É... É uma coisa importante. É... Dentro da instituição é extremamente importante. Até a gente chegar ali no posto de capitão. Depois disso é só... Basicamente indicação política.” Outro/a Cadete explica a “antiguidade” da seguinte forma:

A antiguidade define pra onde a gente vai. O dia da escolha. [...] Até capitão é tudo por antiguidade. Se tiver 40 primeiros tenentes e só 30 vagas pra capitão, só vai os 30 primeiros. (Cadete 1, 2025)

As turmas do CFO são divididas em Primeiro Ano, Segundo Ano, Terceiro Ano e Quarto Ano. E a hierarquia já começa nesse ponto, onde o Quarto Ano corresponde a turma mais “antiga”, consequentemente, a turma mais “antiga” da Academia é considerada a “turma líder”. “A turma líder corrige as demais... o segundo ano é superior ao primeiro, mas não aplica... quem aplica é a turma líder... sempre a turma líder” (Cadete 3, 2025), embora o Segundo Ano seja superior ao Primeiro, apenas a “turma líder” exerce efetivamente o maior poder disciplinar, de correção, concentrando a prerrogativa de aplicar normas e punir as demais turmas.

Essa dinâmica evidencia que, mesmo sem um conceito formalmente delimitado, a antiguidade opera como princípio organizador da vida acadêmica. Conforme afirma o/a Cadete 2 (2025), ela “funciona para tudo”: desde a disposição na sala de aula até a cautela de armamento, a escolha de alojamento e os rituais de permissão para entrada em determinados espaços. Assim, a “antiguidade” revela-se menos como uma definição abstrata e mais como um dispositivo prático que regula interações, distribui privilégios e consolida posições diferenciadas no interior da formação militar.

A antiguidade não tem um conceito exato... ela só fala que essa pessoa é mais antiga que o outro... mas aqui na academia ela funciona para tudo: sentar na sala, cautelar armamento, escolher alojamento, pedir permissão para entrar no recinto [...]. (Cadete 2, 2025)

Esse tipo de variação posicional ilustra exatamente o que Bourdieu (1998) denomina como dinâmica estrutural dos capitais, em que os agentes disputam posições de poder dentro de um espaço social relativamente fechado. Para ele, cada *campo* define quais recursos são legítimos e as posições são constantemente atualizadas

conforme a distribuição desses *capitais*. Outro/a Cadete/a, quando questionado/a sobre o significado da antiguidade, responde:

A antiguidade, ela é a sobreposição hierárquica de um militar a outro. Sempre vai ter um militar mais antigo e um militar mais moderno. [...] E aí sempre é uma questão que te coloca em situações específicas... se tem aqui algo benéfico e não tem para todo mundo... o critério é a antiguidade. O mais antigo vai. Mas também não são só bônus. [...] A responsabilidade em uma ocorrência ou responder a um procedimento... essa é atribuição do mais antigo. (Cadete 4, 2025)

Nesse contexto formativo dos Cadetes, revela-se como a imposição institucional da “antiguidade” é estruturante, capaz de organizar relações, comportamentos e percepções desde o ingresso, como atribui o/a Cadete 1 “quando a gente entra, já é apresentado: ‘ele é o 01 da turma líder’. [...] Quem faz a adaptação dos cadetes mais modernos é a turma líder. Eles falam o que é antiguidade, como é que a pessoa vai ser antigo.” As entrevistas mostram que o cadete não “entra”, simplesmente, em um curso, mas é introduzido a uma lógica hierárquica que atravessa cada dimensão da vida acadêmica militar, indicando que a socialização inicial é, desde o primeiro contato, mediada pela identificação dos lugares ocupados no interior da hierarquia.

Reis e Grill (2016) destacam que as posições ocupadas por indivíduos em estruturas hierárquicas nunca são neutras, pois expressam princípios de classificação e critérios de legitimação próprios de cada domínio, que organizam disputas e definem quem possui autoridade, prestígio e capacidade de agir no interior desses espaços. “Na sala, os mais antigos sentam na frente. Na cautela, saem primeiro. Nos serviços... tudo é prioridade para eles.” (Cadete 2, 2025), percebe-se que as atividades e atribuições do cotidiano são baseadas na “antiguidade”. O/ Cadete/a 1 diz em outras palavras: “Quem escolhe primeiro as férias são os mais antigos. [...] Nos serviços, quem dobra é o mais moderno. [...] Se tiver punição... sobra para os mais modernos.” (Cadete 1, 2025). Para os autores, estes são mecanismos de distribuição desigual de responsabilidades, encargos e recompensas, derivados das relações de poder e dos consensos sobre quem é visto como legítimo para ocupar posições superiores

Esse enquadramento inaugural delimita expectativas de postura, define responsabilidades e orienta a forma como o cadete se perceberá ao longo do curso.

Não se trata apenas de aprender regras formais, mas de internalizar um *ethos* disciplinar que associa posição hierárquica, moralidade e competência, como traduzido na cobrança por “postura de 01” ou “postura de cadete antigo”. Adiante será possível analisar toda essa mecânica pelas experiências e perspectivas atuais retratada pelos cadetes selecionados. As narrativas recaíram fortemente sobre os processos de socialização total, o entendimento e a incorporação da “antiguidade” traduz uma grande parte desses processos, como foi dito por um entrevistado “a gente utiliza [a antiguidade] pra organizar... mas ela cria diferentes grupos... e dinâmicas diferentes... [...] Existe muito isso de que tem gente que escolhe ser antigo e tem gente que escolhe viver.” (Cadete 4, 2025). O/a Cadete 1 ajuda nessa argumentação quando afirma:

[...] logo no primeiro ano, a pessoa escolhe o que ela vai ser, né? Tipo, se ela vai ser muito antiga, se ela vai ser... como vai lidar com o CFO. E também tem outras coisas que contribuem pra antiguidade, né? Tipo, não é só a pessoa: ‘ah, vou querer ser antigo’. Uma série de fatores influenciam no que a pessoa vai definir como antiguidade. (Cadete 1, 2025)

Esse cenário expõe as tensões que surgem ao ocupar uma posição, pois junto a isso vêm as prerrogativas, as expectativas e as diferenças. O/a mesmo/a Cadete ainda descreve:

A partir do segundo semestre do segundo ano pro terceiro ano, aí é um Deus nos acuda. Aí começa a briga, uma guerra. [...] Por exemplo: tem uma prova. Tem uma questão que pode ser anulada. Aí o 01 acertou e o 02 não. [...] Eles vão ficar acirrados pra ver se anula ou não essa questão. (Cadete 1, 2025)

A dimensão do poder manifesta-se, de modo recorrente, como monopólio de escolha e liderança – o momento do “Dia da Escolha” concentra exemplarmente essa dimensão –, poder escolher o próprio “destino” é, para os cadetes, o instante que cristaliza o esforço e os interesses empregados na competição pela “antiguidade” ao longo de todo o CFO. Assim se evidencia a natureza distributiva e decisória da “antiguidade” dentro do regime de formação. Como declara o/a Cadete 1 (2025) “Muitos privilégios vão para os antigos. É o poder de escolha.” Em diversos momentos são citadas as situações onde essa visibilidade é dada aos antigos, os Cadetes descrevem de diversas formas, como na seguinte descrição:

Aqui dentro, quem é mais antigo consegue ficar fora de forma, no serviço fica acompanhando o oficial, enquanto o restante vai pra rua. Tem os POs, ficam em pé lá nos pontos, e quem é o mais antigo fica na viatura com o oficial. (Cadete 5, 2025)

Essa visibilidade dos mais antigos dentro da corporação é comentada por todos como uma forma de potencializar a ascendência e o destaque daqueles que já são privilegiados legalmente na cadeia hierárquica, viabilizando uma seleção para além da academia, mas que começa nela, nessa base do oficialato. Um exemplo disso é “Os mais antigos têm prioridade nos melhores armamentos e nos melhores coletes. [...] Convidam o CFO... Quem vai? Sempre os mais antigos.” (Cadete 8, 2025). Isto é, as chances e possibilidades de proximidade e contato, com os Oficiais, e construir relações, é dado somente aos antigos, especificamente aos mais antigos, como revela o depoimento: “O fato de ocupar uma posição de antigo já te dá uma credibilidade. [...] Eles confiam no que eu faço. O comandante de pelotão fala direto comigo. Se fosse outro cadete, eu acho que ele não faria isso.”. (Cadete 10, 2025)

Esse quadro expressa exatamente o que Elias (1999) descreve como *configurações sociais: redes de interdependência* nas quais as escolhas individuais nunca são puramente pessoais, mas moldadas pela posição que o indivíduo ocupa no jogo social e pelas pressões exercidas por outros jogadores. Em seus escritos, Elias (1974) explica que cada agente só pode agir dentro de limites definidos pela estrutura das relações e pela força relativa dos demais participantes. Nesse sentido, a formação de grupos dentro da APMGD emerge como uma estratégia de navegação em um ambiente altamente competitivo, no qual posição, prestígio e oportunidades são disputados de forma intensa. Entender a APM como um espaço de lutas e de assimetrias legitimadas, é pertinente estabelecer uma conexão direta com as abordagens focadas nos *domínios sociais* (Grill e Reis, 2016), que nos levam a considerar as fronteiras flexíveis e permeáveis, envolvendo dinâmicas de poder, ocupação de posições e construção de representações no contexto social. Dentro desse escopo, observam-se diversas interseções que delineiam os mecanismos e condicionantes que orientam a ocupação de posições mais ou menos dominantes.

O RIAPMGD (2023) fornece uma série de descrições sobre as prerrogativas hierárquicas entre os alunos no Capítulo VII “Da hierarquia entre os alunos”, como é

possível observar a seguir:

Art. 147 A antiguidade entre os alunos dos cursos obedece a hierarquia entre postos e graduações destes. Art. 148 A precedência entre os alunos do mesmo posto ou graduação obedecerá ao critério de antiguidade na data de ingresso no curso. Parágrafo único – Para o 1º ano do CFO a precedência será definida através da pontuação obtida no certame de ingresso. Nos demais anos será seguida a regra de antiguidade apurada pela Divisão de Ensino da APMGD e formalizada em ata ao fim de cada ano letivo. Art. 149 – O Cadete

PM que iniciar o último ano do CFO classificado como 1º colocado será o Cadete mais antigo, cabendo-lhe precedência funcional sobre os demais alunos. Esta decisão deverá ser tomada antes da Declaração de Aspirantes a Oficial, solenidade na qual haverá a passagem do estandarte da APMGD do Aspirante 1º colocado ao Cadete mais antigo do último ano. (Regimento Interno da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias, 2023)

Essa lógica corresponde ao que Elias (1974) descreve como jogos assimétricos, em que determinadas posições acumulam mais opções, mais margem de manobra e maior capacidade de definir o rumo do jogo. Segundo o autor, quanto mais elevada a posição de um jogador numa configuração, maior sua capacidade de converter sua vantagem em poder efetivo sobre os demais. Os relatos indicam que esses agrupamentos não são meramente afinidades espontâneas, mas estruturas sociais que se organizam a partir de objetivos específicos. “As pessoas agem se sentindo ameaçadas... é muito competitivo. Eu acho que aqui se cria uma atmosfera muito tóxica... por causa dessa competitividade. Uma tensão grande... é um jogo de interesses.” (Cadete 4, 2025) e mais adiante o/a Cadete comenta:

Tem gente que escolhe ser antigo... e tem gente que escolhe viver. [...] Tem gente que não sabe lidar com um bom rendimento escolar. [...] E tem muito interesse... tem rivalidade... tem gente que quer impor: ‘cala a boca aí que eu sou antigo’. [...] Cria diferentes grupos... grupos que querem estudar, grupos de trabalho, grupos que querem ficar antigos... sempre os mesmos... por interesse... quem quer estudar, quem quer ficar antigo. [...] É dividido dessa forma. (Cadete 4, 2025)

As tensões e disputas narradas pelos cadetes expressam aquilo que Elias (1974) explicita sobre situações em que os indivíduos, ao buscarem melhorar sua posição, inevitavelmente afetam os outros e são afetados por eles. Aqui, o equilíbrio de poder oscila continuamente, e cada pequeno movimento altera as possibilidades de ação dos demais, fenômeno central em sua análise dos *jogos sociais*. Da mesma maneira,

outro/a Cadete utiliza o termo “jogo de interesses” para definir essas relações de concorrência por antiguidade na Academia:

Essa briga por antiguidade acaba gerando muitos conflitos dentro da turma. É um... basicamente, um querendo prejudicar o outro pra subir. [...] Quem tá na frente não quer cair. Quem tá ali no meio quer subir. [...] O pessoal ali do 25 ao 8 briga entre si. Os do 30 pra baixo só querem sobreviver. O pessoal antigo não se mistura com os modernos. É um jogo de interesses. (Cadete 8, 2025)

Em conformidade com Elias (2008) nas *configurações* sociais, coexistem interesses compatíveis e opostos. A oposição entre “antigos” e “modernos”, por exemplo, demonstra nitidamente esse pressuposto, reforçando que cada grupo atua para preservar seus próprios interesses, recursos e visibilidade perante esse espaço de formação. Sendo assim, a convivência entre esses grupos produz fortes tensões, traduzidas pelos cadetes como um “jogo de interesses”. Essa expressão indica que as relações internas não são neutras, mas marcadas por cálculos e estratégias para a manutenção ou melhorias de posição, por meio disso evitar circunstâncias desfavorecidas. E há revelações práticas dessas estratégias: “Eu me isolo para estudar. Tenho que manter. Tenho que subir. Se alguém tira nota baixa, a turma comenta... existe pressão para manter a posição. Quanto mais antigo, mais pressionado.” (Cadete 2, 2025), como também:

Tem trabalho que é guerra. Grupo contra grupo. Turma contra turma. E se o moderno tiver uma ideia melhor que a do antigo, às vezes nem falam nada pra não parecer que estão passando por cima. Todo dia alguém quer subir. Todo dia alguém tem medo de cair. A nota vira uma arma. Trabalho vira arma. Tudo vira forma de tentar ficar mais antigo. (Cadete 7, 2025)

Em um ambiente onde “ninguém pode errar”, pois “quando você erra, antes do Oficial, quem cobra é a turma. Às vezes o Oficial nem vê, mas os Cadetes veem.” (Cadete 7, 2025), e onde a “antiguidade” define acesso a bons recursos, bons cenários e boas relações, torna-se compreensível que as interações sejam permeadas por disputas simbólicas e materiais. Em razão da forte *cadeia de interdependência*, Elias (2008) ilumina um espaço onde cada indivíduo se torna simultaneamente vigilante e vigiado, contribuindo para um clima constante de tensão e pressão recíproca. A atmosfera descrita como “tóxica”, “tensa” e “competitiva” decorre justamente dessa

combinação entre vigilância constante, pressão por desempenho e necessidade de construir alianças que sustentam a trajetória individual. Como declara o Cadete 9 “quem preza pela antiguidade exclui os modernos. [...] Os mais antigos não se juntam com os modernos para estudar. [...] Cada um pro seu lado.” (2025), as fronteiras são claras. O resultado é um tecido social fragmentado, no qual confiança e rivalidade coexistem, e onde as relações se tornam ambíguas: próximas o suficiente para colaborar quando necessário, mas distantes o bastante para preservar inclinações individuais.

Grupos em posições superiores tendem a consolidar fronteiras simbólicas e práticas que reforçam sua vantagem, gerando padrões persistentes de exclusão e distinção (Elias, 2008). Há um ciclo imutável, conforme aponta um dos cadetes, o que acontece é uma manutenção desse sistema, que se reconfigura a partir de novos agentes:

[...] o moderno fica andando se escondendo, olhando assim... torto, prestação de continência, se tremendo. Eu era desse jeito também.[...] Só a turma líder anda. Se eu chegar aqui na academia e ver um moderno andando, eu vou anotar ele, porque eu era anotado. [...] O moderno sofre. ‘Ah, quando eu for antigo, eu também vou fazer isso’. Aí nunca muda. [...] É um ciclo que nunca acaba. Desde 93 e nunca mudou, sempre assim. (Cadete 9, 2025)

Em um universo onde “o mais antigo sempre tem prioridade.” (Cadete 6, 2025), onde “os oficiais falam: ‘não é postura de 01’, ‘não é postura de cadete antigo’.” (Cadete 1, 2025) e onde “os oficiais se importam bastante com a opinião dos antigos... quem tem contato direto são os antigos.” (Cadete 5, 2025), isso revela o que Reis e Grill (2016) decidem por processos pelos quais instituições formadoras estabelecem “critérios de hierarquização e princípios legítimos de postura”, capazes de orientar desde cedo a percepção dos agentes sobre seu lugar e suas possibilidades no espaço social. Como a divisão de grupos, onde as hierarquias organizacionais produzem *clivagens* internas que funcionam como critérios de classificação e separação, definindo quem ocupa posições centrais e quem permanece nas margens dessas estruturas.

Há uma fronteira bem delimitada que resulta na reprodução de perfis. As relações de poder são bem definidas; são legitimadas, sobre quem está destinado a

dominar e quem será dominado, como traduz a seguinte afirmação: “Os mais antigos falam de um jeito diferente. Eles não pedem, eles mandam. E não é nem porque eles acham que são melhores. É porque é assim que é. Os modernos respondem ‘sim, senhora’, ‘sim, senhor’, e pronto.” (Cadete 8, 2025). Esse funcionamento corresponde ao modelo eliasiano no qual diferenças de poder são incorporadas como disposições práticas, naturalizadas nas interações cotidianas, de modo que desigualdades passam a parecer inevitáveis ou “como têm de ser” (Elias, 2008).

A “antiguidade” aparece nos relatos como símbolo de prestígio, mas também é relativizada por atores que lembram seus limites na produção de competência profissional. Em termos analíticos, essa categoria funciona como mecanismo de ordenamento que confere prerrogativas e visibilidade, ao mesmo tempo em que se mostra insuficiente para definir integralmente o “bom policial”. Uma afirmação que contextualiza essa questão é do/a Cadete 8 (2025), que diz: “antiguidade é o ponto mais polêmico que tem aqui na academia. Era pra ser as pessoas mais qualificadas ali entre as primeiras. No entanto, não é o que acontece”, na mesma perspectiva o/a Cadete 1 formulou:

A antiguidade é importante, né? Mas ela não é tudo. A polícia não é só a antiguidade. Existem vários meios de você ser um bom profissional. Não é só porque você é antigo que você é um bom profissional... Mas a antiguidade é importante, sim. (Cadete 1, 2025)

Há muitas controvérsias quanto à “antiguidade” como tradução de excelência, como mencionado pelo/a Cadete 1 (2025) “a pessoa que é moderna... é vista como cadete ruim. Que não quer nada com nada. Tem cadete moderno que sabe mais do que os antigos. [...] O comandante geral era o mais moderno da turma dele”. O/a Cadete 3 afirma “tem modernos que são mais inteligentes que antigos... mas não querem ter a pressão... querem viver normal. Tem modernos que têm habilidades úteis... por isso entram nos grupos de trabalho dos antigos.” (2025). Uma fala que intensifica essa vertente diz o seguinte: “Tem gente que não consegue ser antigo por coisas de fora.

Perdeu o pai, por exemplo... não teve condições de estudar.” (Cadete 5, 2025). Como observa Bourdieu (1998), distinções internas a um grupo – como títulos, posições e marcas de reconhecimento – tendem a funcionar como formas de *capital simbólico*, isto é, recursos socialmente valorizados que produzem “lucro de distinção” independentemente da competência real do agente.

A rotina intensa, a sobrecarga de disciplinas, a cobrança elevada são características que permanecem no CFO, mesmo com adaptações na história do Curso, o caráter intensivo e exaustivo é mantido até hoje: “dormir três ou quatro horas por dia... muita cobrança... correr, rastejar... e no final de semana eu via todo mundo recebendo os pais... e eu não tinha ninguém, eu fiquei sozinho... pensei muitas vezes em desistir.” (Cadete 3, 2025). As trajetórias individuais mostram as peculiaridades de um universo de alta coesão, que afasta ao máximo essas individualidades para homogeneizar seu interior, contudo tais disparidades acarretam em desigualdades.

De forma contrária aos antigos, os modernos aparecem na investigação como aqueles que “querem ter vida tranquila... tiram 7, 8... não têm pressão... têm até uma qualidade de vida melhor.” (Cadete 3, 2025), como também “a pessoa que é moderna... é vista como um cadete ruim. Que não quer nada com nada.” (Cadete 1, 2025). Em suma, os “modernos” são vistos como os que se dedicam menos, mas não necessariamente como os “piores” ou “menos capazes”. Alguns acreditam que seja predisposição e outros acreditam ser uma escolha; escolher não brigar pelo topo. Outras considerações foram proferidas tal como a seguinte:

Todo mundo fala que os modernos, eles aceitam, eles são conformistas, eles estão ali, e eles já sabem que eles não vão poder competir com aqueles que estão muito mais acima. [...] Às vezes os antigos eles pegam bem algumas coisas e os modernos eles querem pegar bem também, sabe? pelo fato de ser moderno eles não vão pegar bem, então isso aí vai incomodar. [...] tem vários modernos da minha tropa que são muito, muito bons (...) mas infelizmente pegaram alguma laranjada. (Cadete 10, 2025)

Em contrapartida os antigos são citados como aqueles que “estudam muito... treinam muito... é uma disputa acirrada... é briga mesmo para tirar 10.” (Cadete 3, 2025). Os Cadetes reforçam que esse grupo dominante decide “pagar o preço”, “O preço é muito alto... abdicar de cuidar da saúde... perder sono, revisar, estudar no final de semana, não sair, perder tempo com a família... é um custo bem alto.” (Cadete 5, 2025). O topo concentra os maiores conflitos, segundo o/a Cadete 9 (2025): “já presenciei discussões entre os mais antigos [...] falando alto... por causa de antiguidade. O professor teve que cessar o assunto. Nos antigos é onde tem mais conflito. É pra manter a posição.” Embora haja uma reflexão coletiva sobre determinados desníveis e deméritos, é muito presente a justificação da utilidade desse processo, pode-se resumir isso em “se o moderno questiona, já é errado. A turma toda vê como errado. Antiguidade é pra cumprir, não pra discutir. O moderno sofre. Mas é assim que aprende” (Cadete 7, 2025).

Por tudo isso, a análise empreendida evidencia que a “antiguidade”, no âmbito do CFO, é um processo de distribuição assimétrica de posições e recursos. Conforme destacam Reis e Grill (2016), grande parte dos estudos sobre elites busca compreender como determinados mecanismos institucionais, ainda que revestidos de neutralidade, produzem e reproduzem hierarquias internas aos *domínios sociais*, naturalizando desigualdades e convertendo distinções contingentes em distinções legítimas. A “antiguidade” como classificação que organiza prioridades, direitos, responsabilidades e prestígio, não difere dessa lógica: ela funciona como um dispositivo de hierarquização que, tal como as elites analisadas por Reis e Grill (2026), sustenta-se na capacidade de impor critérios de valorização que parecem naturais aos participantes, embora resultem de disputas históricas, estruturais e simbólicas.

Além disso, Reis e Grill (2016) reforçam que os estudos sobre elites precisam escapar de abordagens substancialistas e naturalizantes, entendendo as elites como produtos de processos sociais de longa duração e não como entidades dadas. A “antiguidade” no CFO, vista sob essa lente, não é simplesmente um atributo individual ou um marcador técnico de desempenho, mas um produto relacional que emerge da interdependência entre cadetes, regras institucionais e disposições tácitas. O que Reis e Grill (2016) chamam de “rupturas cruciais com abordagens substancialistas” aparece no seu estudo quando você demonstra que a hierarquia entre “antigos” e “modernos” não expressa qualidades inatas nem competências naturais, mas o efeito acumulado de classificações periódicas, oportunidades de preparação, socializações primárias distintas e redes de apoio que se reforçam ao longo da formação.

A necessidade de situar elites e grupos dirigentes, aparece nas análises sobre como tradições, normas herdadas e expectativas coletivas moldam continuamente o espaço de possibilidades das elites contemporâneas (Reis e Grill, 2016). A reconstrução histórica do CFO realizada na pesquisa dialoga diretamente com essa perspectiva. A rigidez disciplinar, o internato, o papel das turmas líderes, a centralidade das posições “zeros”, bem como as rivalidades recorrentes, revelam que a distinção produzida pela “antiguidade” não opera isoladamente, mas está imbricada numa matriz institucional que se perpetua por meio da repetição de práticas e valores. Assim como a Reis e Grill (2016) afirma que as elites se sustentam em mecanismos de “continuidade histórica com fracas oportunidades de reinvenção” (p. 13), a APMGD demonstra a força das tradições na manutenção de dispositivos classificatórios, mesmo diante de reformas administrativas e curriculares.

Como elemento conclusivo da análise, observa-se a recorrência de uma metáfora comum ao *domínio* social investigado, reproduzida de forma unânime pelos entrevistados: a expressão “antiguidade é posto”. A repetição dessa formulação, presente tanto nos discursos de Oficiais quanto de Cadetes, revela um enunciado recorrente e a incorporação de um princípio organizador do processo formativo. Trata-se de uma ideia aprendida, reiterada e transmitida ao longo da socialização institucional, que condensa e legitima a hierarquia como fundamento estruturante da formação militar. Ao ser mobilizada de maneira naturalizada pelos diferentes agentes, a expressão opera como um símbolo de reconhecimento e reverência à antiguidade, funcionando como um mecanismo de manutenção da ordem, da disciplina e da autoridade. Assim, a metáfora reafirma simbolicamente a pirâmide hierárquica, contribuindo para sua reprodução cotidiana e para a legitimação do lugar ocupado por cada indivíduo no interior da estrutura formativa.

Por fim, os debates teóricos apresentados coadunam com a precisão de conceber a “antiguidade” como uma formalização de seleção de elites internas à corporação. Os aspectos relacionais do CFO reproduzem padrões identificados nos estudos sobre elites políticas e culturais de Reis e Grill (2016), que enxergam as instituições como arenas onde se “fabricam” grupos sociais autorizados a representar e a organizar. Compreender a “antiguidade”, portanto, exige “objetivar o percurso seguido no horizonte das possibilidades estratégicas disponíveis” (p. 13), e isso se alinha diretamente ao modo o CFO: como um espaço em que conflitos, disputas, recursos e disposições definem quem ascende, quem permanece e quem se distancia das posições dominantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas neste trabalho tiveram como objetivo central compreender o lugar da “antiguidade” como princípio mantenedor das relações de poder no processo de formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, com especial atenção ao funcionamento da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias. Ao tratar a “antiguidade” não como um simples critério administrativo ou cronológico, mas como uma categoria socialmente produzida, a pesquisa buscou evidenciar de que modo esse princípio organiza práticas, expectativas e disposições, orientando tanto a dinâmica institucional quanto às trajetórias individuais dos agentes em formação.

O percurso analítico permitiu demonstrar que a hierarquia militar se sustenta tanto pela imposição direta das normas quanto pela internalização de valores, classificações e crenças que conferem legitimidade à ordem instituída. A autoridade se consolida à medida que os agentes reconhecem como naturais e necessárias as diferenças que os separam, incorporando disposições que orientam o agir cotidiano. Nesse sentido, a instituição regula comportamentos, produz modos específicos de perceber, avaliar e ocupar posições.

Ao optar por compreender os universos militares e policiais como *domínios* especializados do uso legítimo da força, este trabalho buscou escapar de leituras que pressupõem uma autonomia excessiva desses espaços. Ainda que dotados de regras próprias, saberes específicos e forte especialização funcional, esses *domínios* permanecem profundamente condicionados por princípios exteriores, sobretudo pelo controle político e jurídico do Estado. Tal perspectiva permitiu articular a análise da hierarquia interna com os limites estruturais que moldam o funcionamento das instituições militares, evidenciando sua condição simultânea de especialização.

A análise institucional destacou que a eficácia da hierarquia depende da atualização constante de papéis, expectativas e práticas reconhecidas como legítimas. O pertencimento institucional não se define apenas pela ocupação de uma posição formal, mas pela capacidade de agir conforme padrões implícitos que tornam a instituição visível e reconhecível. Nesse processo, a instituição se reproduz por meio da adesão prática dos agentes, ao mesmo tempo em que delimita as margens de ação possíveis, tornando a conformidade uma condição para o reconhecimento.

No interior da APMGD, a “antiguidade” revelou-se um elemento central desse processo, funcionando como um princípio de ordenação que organiza acessos diferenciados a funções, espaços simbólicos e posições de prestígio, corroborando para a formação de elites e grupos dirigentes nesse meio. Ao longo da formação, esse critério orienta expectativas coletivas e individuais, estruturando relações de poder que ultrapassam o plano formal dos regulamentos. A “antiguidade”, assim, converte-se em um recurso simbólico disputado e, simultaneamente, em um mecanismo de seleção que contribui para a produção de hierarquias duráveis.

A dinâmica observada na Academia evidencia que tais hierarquias não dependem exclusivamente de regras explícitas, mas por processos relacionais que naturalizam a assimetria entre grupos. Aqueles situados em posições mais consolidadas tendem a concentrar reconhecimento, visibilidade e capacidade de definir padrões legítimos de conduta, enquanto os demais enfrentam restrições simbólicas que limitam suas possibilidades de atuação. Esse desequilíbrio relacional contribui para a aceitação progressiva da ordem instituída, reforçando a estabilidade do sistema hierárquico.

Os resultados indicam, portanto, que a “antiguidade” não pode ser compreendida como um critério neutro ou meramente técnico. Ela é produzida, reforçada e legitimada por um conjunto de dispositivos institucionais que transformam diferenças temporais em desigualdades reconhecidas como justas. Ao converter o desempenho disciplinar em princípio de autoridade, a instituição assegura a reprodução de sua ordem interna, formando sujeitos predispostos a reconhecer e a reproduzir a lógica hierárquica que os constitui.

Por fim, este trabalho contribui para o debate sobre instituições militares ao evidenciar como mecanismos cotidianos, desempenham papel central na produção da autoridade geral de uma instituição. O processo de formação de Oficiais a partir da categoria da “antiguidade”, lançou luz sobre os modos pelos quais a hierarquia se torna legítima, durável e incorporada. Espera-se que essa abordagem possa estimular novas investigações sobre outros contextos institucionais, formativos e aprofundar a reflexão crítica sobre os processos de produção simbólica da ordem no interior das organizações estatais.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre (1989). **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-1992)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CASTRO, Celso. **A socialização profissional dos militares brasileiros: notas sobre uma investigação antropológica na caserna**. Etnográfica, Lisboa, v. 8, n. 1, p. 79-90, 2004.

DUBOIS, Vincent. **Políticas no guichê, políticas do guichê**. In: BORRAZ, Olivier; GUIRAUDON, Virginie (org.). Políticas públicas: mudar a sociedade. Paris: Presses de Sciences Po, 2010. p. 265-285.

DULONG, Delphine. **Sociologie des institutions politiques**. Paris: La Découverte, 2012.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Introdução. Portugal: Edições 70, 1999.

ELIAS, Norbert. **Modelos de jogo**. In: ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 1994. p. 77-99.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. v. 1: Uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Em nome da ordem: a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVIII e XIX)**. 2007. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 26. ed. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GRILL, Igor G.; REIS, Eliana T. Mirada reflexiva e esforços propositivos às pesquisas sobre elites. In: GRILL, I. G.; REIS, E. T. (Orgs.). **Estudos sobre elites políticas e culturais**. São Luís: EDUFMA, 2016, p. 9 – 45.

GRILL, Igor Gastal. Efeitos da “redescoberta das instituições” na sociologia política francesa. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 27, p. 237-242, 2014.

GRILL, Igor Gastal. Por uma sociologia da institucionalização. **Sociologias e Política & Sociedade**, 2012, p. 300-308.

GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos. Dos campos aos domínios das “elites” no Brasil. **Revista Tomo**, n. 32, 2018.

LAGROYE, Jacques. Politix, v.10, n. 38, p. 7-17, 1997. Institution en pratique. Swiss Political. **Science Review**, 8(3/4), p. 114-128, 2002.

MARANHÃO. Polícia Militar do Maranhão. **Manual do Cadete**. São Luís: Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias, 2018.

MARANHÃO. Polícia Militar do Maranhão. **Normas Gerais de Ação do Corpo de Alunos**. São Luís: Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias, 2015.

MARANHÃO. Polícia Militar do Maranhão. **Regimento Interno da Academia de Polícia Militar “Gonçalves Dias”**. São Luís: Polícia Militar do Maranhão, 2023.

NEVEU, Érik. Sociologie politique des problèmes publics, Paris, Armand Colin, 2015. **Revue Française de Science Politique**, 2016, 66 (1), pp.187-189.

NUMMER, Fernanda Valli. **"Ser Brigadiano" Ou "trabalhar Na Brigada": Estilos De Vida Entre Soldados Da Brigada Militar**. 2010.

PINTO, Louis. Experiência vivida e exigência científica de objetividade. CHAMPAGNE, Patrick et alii. **Iniciação à prática sociológica**, Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

REIS, Eliana Tavares dos. A posição da brigada militar frente às problemáticas sociais contemporâneas: concepções de violência, cidadania, direitos humanos e segurança pública entre a oficialidade gaúcha. En publicacion: Informe final del concurso: Democracia, derechos sociales y equidad; y Estado, política y conflictos sociales. **Programa Regional de Becas CLACSO**, Buenos Aires, Argentina. 2000.

SEIDL, Ernesto. Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850–1930). **Revista de Sociologia e Política, Curitiba**, v. 16, n. 30, p. 199–220, jun. 2008.

SEIDL, Ernesto. Famílias das armas: reprodução familiar e carreiras no Exército brasileiro (1850–1930). **Revista de Pós Ciências Sociais (Repocs)**, v. 17, n. 33, p. 69–112, 2020.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

FONTES

GOVERNO DO MARANHÃO. **Academia de Polícia Militar do Maranhão forma oficiais há 30 anos**. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/academia-de-policia-militar-do-maranhao-forma-oficiais-ha-30-anos>. Acesso em: 13 out. 2025.

POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. **História da PMMA**. São Luís: Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, 2013. Disponível em: <https://pm.ssp.ma.gov.br/2013/04/historia-da-pmma/>. Acesso em: 11 out. 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE A

1º ROTEIRO DE ENTREVISTA – OFICIAIS

Nome do/a Entrevistado/a:

Local da entrevista:

Data da entrevista:

1. Você poderia falar um pouco sobre seus antepassados, tanto do lado paterno quanto materno?
2. De onde vinham? Como você descreveria o perfil social e cultural das famílias dos seus pais?
3. Qual era o grau de escolarização dos seus avós (maternos e paternos)?
4. Eles chegaram a cursar ensino superior? Onde, e em que área?
5. Quais eram as principais ocupações dos seus avós?
6. E seus pais: qual a escolarização de cada um deles? Cursaram ensino superior? Onde?
7. Em que áreas atuaram profissionalmente seu pai e sua mãe?
8. Você tem irmãos? Se sim, com o que eles trabalham e onde estudaram?
9. Como foi sua infância? Onde cresceu?
10. Como era a rotina da sua família nesse período? Havia hábitos ou valores marcantes?
11. Quais escolas o(a) Sr.(a) frequentou na infância? Fez algum curso ou atividade extracurricular?
12. Quais eram suas principais formas de lazer?
13. Com quem você convivia mais (amigos, vizinhos, colegas)? E com quais deles o(a) Sr.(a) manteve contato ao longo da vida?
14. E sua juventude? Como você descreveria essa fase da sua vida?
15. Quais escolas e cursos o(a) Sr.(a) frequentou nesse período?
16. Participou de algum grupo, movimento ou atividade social, política, religiosa ou comunitária?

17. Chegou a trabalhar enquanto estudava? Em que área?
18. Mantinha vínculos de amizade duradouros com colegas ou professores?
19. Como foi seu início de trajetória profissional? Quais os primeiros trabalhos que exerceu?
20. Desde então, você investiu em algum curso de qualificação, graduação, pós ou formação complementar?
21. Como é sua vida familiar hoje? (casamento, filhos, rotinas, hábitos)
22. Que atividades de lazer são mais presentes no seu cotidiano atualmente?
23. No ambiente profissional, quais vínculos ou redes de relação pessoal você construiu?
Mantém contato com pessoas importantes dessa trajetória?
24. Quais funções o(a) Sr.(a) já exerceu dentro da PMMA? E, especificamente, dentro da Academia?
25. Como foi sua ascensão na carreira? Houve obstáculos, superações, disputas?
26. Que tipo de capital (conhecimentos, experiências, relações, desempenho, etc.) o(a) Sr.(a) considera ter sido decisivo para sua ascensão?
27. O(a) Sr.(a) participa ou já participou da organização, supervisão ou reformulação do ensino militar? Em quais funções?
28. O que significa, para o(a) senhor(a), a antiguidade dentro da PMMA?
29. Como esse critério é ensinado e internalizado na formação dos cadetes?
30. A antiguidade é apresentada como valor moral, técnico, simbólico, funcional? Como isso é trabalhado no currículo e na rotina da Academia?
31. Como a lógica da antiguidade é incorporada nos aspectos cotidianos da formação: funções, horários, rituais, deslocamentos, comandos, punições?
32. Na sua visão, a antiguidade cumpre que papel dentro da estrutura hierárquica da PMMA? Ela garante o quê?
33. Quais critérios objetivos e subjetivos são utilizados para compor a ordem de antiguidade?
34. Esses critérios mudaram ao longo do tempo? Houve alterações em regulamentos, pesos ou interpretações?
35. O(a) senhor(a) considera que o critério de antiguidade se articula com o critério de mérito? Como essa articulação é pensada e executada na prática?
36. Existem dispositivos formais de avaliação de mérito e excelência que funcionam junto da antiguidade? Como eles funcionam?

37. Quem elabora e revisa esses critérios? Há participação de diferentes setores da instituição?
38. O(a) senhor(a) considera que alguns critérios poderiam ser aperfeiçoados?
39. A antiguidade já gerou tensões, disputas ou injustiças percebidas? Como esses casos foram tratados?
40. Já houve questionamentos internos à legitimidade desse critério? Como esses questionamentos foram respondidos?
41. O(a) senhor(a) acredita que o critério de antiguidade é compreendido da mesma forma por todas as gerações dentro da PMMA?
42. A antiguidade se mantém como valor central por tradição ou por funcionalidade? Ou ambos? Como o(a) senhor(a) justifica isso?
43. Como o(a) senhor(a) vê o futuro desse critério na formação militar? Há espaço para mudanças ou reinterpretações?
44. Se o(a) senhor(a) tivesse que explicar a importância da antiguidade para alguém de fora da corporação, como explicaria?
45. Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre sua experiência ou visão sobre a antiguidade na PMMA?
46. Algum ponto que o(a) senhor(a) acha fundamental, mas que não foi abordado aqui?

APÊNDICE B

2º ROTEIRO DE ENTREVISTA – CADETES

Nome do/a Entrevistado/a:

Local da entrevista:

Data da entrevista:

1. Você poderia falar um pouco sobre seus antepassados, tanto do lado paterno quanto materno?
2. De onde vinham? Como você descreveria o perfil social e cultural das famílias dos seus pais?
3. Qual era o grau de escolarização dos seus avós (maternos e paternos)?
4. Eles chegaram a cursar ensino superior? Onde, e em que área?
5. Quais eram as principais ocupações dos seus avós?
6. E seus pais: qual a escolarização de cada um deles? Cursaram ensino superior? Onde?
7. Em que áreas atuaram profissionalmente seu pai e sua mãe?
8. Você tem irmãos? Se sim, com o que eles trabalham e onde estudaram?
9. Você poderia contar um pouco sobre sua trajetória antes de ingressar na PMMA? Onde nasceu, como foi sua infância, com quem cresceu?
10. Seus pais ou familiares próximos atuam ou atuaram em instituições militares ou no serviço público?
11. Como foi sua trajetória escolar até prestar o vestibular para o CFO?
12. Qual foi o maior desafio que enfrentou para ingressar no CFO?
13. Como conheceu o curso? Alguém influenciou sua decisão de seguir carreira militar?
14. Teve acesso a cursinho, preparação especializada ou apoio familiar para se preparar para o CFO?
15. Acha que sua origem social influenciou sua experiência dentro da Academia? De que forma?
16. Já sentiu que sua trajetória anterior te colocou em desvantagem (ou vantagem) em relação a colegas?
17. Como foi o impacto da chegada na Academia?

18. Quais foram os maiores desafios da adaptação à rotina militar?
19. Quais aspectos da formação mais marcaram você até hoje?
20. O que você diria que é “formal” (oficial) na formação, e o que é “informal” (aprendido nas relações cotidianas)?
21. Você se lembra de algum momento ou ensinamento simbólico que marcou sua socialização?
22. Há diferença entre o que se ensina nas aulas e o que se aprende nas práticas do dia a dia?
23. O que é a antiguidade na Polícia Militar?
24. O que significa antiguidade para você, dentro da Academia?
25. Como esse critério se manifesta no cotidiano? Pode dar exemplos concretos?
26. Em que momentos a antiguidade é mais evidente ou sentida?
27. Como os cadetes se tratam tendo em vista a antiguidade?
28. Como você age a partir da sua posição?
29. O que se aprende — de forma explícita ou implícita — sobre como tratar os mais modernos?
30. Já presenciou conflitos, punições ou situações tensas diretamente relacionadas à antiguidade?
31. Na sua opinião, o que define um “cadete padrão”?
32. O que você acha que a instituição espera de um bom cadete?
33. Como você percebe que a Academia reconhece e valoriza o desempenho dos cadetes?
34. O que pesa mais na hora de ser reconhecido: disciplina, conhecimento técnico, liderança, relacionamento com superiores, ou outra coisa?
35. É possível se destacar mesmo sendo moderno? Como?
36. Você acha que a antiguidade ajuda a revelar quem são os melhores cadetes ou só organiza a turma por tempo e ordem?
37. Já viu colegas considerados “excelentes” pelos pares, mas não reconhecidos formalmente? E o contrário?
38. Há um “modelo não oficial” de excelência entre os cadetes? Como ele é percebido?
39. Em algum momento você se sentiu pressionado(a) a agir de forma diferente por causa da sua posição na escala de antiguidade?

40. Como os cadetes lidam com situações de tensão entre modernos e antigos? Há mecanismos informais de proteção ou mediação?
41. Que tipo de comportamento ou postura te dava mais segurança ou reconhecimento dos colegas?
42. Há diferença entre ser “mandado” por um oficial superior e por um cadete mais antigo? Como se sente?
43. Você considera a antiguidade mais um instrumento de organização ou também de controle?
44. Acha que esse critério ajuda a manter a disciplina ou pode ser usado como forma de representar dominação?
45. Já percebeu desigualdades ou favorecimentos dentro da lógica da antiguidade?
46. Você acha que esse sistema de antiguidade poderia ser aprimorado? Como?
47. Se estivesse no lugar dos instrutores, o que manteria e o que mudaria na aplicação desse critério?
48. Acha que é possível reconhecer mérito e liderança de outras formas dentro da formação?
49. Quando pensa na sua atuação futura como oficial, como imagina que lidará com a lógica da antiguidade?
50. Pretende reproduzir o que aprendeu ou pretende fazer diferente?
51. Há algo mais que gostaria de compartilhar sobre sua vivência com a antiguidade na formação?
52. Alguma história, situação ou experiência que represente o que foi ser cadete para você?